



LÍGIA MICHELLE PEREIRA DE SOUSA

Violência contra a mulher em territórios rurais: impactos sociais e possibilidades de construção de política emancipatória, assentamentos Lisboa e Marrecas-PI

São Paulo – SP

2025

LÍGIA MICHELLE PEREIRA DE SOUSA

Violência contra a mulher em territórios rurais: impactos sociais e possibilidades de construção de política emancipatória, assentamentos Lisboa e Marrecas-PI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (área de Geografia), na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Território educação e cultura”.

Orientadora: Profa. Dra. Ândrea Francine Batista.

São Paulo – SP

2025

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Sousa, Lígia Michelle Pereira de.

S725 Violência contra a mulher em territórios rurais : impactos sociais e possibilidades de construção de política emancipatória, assentamentos Lisboa e Marrecas-PI / Lígia Michelle Pereira de Sousa. – São Paulo, 2025.
103 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Ândrea Francine Batista.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2025.

1. Mulheres do campo – Piauí. 2. Violência contra as mulheres – Piauí. 3. Assentamento Lisboa (Piauí). 4. Assentamento Marrecas (Piauí). I. Título.

CDD 305.4842

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Esta pesquisa evidencia as diferentes formas de violência de gênero e seus impactos na formação das mulheres em territórios rurais, seus impactos em nossa formação social, identificação de práticas de combate à violência doméstica promovidas pelo MST, bem como as possibilidades de construção de uma política emancipatória no combate dessa realidade nos Assentamentos Lisboa e Marrecas, localizadas no município de São João do Piauí (PI).

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research highlights the different forms of gender violence and their impacts on the formation of women in rural territories, their impacts on our social formation, identification of practices to combat domestic violence promoted by the MST, as well as the possibilities of building an emancipatory policy to combat this reality in the Lisboa and Marrecas Settlements, located in the municipality of São João do Piauí (PI).

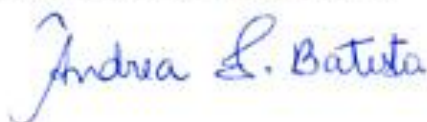
IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

Esta investigación destaca las diferentes formas de violencia de género y sus impactos en la formación de las mujeres en los territorios rurales, sus impactos en nuestra formación social, la identificación de prácticas de combate a la violencia doméstica promovidas por el MST, así como las posibilidades de construcción de una política emancipadora para combatir esta realidad en los Asentamientos Lisboa y Marrecas, ubicados en el municipio de São João do Piauí (PI).

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de LÍGIA MICHELLE PEREIRA DE SOUSA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.

Aos 07 dias do mês de novembro do ano de 2025, às 10h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE Mestrado de LÍGIA MICHELLE PEREIRA DE SOUSA, intitulada **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM TERRITÓRIOS RURAIS: Impactos Sociais e Possibilidades de Construção de Política Emancipatória, Assentamentos Lisboa e Marrecas-PI**, sob orientação da Profa. Dra. Ândrea Francine Batista. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. ÂNDREA FRANCINE BATISTA (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) . / Universidade Federal do Paraná -UFPR - Setor Litoral, Profa. Dra. SILVIA BEATRIZ ADOUE (Participação Virtual) do(a) UNESP / Araraquara (SP), Profa. Dra. MARLI CLEMENTINO GONÇALVES (Participação Virtual) do(a) . / Universidade Federal do Piauí - UFPI. Após a exposição pela mestrande e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão

Profa. Dra. ÂNDREA FRANCINE BATISTA



Andrea Francine Batista
Docente
Metr 204902
Setor Litoral - UFPR

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, que me ilumina e me guia em todas as minhas lutas e conquistas. Dedico também este trabalho à minha filha, minha maior fonte de inspiração, que me dá forças todos os dias para continuar lutando. À minha família e aos meus amigos, que estiveram ao meu lado em cada etapa dessa caminhada, agradeço pelo apoio, incentivo e paciência, e por compartilharem comigo os desafios e as conquistas até a realização e conclusão deste sonho. Sem vocês, nada disso teria sido possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, por ser minha luz nos momentos difíceis, por me fortalecer quando pensei em desistir e por me guiar em cada passo desta caminhada. Foi pela fé, pela esperança e pela certeza de que Ele estava ao meu lado que consegui chegar até aqui.

À minha família, meu alicerce, deixo minha eterna gratidão. Obrigada pelo amor incondicional, pelo apoio constante, pela paciência nos momentos de ausência e pelo incentivo que nunca me deixou desistir. Cada palavra de encorajamento e cada gesto de cuidado foram fundamentais para que eu continuasse acreditando em mim e neste sonho.

Aos meus amigos e colegas, que compartilharam comigo essa jornada, agradeço pela amizade, compreensão e apoio. Vocês tornaram os dias difíceis mais leves e as conquistas ainda mais especiais. Cada conversa, ajuda e incentivo fizeram toda a diferença ao longo desse percurso.

Gostaria de agradecer de forma muito especial a todas as mulheres do Assentamento Marrecas e do Assentamento Lisboa, que contribuíram para a construção deste trabalho. Agradeço às mulheres que tiveram a coragem de contar suas histórias e de denunciar os diversos tipos de abusos que sofreram. Agradeço, também, àquelas que, infelizmente, não tiveram condições de falar, mas cujo silêncio diz muito. Falar sobre esse silêncio também é necessário, pois ele carrega dores, medos e resistências que não podem ser ignorados.

A todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização e conclusão deste trabalho, deixo meu sincero agradecimento. Esta conquista não é apenas minha, mas de todos que acreditaram, apoiaram e caminharam comigo até aqui. Que este trabalho represente não apenas o encerramento de uma etapa, mas o início de novas conquistas e sonhos realizados e, principalmente, que possa ser um instrumento de reflexão, conscientização e fortalecimento das lutas contra a violência doméstica.

Manifesto os meus sinceros agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de estudos durante o curso de mestrado. O apoio financeiro concedido foi essencial para a minha permanência e conclusão do curso, possibilitando dedicação adequada às atividades acadêmicas, de pesquisa e produção científica. Ressalto que, sem a bolsa de estudos, não teria sido possível concluir a formação em razão das limitações financeiras enfrentadas ao longo do percurso acadêmico. Assim, registro meu reconhecimento pela importância das políticas de fomento à pesquisa e à pós-graduação, que contribuem diretamente para a formação de pesquisadores(as) e para o fortalecimento da ciência no país.

A injustiça num lugar qualquer é uma ameaça à
justiça em todo o lugar (Martin Luther King).

RESUMO

O presente estudo busca discorrer sobre a violência contra a mulher, verificando dados e índices que remetem que a violência de gênero é muitas vezes invisibilizada nos meios rurais. Para tanto, a pesquisa traz como objetivo geral de analisar as diferentes formas de violência de gênero e seus impactos na formação das mulheres em contextos rurais, bem como as possibilidades de construção de política emancipatória para combater essa realidade nos Assentamentos Lisboa e Marrecas – Piauí. Já como objetivos específicos, busca-se analisar a formação social e violência contra a mulher e suas especificidades no meio rural; discorrer sobre a violência e combate à violência doméstica no MST, verificando, especificamente, o caso do assentamento Lisboa e Marrecas, Piauí; e discutir, por meio de categorias empíricas, as formas de violência contra a mulher, seus impactos em nossa formação social, e as possibilidades de construção de uma política emancipatória no combate à violência doméstica. A pesquisa proposta se caracteriza como pesquisa participante, devido ao vínculo intrínseco da pesquisadora à temática e ao território que será investigado. Além disso, para nos ajudar nesses processos, utilizou-se técnicas de produção de dados da pesquisa bibliográfica e documental, além do trabalho de campo.

Palavras-chave: violência de gênero; assentamentos rurais; política emancipatória.

ABSTRACT

This study seeks to discuss violence against women, checking data and indices that indicate that gender violence is often invisible in rural areas. For him, the investigation has as a general objective to analyze the different forms of gender violence and its impacts on the education of women in rural contexts, as well as the possibilities of building an emancipatory policy to combat this reality in the Asentamientos de Lisboa and Marrecas. – Piauí. As specific objectives we seek to analyze social formation and violence against women and their specificities in the rural environment; discuss violence and struggle against domestic violence in the MST, specifically reviewing the case of the Lisbon and Marrecas settlement, Piauí; and discuss, through empirical categories, the forms of violence against women, their impacts on our social formation and the possibilities of building an emancipatory policy to combat domestic violence. The proposed investigation is characterized as participatory research, due to the intrinsic bond of the researcher with the theme and the territory that will be investigated. Furthermore, to help us in these processes, data production techniques from bibliographic and documentary investigations will be used, in addition to field work.

Keywords: gender violence; rural settlements; emancipatory policy.

RESUMEN

Este estudio busca discutir la violencia contra las mujeres, examinando datos e indicadores que evidencian que la violencia de género suele invisibilizarse en las zonas rurales. Para ello, la investigación tiene como objetivo general analizar las diferentes formas de violencia de género y sus impactos en el desarrollo de las mujeres en contextos rurales, así como las posibilidades de construir políticas emancipadoras para enfrentar esta realidad en los asentamientos de Lisboa y Marrecas, en el estado de Piauí. Los objetivos específicos incluyen analizar la formación social y la violencia contra las mujeres, así como sus especificidades en las zonas rurales; discutir la violencia y la lucha contra la violencia doméstica en el marco del MST (Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra), examinando específicamente el caso de los asentamientos de Lisboa y Marrecas en Piauí; y analizar, a partir de categorías empíricas, las formas de violencia contra las mujeres, sus impactos en la formación social y las posibilidades de construir una política emancipadora para combatir la violencia doméstica. La investigación propuesta se caracteriza por ser de carácter participativo, debido a la conexión intrínseca de la investigadora con el tema y el territorio estudiado. Además, para facilitar estos procesos, se emplean técnicas de producción de datos provenientes de la investigación bibliográfica y documental, así como del trabajo de campo.

Palabras clave: violencia de género; asentamientos rurales; política emancipadora.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Distribuição percentual dos registros de violência no Brasil – 2013-2022	17
Figura 2 - Números de vítimas de feminicídio no Brasil entre os anos de 2015-2023	28
Figura 3 - Dados da violência sofrida por mulheres em situação de conflitos no campo .	29
Quadro1 - População estimada feminina rural Piauí: 30% - 389.021	37
Figura 4 - Área urbana do Assentamento Lisboa	43
Figura 5 - Localização Geográfica do Assentamento Lisboa	43
Figura 6 - Localização do Assentamento Marrecas	46
Quadro 2 - Dados demográficos das entrevistadas	50
Quadro 3 - Experiências de violências das entrevistadas	51
Quadro 4 - Impactos da violência e as políticas públicas e suporte	52
Quadro 5 - Identificação das entrevistadas	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
SINAM	Sistema Nacional de Atendimento Médico
RASEAM	Relatório Anual Socioeconômico da Mulher
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SAMVVIS	Serviço de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Sobre o tema da pesquisa	14
1.2 Dos objetivos da pesquisa.....	17
1.3 Da metodologia utilizada.....	18
1.4 Da organização dos capítulos.....	21
2 FORMAÇÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: A ESPECIFICIDADE NO MEIO RURAL.....	23
2.1 Raízes da violência doméstica na formação social do Brasil: sua expressão no meio rural.....	30
2.2 A violência doméstica contemporânea no Estado do Piauí.....	35
3 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM ÁREAS DA REFORMA AGRÁRIA: O CASO DOS ASSENTAMENTOS LISBOA E MARRECCAS, PIAUI	42
3.1 Assentamento Lisboa	42
3.2 Assentamento Marrecas	46
3.3 Trabalho de campo nos Assentamentos Lisboa e Marrecas: situações de violência doméstica	49
3.4 Vozes das mulheres que sofreram violência	62
4 POLÍTICAS PÚBLICAS E POSSIBILIDADES EMANCIPATÓRIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	75
4.1 Estado, políticas públicas e o papel da educação do campo em assentamentos rurais.....	75
4.2 Construção de uma política emancipatória.....	79
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	98
APÊNDICE B – ENTREVISTA.....	101
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	103

1 INTRODUÇÃO

E todas nós, feministas, sabemos o quão maldito é este tema. Mas afinal, companheira, com que tema que lidamos que não seja maldito? Em menor ou maior grau, toda essa temática traz esse carimbo, já que a sociedade insiste em ocultá-la e você e eu e todas nós insistimos em desnudá-la.

(Heleieth Saffioti, 1985)

Meu nome é Lígia Michelle Pereira de Sousa, sou assentada da Reforma Agrária desde de 25/01/2007. Sou domiciliada e residente no PA Marrecas, sou mãe solo, feminista, negra, advogada, presidente da Comissão Sub-Seccional de Diversidade Sexual; membro da comissão Sub-Seccional de Cidadania, Direitos Sociais e Igualdade Racial, membro da Comissão da Sub-Seccional de Defesa dos Direitos da Mulher Advogada de São João do Piauí, vice-Presidente do conselho municipal de mulheres de São João do Piauí e coordenadora do Setor de Direitos Humanos do MST do Piauí.

A minha história de vida se inicia com a primeira ocupação de terras realizados pelo MST no estado do Piauí. Minha mãe me levou para a ocupação em seu ventre. Nasci e me criei na LUTA, sempre participei dos grupos de produção artesanal do assentamento e das atividades políticas e sociais.

Meu ensino fundamental foi realizado na escola da comunidade, Unidade Escolar Paulo Freire. Aos 17 anos fui estudar no Rio Grande do Sul, na cidade de Veranópolis, onde fiz o ensino médio concomitante com o técnico em Administração de Cooperativas, no Instituto de Educação Josué de Castro (turma Haydée Santamaría Cuadrad). Fiz o bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Goiás (Turma Fidel Castro). É importante ressaltar que toda minha formação acadêmica, política e social só foi possível por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Atualmente, presto assessoria jurídica popular aos assentamentos da Reforma Agrária do município onde vivo. Realizo palestras sobre violência domésticas e feminicídio nas comunidades e nas cidades vizinhas. E foi justamente as atividades da militância que me motivou me inscrever no processo seletivo do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP/IPPRI), nível de mestrado, pois sempre tive o sonho de ser professora e esse mestrado será uma ponte para alcançar esse sonho.

Também pretendo que essa pesquisa possa contribuir com as comunidades e

assentamentos da Reforma Agrária, pois sou uma mulher de 33 anos que viveu 10 anos num casamento com todos os tipos de violências e foi graças ao curso de Direito que consegui sair dessa relação. Hoje, posso afirmar com todas as letras que a EDUCAÇÃO salvou minha vida, pois poderia ter feito parte de mais uma estatística de feminicídio. Com isso, acredito que os resultados desta pesquisa possam contribuir com outras mulheres. Tenho muito orgulho em me identificar como mulher negra, advogada popular, palestrante, mãe solo, militante, feminista e futuramente professora.

O ingresso no programa TerritoriAL permitiu o acesso a conceitos e categorias na área de conhecimento da geografia, os quais foram essenciais para as análises que foram realizadas no decorrer da pesquisa. Através dos módulos: Categorias geográficas e cartografia para a análise do território; Cultura, identidade e organização social; Metodologia da Pesquisa; Questão Agrária da América Latina e Caribe; Cidadania, gênero e diversidade; Dinâmicas da transformação da natureza e produção territorial; políticas públicas e Educação do Campo; Tópicos especiais: Economia política da Segurança Alimentar Global, pude refletir sobre as múltiplas dimensões que abrangem o tema deste trabalho. A cada um deles, busquei estabelecer relações com os objetivos que inicialmente motivaram a pesquisa, fortalecendo assim o projeto que guiou a investigação. O módulo Coletivo de Orientação e Estágio de Pesquisa, também contribuiu para intercâmbio de reflexões, informações e análises, bem como para indicar a direção de cada momento de construção desse trabalho.

1.1 Sobre o tema da pesquisa

A violência contra a mulher é uma violação dos direitos humanos que permeia todas as esferas da sociedade. Isso acontece em decorrência dos costumes, tradições, estereótipos e estigmas que alicerçam os preceitos de inferioridade feminina, em que a punição das mulheres é uma conduta socialmente aceita e tolerada pelo Estado. Esse problema social resulta das desigualdades estruturais do sistema patriarcal heteronormativo e essas discrepâncias de poder entre feminino e masculino são consequências de um processo histórico que se perpetua em todas as sociedades.

Nesse sentido, Carvalho (2019, p. 1) afirma que “A violência contra a mulher é um fenômeno social complexo, persistente, atravessado por múltiplas dimensões, sejam elas sociais, culturais, simbólicas, psicológicas, entre outras”. No contexto rural, especialmente no campo e nos assentamentos rurais, as mulheres enfrentam desafios específicos relacionados à sua formação social e ao acesso a políticas públicas que promovam a igualdade de gênero.

Nesse sentido, essa violência assume diversas formas, desde a violência física e sexual até a violência psicológica e econômica. Essas formas de violência têm impactos significativos não apenas na vida das mulheres, mas também na sociedade como um todo.

Frente a isso, Stochero e Pinto (2023, p. 2) destacam que:

[...] a violência contra as mulheres em contextos rurais é complexa e encontra potencialização em adversidades. Essas mulheres encontram-se em situações de vulnerabilidade, percebidas no isolamento social em relação a serviços públicos de assistência, policial, jurídica e de saúde. Por vezes, é a distância que torna difícil a busca por ajuda, outras é como transpô-la.

Assim, é importante reconhecer que a violência contra a mulher nos espaços rurais não é um fenômeno isolado, mas está enraizada em estruturas sociais mais amplas de desigualdade de gênero, desigualdade econômica e exclusão social. Nas áreas rurais, as mulheres muitas vezes enfrentam dupla marginalização, tanto por serem mulheres quanto por viverem em comunidades rurais com acesso limitado a recursos e serviços. Assim sendo, pode-se inferir que “A violência contra as mulheres é reconhecida como um grave problema de saúde pública, bem como de violação dos direitos humanos e sociais” (Stochero; Pinto, 2023, p. 3).

Verifica-se que a violência de gênero é muitas vezes invisibilizada no campo, tanto por questões culturais quanto pela carência de mecanismos institucionais para a denúncia e consequentemente a apuração de índices sobre a violência de gênero. No caso de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), estão muitas vezes localizados em áreas remotas, o que dificulta o acesso aos serviços de proteção e à coleta sistemática de dados por parte de instituições oficiais.

Entretanto, é possível obter alguns indícios e dados pontuais através de estudos acadêmicos, relatórios de ONGs e ações internas promovidas pelo próprio MST, haja vista que o movimento tem reconhecido a necessidade de lidar com essa questão e, por isso, tem promovido campanhas e formações para conscientizar as comunidades sobre a gravidade do problema. Nesta senda, um estudo realizado por Schiavini (2012), integrante do Movimento de Mulheres Camponesas do estado de Santa Catarina, fez uma pesquisa com 514 mulheres rurais, onde foram abordados assuntos sobre a violência contra a mulher, direcionadas especialmente para a violência conjugal.

Das entrevistadas, verificou-se que

[...] 34% conhecem alguma mulher que já foi estuprada, sendo que 25% disseram que o ato ocorreu na própria comunidade. 15% das entrevistadas já foram agredidas fisicamente pelo companheiro, sendo que 53% passaram por episódios de violência verbal e psicológica. 64% das entrevistadas disseram que não têm liberdade de tomar

decisão sem pedir licença, sendo que 52% das mulheres agricultoras declararam que normalmente pedem licença ao marido para tomar qualquer decisão. 34% disseram ter sido humilhadas por serem agricultoras (Schiavini, 2012, p. 6).

Pode-se inferir que o estudo em questão não pode ser concebido como passível de generalização, no entanto, o mesmo revela a realidade invisível e cruel a qual as mulheres rurais do sul do país acabam por vivenciar em seu cotidiano e que frequentemente o mesmo cenário pode ser espelhado em outras regiões do Brasil. Frente a isso, ainda se pode observar que esses números refletem uma realidade que muitas vezes não é denunciada formalmente, pois há ainda grande resistência em tornar públicos os casos de violência, especialmente em contextos rurais onde a dinâmica familiar e comunitária pode pressionar as vítimas a manterem o silêncio.

Outra fonte relevante é um levantamento de 2021 feito pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em conjunto com a Marcha das Margaridas, que também abrangeu áreas de assentamentos e destacou que mulheres rurais estão mais vulneráveis a diversas formas de violência, incluindo a violência doméstica. Embora os dados específicos para assentamentos do MST não tenham sido isolados, o documento ressaltou que, no geral, as mulheres no campo têm menos acesso a serviços de proteção e apoio, como delegacias especializadas e centros de acolhimento, o que agrava a situação (Teixeira; Motta, 2021).

Além disso, pode-se destacar que o MST também reconhece a gravidade da violência de gênero em seus documentos internos. Em 2019, o movimento criou uma campanha nacional intitulada “Pela Vida das Mulheres, Somos Todas Marielle”, a qual foi realizada no dia internacional da mulher e de um ano do assassinato de Marielle Franco, que teve como objetivo o de enfrentar a violência em suas comunidades. Além disso, o MST implementou protocolos internos para lidar com casos de violência de gênero dentro dos assentamentos, incluindo a realização de assembleias comunitárias para discutir o tema e a criação de espaços de acolhimento para mulheres vítimas de violência.

Em termos de dados nacionais mais amplos, que contextualizam o problema enfrentado pelas mulheres no campo, o Atlas da Violência 2021 indica que, em áreas rurais, as mulheres são mais vulneráveis à violência, e o índice de feminicídio é significativamente alto. Adicionalmente, o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (2024) indica que na última década não houve alterações sobre os percentuais por sexo entre as vítimas, visto que em sua pesquisa, as mulheres continuam sendo a maioria das vítimas de violência encontrada nos registros do Sistema Nacional de Atendimento Médico (SINAM), no qual verificou-se que “O percentual médio de casos entre os anos de 2013 e 2022, por sexo, foi de 72,3% para as mulheres e 27,6% para os homens” (p. 57). Essas informações são evidenciadas na imagem abaixo:

Figura 1 – Distribuição percentual dos registros de violência no Brasil – 2013-2022



Fonte: Ministério da Saúde; Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN (2024)

Ainda segundo o mesmo documento, no contexto rural, em 2019 no Brasil, a violência doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos correspondeu a 8.016 casos; em 2020 esse quantitativo foi de 6.629, em 2021 foi de 6.752 e em 2022 foi elevado para 8.310 de casos registrados. No entanto, destaca-se que embora esses números não sejam específicos dos assentamentos do MST, eles indicam uma maior vulnerabilidade das mulheres no campo em geral, o que também pode ser observado em assentamentos do movimento, tais como o Lisboa e Marrecas no estado do Piauí.

1.2 Dos objetivos da pesquisa

A pesquisa parte do pressuposto que a violência de gênero é muitas vezes invisibilizada nos meios rurais. Esse pressuposto está fundamentado em bibliografias que já discutiram o assunto, bem como num conjunto de dados quantitativos sobre a violência contra a mulher no campo, os quais descrevemos acima. A discussão sobre as diferentes formas de violência de gênero e seus impactos na formação das mulheres em contextos rurais, bem como as possibilidades de construção de política emancipatória para combater essa realidade já foi discutida por várias autoras, as quais algumas delas foram estudadas previamente para a

construção do projeto que guiou essa investigação. Entretanto não foram identificados estudos significativos sobre a violência de gênero em áreas da Reforma Agrária no estado do Piauí, especialmente nos Assentamentos Lisboa e Marrecas.

É neste contexto, que o objetivo geral que orientou os estudos descritos nessa dissertação foi o de analisar as diferentes formas de violência de gênero e seus impactos na formação das mulheres em contextos rurais, bem como as possibilidades de construção de política emancipatória para combater essa realidade nos Assentamentos Lisboa e Marrecas, município de São João do Piauí (PI).

Já como objetivos específicos, destacamos:

- a) Discutir a violência contra a mulher na formação social do Brasil, e suas especificidades no meio rural;
- b) Identificar práticas de combate à violência doméstica promovidas pelo MST, bem como as dificuldades que ainda precisam ser superadas, verificando especificamente o caso do assentamento Lisboa e Marrecas, Piauí;
- c) Debater, por meio de categorias empíricas, as formas de violência contra a mulher, seus impactos em nossa formação social, e as possibilidades de construção de uma política emancipatória no combate à violência doméstica.

Estes objetivos vislumbram a necessidade urgente de debater essa temática a partir de territórios da Reforma Agrária, bem como em sistematizar ações e proposições que possam combater cotidianamente essas violências.

A principal hipótese levantada é de que, diante da violência de gênero, estruturante na sociedade capitalista, se destacam agravantes que ocorrem em contextos rurais devido às condições objetivas e subjetivas vivenciadas pelas mulheres camponesas. Entretanto, pressupomos que essas mulheres, na medida em que participam de uma organização de luta pela terra como o MST, vivenciam também outras dimensões coletivas que impulsionam a sua reafirmação como sujeitas da história, e nesse caso, a própria organização popular desenvolve ações de combate à violência doméstica fazendo contribuições importantes para a construção de políticas emancipatórias.

1.3 Da metodologia utilizada

A pesquisa realizada se caracterizou como pesquisa participante, devido ao vínculo intrínseco da pesquisadora com a temática e com o território que será investigado (Brandão, 1999). A proximidade com esse contexto, vem desde a infância na convivência com a violência

doméstica, e nos 10 anos do meu casamento. Durante a graduação, duas amigas sofreram tentativas de feminicídio dos seus companheiros. Uma delas (amiga de quarto), sofreu duas tentativas de feminicídio. Essas vivências foram disparadoras nas inquietações e provocações a pesquisar este tema, a entender melhor a complexidade dessas violências.

Para nos ajudar nesses processos, a obra de Minayo (1994) sobre a pesquisa social foi fundamental. Ela indica que os objetos ou tema de investigação nas ciências sociais são essencialmente históricos e dinâmicos, tem em seu presente elementos do passado, mas também tendências futuras. Nesse sentido, a pesquisadora que realiza o trabalho intelectual, não o faz por si só, pois o movimento da realidade concreta, a cinesia do tema tem uma objetividade, ao mesmo tempo em que envolve grupos sociais e processos de consciência coletiva do próprio tema. Assim, é necessário estar atenta a essa dinâmica. Compreendemos que essas orientações assinaladas pela autora também dialogam com a área de conhecimento da geografia humana.

A investigação realizada se configurou como qualitativa a qual trabalha com um “um universo de significados”, também de “aspirações, crenças, valores e atitudes” que atravessa os processos e o fenômeno investigado (Minayo, 1994, p. 21-22). Entretanto, como Minayo (1994) indica, não há uma oposição entre dados qualitativos e quantitativos, pois eles se complementam. Essa afirmação, corrobora com a necessidade de realizar um levantamento de dados quantitativos que auxiliaram na análise dos dados qualitativos. Embora sejam de natureza diferente, se conectam e aportam para uma melhor precisão na discussão.

Dessa forma, a investigação buscou estabelecer um diálogo entre pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o trabalho de campo (MST, 2021).

Para planejar a pesquisa bibliográfica e documental nos baseamos em Marconi e Lakatos (2003). Essas autoras destacam que a pesquisa bibliográfica se caracteriza como um apanhado geral dos principais trabalhos realizados sobre o tema, pois são capazes de fornecer dados atuais e relevantes. Já a pesquisa documental pode ser considerada como a busca em documentos, sendo eles escritos ou não, que podem ser denominados como fontes primárias. Nesse sentido, realizamos estudos sobre feminicídio, questões de gênero, violência doméstica e qualificadora do tipo penal, leis que orientaram e orientam situações de violência contra mulher, com destaque central na Lei Maria da Penha, entre outros.

Em relação ao trabalho de campo, que se define por um “recorte empírico”, se configura também como um momento “relacional” onde confluem observações, material bibliográfico, objetivos e hipóteses. O campo torna-se espaço onde se manifestam as intersubjetividades e também a “interações entre pesquisador e grupos estudados” na produção de novos conhecimentos (Minayo, 1994, p. 26). Por este motivo, ela se tornou essencial diante da

temática que é desafiadora, pois, reviver e falar sobre a violência doméstica não é fácil, e traz disparadores importantes que se manifestam no emocional das pessoas envolvidas. Por isso, tivemos o máximo de cuidado com a abordagem teórico metodológica na relação com o tema e com as pessoas envolvidas no trabalho de campo.

Assim, para o levantamento de quantitativas e qualitativas junto as mulheres dos Assentamentos Lisboa e Marrecas, município de São João do Piauí. Para tal, realizou-se os seguintes procedimentos:

Primeiramente se realizou o levantamento de informações sobre formas de violência vivenciadas pelas mulheres no município, bem como sobre o entendimento das mesmas sobre o tema. Para isso foi aplicado um questionário fechado que foi realizado de maneira presencial dentro dos assentamentos. Esse formulário foi aplicado junto às mulheres do campo dos Assentamentos da Reforma Agrária Lisboa e Marrecas, atingindo um contingente de 10 (dez) mulheres identificadas a partir dos seguintes critérios: mulheres do campo; questão geracional; identidade de gênero; tipos de violência, entre outras. O questionário foi aplicado com 5 (cinco) mulheres do Assentamento Lisboa e 5 (cinco) do Assentamento Marrecas. Ele foi enviado para as mulheres que eu tinha conhecimento sobre as situações de violência vivenciadas por elas. A partir de contato inicial e da aceitação da participação do questionário, nos reunimos de maneira presencial pelo WhatsApp para respondê-lo.

Neste questionário, que se encontra no apêndice, foram realizadas perguntas sobre dados demográficos, destacando questões de idade, estado civil, escolaridade e ocupação. Adicionalmente, foram abordadas questões objetivas sobre experiências, percepções e impactos da violência da vida das mulheres entrevistadas, bem como uma questão sobre o conhecimento e opinião sobre políticas públicas e suporte/apoio para as mulheres vítimas de violência, e sobre a necessidade de participar de ações de formação diante dessa temática.

Num segundo momento aconteceu a realização de entrevistas semiestruturadas com mulheres que sofreram alguma forma de violência, buscando identificar seu entendimento sobre sua experiência, como buscaram auxílio, que órgãos públicos ou legislações sustentaram o apoio à esta mulher, bem como a experiência da continuidade da violência mesmo após medidas protetivas ou mesmo a saída do espaço da casa onde as sofreu. Foram entrevistadas 9 (nove) mulheres (sendo quatro do Assentamento Marrecas, e cinco do Assentamento Lisboa). Pretendemos com essa entrevista, identificar também como ocorre o suporte para essas mulheres vítimas da violência doméstica no campo.

Em relação aos critérios para a entrevista, o roteiro de entrevista foi encaminhado para as mulheres que eu já tinha conhecimento dos casos de violência vivenciadas por elas. Das que

foram entrevistadas apenas uma delas participou do questionário, as outras foram novas entrevistadas. Através do contato inicial e da explicação dos objetivos das entrevistas, três entrevistadas após confirmarem a entrevista preferiram desistir, pois não se sentiriam bem em relembra as violências vivenciadas.

As relações entre os dados levantados no formulário e as entrevistas semiestruturadas encontram-se evidentes nos capítulos os quais descrevemos abaixo.

Como terceiro momento, identificamos que a observação participante foi uma técnica amplamente utilizada. Essa técnica se caracteriza por um contato direto entre o pesquisador e os grupos sociais pesquisados dentro do contexto social analisado, e a partir dela é possível identificar uma “variedade de situações” que não são ditas, mas estão ali presentes, transmitindo informações importantes do movimento real do fenômeno (Minayo, 1994).

Por fim, como percurso metodológico foram identificadas as principais categorias empíricas que vieram do trabalho de campo, as quais, em diálogo com as categorias analíticas iniciais possibilitaram reflexões e análises as quais são apresentadas nessa dissertação.

1.4 Da organização dos capítulos

Apresentamos os resultados da pesquisa realizada em três capítulos. O primeiro, intitulado “Formação Social e Violência contra a Mulher: especificidade do meio rural”, discute as raízes da violência doméstica na formação social do Brasil, bem como a violência doméstica contemporânea especificamente no Estado do Piauí. Para esta discussão, dialogamos com autoras como Heleieth Safiotti, Lélia Gonzalez, Bruschini e Rosenberg, entre muitas outras. O capítulo busca situar a temática em sua dimensão histórica e geográfica, indicando reflexões e dados que demonstram a brutalidade das situações de violência de gênero, dimensionando sua gravidade e seus aspectos estruturantes.

No segundo capítulo é abordado o combate à violência doméstica no MST, analisando os casos dos assentamentos Lisboa e Marrecas, localizados no Estado do Piauí. Além disso, nesse capítulo fazemos uma análise das particularidades, características, aspectos territoriais dos Assentamentos Lisboa e Marrecas. O capítulo também apresenta o trabalho de campo realizado nos referidos Assentamentos no que diz respeito ao levantamento de situações de violência doméstica, destacando as vozes das mulheres que sofreram violência. Frente a isso, é apresentado os resultados e análises decorrentes da aplicação do questionário e das entrevistas semiestruturadas realizadas com as mulheres vítimas de violência no Assentamento Lisboa e Assentamento Marrecas.

No terceiro capítulo são apresentadas discussões sobre Estado, políticas públicas e possibilidades emancipatórias no combate à violência doméstica. Entre os tópicos que compõe essa análise, destacamos as relações entre as políticas públicas existentes e a necessidade de um amplo processo de formação política e de educação nas áreas de assentamentos da Reforma Agrária. Destacamos também desafios importantes no processo de construção de uma política emancipatória para as mulheres camponesas, a fim de que possam viver plenamente seu tempo aportando nos caminhos das lutas pela transformação societária.

2 FORMAÇÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: A ESPECIFICIDADE NO MEIO RURAL

Scott (1995) destaca em seu estudo que a categoria gênero se faz essencial para a compreensão das violências contra as mulheres, pois é uma construção cultural, social e política. Ao definir gênero a autora considera que “o núcleo essencial da definição se baseia na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 1995, p. 21). Dentro das relações sociais, ela aborda que a categoria gênero tem quatro elementos que se relacionam entre si, sendo eles: a política, a cultura, a identidade subjetiva e as normalizações.

Frente a isso, fica claro que a formação social das mulheres rurais é fortemente afetada por uma complexa combinação de fatores, que abrangem desde padrões culturais e sociais até questões econômicas e acesso à educação. Nas áreas rurais, as mulheres frequentemente se deparam com desafios singulares na busca por sua independência e crescimento pessoal, sendo a violência de gênero um dos maiores desafios.

Nesse sentido, Lage (2013) sinaliza a importância da educação no processo de transformação da realidade das mulheres, no qual, também salienta o papel dos movimentos sociais nesse processo, onde sinaliza que se deve compreender a educação como “um fenômeno humano produzido em situações sócio-históricas, num processo de conquistas e elaborações sociais de significados, nos permite olhar com muita atenção às experiências de educação que vêm sendo produzidas dentro dos movimentos sociais” (Lage, 2013, p. 37).

Salienta-se que a violência contra as mulheres no ambiente rural não se restringe apenas ao âmbito doméstico, mas abrange várias áreas da vida dessas mulheres, haja vista que violência física, sexual, psicológica e econômica pode afetar gravemente a vida das mulheres, diminuindo sua autoconfiança, comprometendo sua saúde mental e física, e restringindo suas chances de desenvolvimento pessoal e profissional.

Nesse contexto, Carvalho (2019) enfatiza que “A violência contra a mulher também é uma causa de sofrimento psíquico e que, em muitos casos, as mulheres não reconhecem determinados atos como sendo uma situação de violência, pois já se encontram naturalizados no meio rural” (Carvalho, 2019, p.2). Assim, a ameaça ou experiência de violência pode criar um ambiente de medo e insegurança, tornando mais difícil para as mulheres concentrarem-se em seus estudos ou buscar oportunidades de emprego e capacitação.

Além disso, a violência de gênero muitas vezes é usada como uma forma de controle e dominação sobre as mulheres, reforçando as normas de gênero tradicionais que relegam as mulheres a papéis subalternos na sociedade. Isso pode se manifestar de várias maneiras, desde a restrição do acesso das mulheres à educação até a pressão para que abandonem seus estudos ou empregos para se dedicarem exclusivamente às responsabilidades domésticas e familiares.

Frente a isso, Bueno e Lopes (2018) afirmam que:

As violências contra as mulheres inserem-se nas iniquidades de gênero, expressão de hierarquias de poder entre o masculino e o feminino na sociedade. Assume-se como violência de gênero a ação de homens contra mulheres, influenciada por modelos e práticas culturais do que é ser homem, do que é ser mulher e de quais expressões de poder repercutem na capacidade de relacionamento e interação social (Bueno; Lopes, 2018, p. 2).

É importante reconhecer que a violência contra a mulher não é apenas um problema individual, mas um fenômeno social enraizado em estruturas de poder desiguais e relações de gênero hierárquicas. Portanto, para combater eficazmente a violência de gênero na formação das mulheres no campo, é necessário abordar não apenas os sintomas visíveis da violência, mas também as causas subjacentes, incluindo a desigualdade de gênero, a pobreza e a exclusão social.

Assim sendo, pode-se afirmar que:

A violência contra as mulheres rurais precisa ser mais estudada, discutida e enfrentada. Algumas iniciativas, como discutir violência de gênero no espaço rural e organizar atividades de formação para os profissionais que integram a rede de atendimento para a mulher; disponibilizar carro adequado às condições das estradas rurais para os profissionais dos centros de referência da mulher realizarem atividades no espaço rural; criar delegacias da mulher e centros de acolhimento a elas; treinar profissionais para atendimento de forma ágil e discreta; garantir a continuidade do atendimento para mulheres, seus filhos e agressor; intensificar atividades de extensão voltadas ao tema em centros comunitários rurais e em escolas rurais, entre outras atividades (Stochero; Pinto, 2023, p. 14-15).

Isso exige uma ação coordenada e diversificada que engloba políticas públicas voltadas para o gênero, programas de educação e conscientização, suporte às mulheres vítimas de violência e o reforço dos direitos femininos. Ademais, é necessário fomentar uma cultura de respeito aos direitos femininos e à igualdade de gênero nas comunidades rurais, integrando homens e mulheres em ações de sensibilização; simultaneamente, é crucial reconhecer e apreciar o papel das mulheres na mudança das comunidades rurais, incentivando seu envolvimento ativo nas esferas política, econômica e social.

A luta contra a violência de gênero na formação das mulheres no campo requer um compromisso contínuo de todos os setores da sociedade, desde governos e instituições educacionais até organizações da sociedade civil e comunidades locais. Somente através de uma abordagem abrangente e inclusiva podemos criar um ambiente seguro e igualitário onde todas as mulheres possam realizar seu pleno potencial e contribuir para um futuro mais justo e equitativo.

Para a discussão de questões de gênero e de sua relação com o meio social e cultural, Saffioti (2015), em sua obra ‘gênero, patriarcado e violência’, relata que certamente, os homens apreciam ideologias machistas, mesmo sem entender o conceito dela, no entanto, eles não estão isolados. Dentre as mulheres, todas socializadas sob a ordem patriarcal de gênero, que atribui características positivas aos homens e, embora nem sempre, às mulheres, é escassa a parcela que não adere às ideologias dominantes de gênero.

Isso significa que poucas mulheres questionam sua condição inferior na sociedade. Assim, ela afirma que o sexismo pode não ser concebido apenas como “[...] uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres. Então, poder-se-ia perguntar: o machismo favorece sempre os homens? Para fazer justiça, o sexismo prejudica homens, mulheres e suas relações” (Saffioti, 2015, p. 37).

Ainda Saffioti (2015) ressalta que o saldo negativo é predominantemente feminino, o que não deve obscurecer a inteligência daqueles que se interessam pelo tema da democracia. As mulheres sofrem "amputações", principalmente no desenvolvimento e uso da razão, bem como no exercício do poder. Elas são socializadas para cultivar comportamentos amigáveis, afáveis e tranquilizadores.

Em contrapartida, os homens são incentivados a adotar comportamentos agressivos e arriscados, que demonstrem força e bravura. Isso é a origem de diversos fenômenos, destacando-se o fato de que seguros de carros dirigidos exclusivamente por mulheres tendem a ser mais baratos, já que, geralmente, elas não utilizam o veículo como arma, correm menos e são mais cautelosas.

Nesse contexto, as autoras Moraes e Colucci (2020) ressaltam que as pesquisas de Saffioti sobre violência doméstica se tornaram o principal campo de estudo sobre mulheres e relações de gênero no Brasil. O projeto de sua autoria “Violência Doméstica: Questão de Polícia e da Sociedade” (2020) teve um papel crucial na validação desses estudos ao analisar e debater relações sociais e culturais. Isso resultou em uma vasta produção sobre o tema, abrindo novas possibilidades e perspectivas para o entendimento das relações de gênero humanos.

No entanto, o projeto da professora Saffioti, “Violência de Gênero: Um Problema de Polícia e Sociedade” (2020), compreendendo que o gênero é relacional, percebeu que o conceito de Relações de Gênero deveria ser apto a compreender não apenas a trama das interações sociais, mas também as mudanças históricas que ele sofreu. Isso é importante, pois a estrutura social de gênero, entre outros aspectos, impacta inclusive os processos e estruturas psíquicas inconscientes.

Além disso, Moraes e Colucci (2020, p. 138) também destacam que Saffioti acreditava que a formação dos indivíduos não se dá apenas pelo gênero, mas também pela classe social e pela raça/etnia. Um indivíduo pode ter simultaneamente uma identidade de gênero, uma identidade de classe e uma identidade étnico-social. Isso implicaria na produção de determinados padrões de identidades sociais, que, mesmo estando sujeitos a mudanças, são mais sólidos do que os papéis sociais cujo desempenho muda de acordo com circunstâncias particulares. Assim, quanto mais profundo o entendimento da humanidade e do mundo, mais acentuada será a superação de seus malefícios.

Em sua obra ‘Violência de Gênero: Poder e Impotência’, Saffioti e Almeida (1995) ressaltam que o gênero “constitui uma verdadeira gramática sexual, normatizando condutas masculinas e femininas. Concretamente, na vida cotidiana, são os homens, nesta ordem social androcêntrica, os que fixam os limites da atuação das mulheres e determinam as regras do jogo pela sua disputa” (Saffioti; Almeida, 1995, p. 32). Com isso, pode-se inferir que o presente enunciado destaca a noção de que o gênero funciona como uma “gramática sexual”, definindo regras e restrições para o comportamento de homens e mulheres. Portanto, o gênero não é meramente um atributo pessoal, mas uma estrutura social que estabelece expectativas e funções, frequentemente de maneira desequilibrada.

Nesse sentido, em uma sociedade androcêntrica, os homens possuem a autoridade para delimitar os limites das ações femininas e estabelecer as “normas do jogo”, espelhando uma dinâmica de dominação na qual a independência feminina é constantemente limitada, no entanto, esta visão destaca como o gênero é um mecanismo que perpetua as desigualdades e intensifica a subordinação das mulheres, sendo crucial para a preservação de uma estrutura social que favorece os homens e restringe a liberdade feminina. Portanto, o gênero está longe de ser neutro, pois ele se torna uma ferramenta de controle e de preservação das hierarquias de poder.

Ainda segundo Saffioti e Almeida (1995):

Até mesmo as relações mulher-mulher são normatizadas pela falocracia. E a violência faz parte integrante da normatização, pois constitui importante componente de

controle social. Nestes termos, a violência masculina contra a mulher inscreve-se nas vísceras da sociedade com supremacia masculina. Disto resulta uma maior facilidade de sua naturalização, outro processo violento, porque manietta a vítima e dissemina a legitimação social da violência (Saffioti; Almeida, 1995, p. 32).

Nesta senda, pode-se inferir que a violência não só existe, como também exerce uma função crucial na preservação da ordem social patriarcal, atuando como um instrumento de controle sobre as mulheres. A dominação masculina é tão profunda que a violência contra as mulheres é frequentemente naturalizada, tornando-se percebida como algo "comum" ou inescapável. Este processo de naturalização é especialmente desumano e violento, uma vez que não apenas coloca a vítima numa posição de submissão, mas também promove a aceitação social dessa violência. Esta validação obstaculiza a quebra do ciclo de violência e complica a contestação das estruturas patriarcais, perpetuando a desigualdade e a opressão feminina. Com isso, entende-se que:

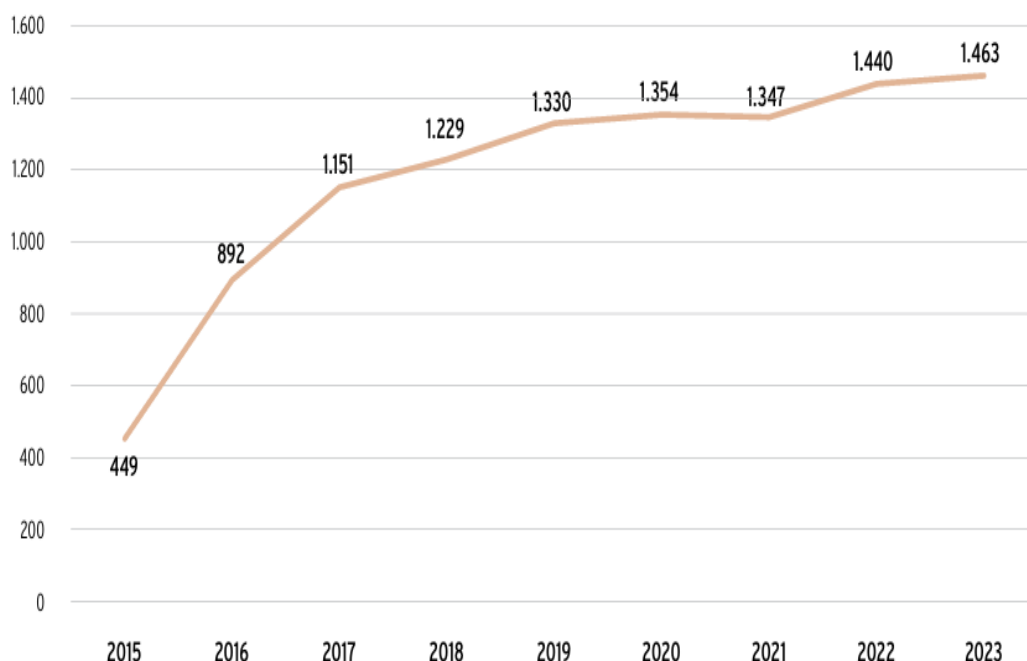
[...] a ideia de violência é uma necessidade estrutural dos mecanismos de dominação e sendo a violência de gênero generalizada, acontecendo, sobretudo no interior do domicílio, percebia que a violência masculina contra a mulher na sociedade patriarcal é articuladora central das relações de gênero, e que esse poder legitimado socialmente precisava ser rompido (Moraes; Colucci, 2020, p. 139).

Sob essa ótica, percebe-se que a violência de gênero não é um fenômeno isolado, mas um elemento crucial na perpetuação das estruturas de dominação patriarcal. No contexto familiar, onde a agressão contra a mulher é mais frequente, o poder masculino se manifesta de maneira mais forte e legitimada, consolidando as hierarquias e as funções de gênero. Este ciclo de violência, que é naturalizado e aceito socialmente, mantém o domínio e a subordinação das mulheres, tornando mais difícil romper com esse padrão. Quebrar essa lógica vai além da simples denúncia da violência; requer uma mudança profunda nas estruturas que sustentam e legitimam a desigualdade de gênero, questionando e desestabilizando os fundamentos do patriarcado para fomentar relações mais equitativas e justas.

A partir disso, no que tange aos dados e índices sobre a violência contra as mulheres no meio rural, o Dossiê Violência contra as Mulheres reúne em seu banco de fontes os estudos e dados atuais sobre a violência de gênero no Brasil, no qual, no estudo intitulado ‘Feminicídios em 2023’ observa-se que “No ano de 2023, 1.463 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil, taxa de 1,4 mulheres mortas para cada grupo de 100 mil, crescimento de 1,6% comparado ao mesmo período do ano anterior” (Sobral *et al.*, 2024, p. 3).

Esses números podem ser evidenciados na imagem abaixo, no qual se busca evidenciar e tratar dos números absolutos das vítimas de feminicídio no Brasil entre os anos de 2015 a 2023.

Figura 2 – Números de vítimas de feminicídio no Brasil entre os anos de 2015-2023



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Embora, é importante destacar que a objetividade desses dados pode sofrer interferência de uma realidade concreta ainda não visibilizada, na medida em mulheres que passaram por feminicídio, por algum motivo, não foram para as estatísticas com essa intercorrência, mas por outra qualquer, sendo classificadas como assassinatos comuns. Essa situação pode ocorrer também pela falta de uma formação de funcionários de órgãos competentes, na qual possam identificar a particularidade desse agravante que carrega em si toda a violência simbólica e material da estrutura social capitalista que é patriarcal e racista.

Ainda de acordo com o mesmo documento, pode-se evidenciar que em relação aos casos, é constatado que:

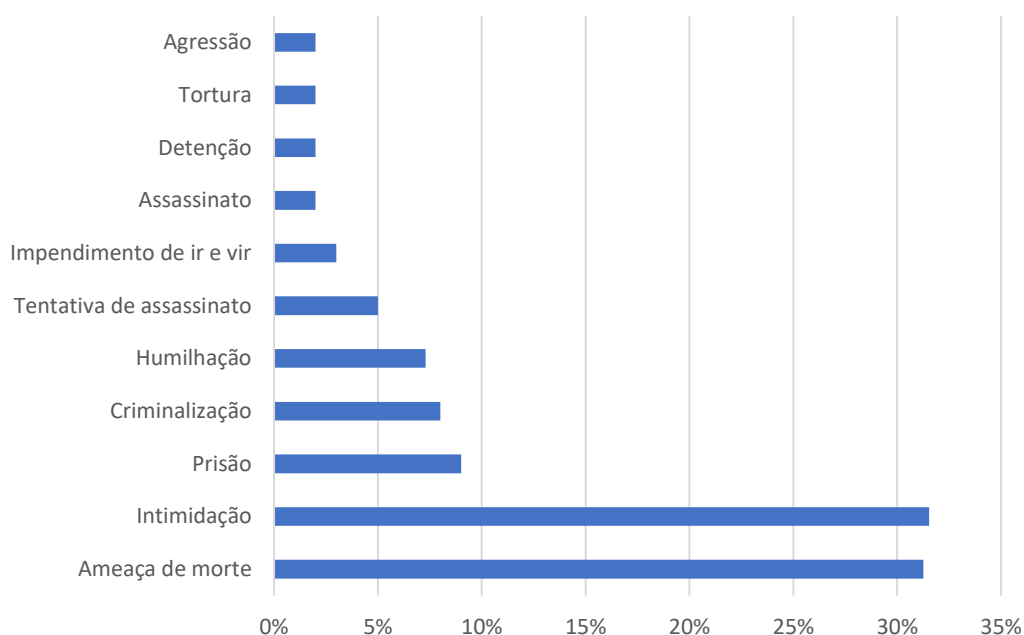
Em 73% dos casos, o autor da violência é um parceiro ou ex-parceiro íntimo da vítima. 10,7% das vítimas foram assassinadas por familiares, enquanto 8% dos casos foram perpetrados por outros conhecidos. Desconhecidos correspondem a apenas 8,3% dos autores em casos, indicando que a maioria dos casos identificados pelas autoridades policiais são os feminicídios íntimos (Sobral *et al*, 2024, p. 9).

Frente a isso, pode-se inferir que a violência contra as mulheres, particularmente os feminicídios, é majoritariamente praticada por indivíduos próximos, o que sugere uma conexão profunda entre o ambiente familiar e afetivo e a ocorrência desse tipo de delito. A alta proporção de casos que envolvem parceiros ou ex-parceiros íntimos demonstra como o ambiente

doméstico ou afetivo, frequentemente visto como seguro, pode se tornar o ponto de maior vulnerabilidade para essas mulheres. Esta informação indica que o feminicídio reflete as dinâmicas de poder e controle presentes nas relações interpessoais, enfatizando a necessidade de políticas públicas focadas na defesa da mulher no ambiente privado, onde a violência é comumente praticada.

Ainda no Dossiê Violência contra as Mulheres, é destacado o estudo ‘Conflitos no Campo: Brasil 2021’, onde é evidenciado que “Entre as duas principais violências contra a pessoa sofrida por mulheres em conflitos no campo em 2021, a Ameaça de Morte e a Intimidação representam, respectivamente, 31,25% e 13,54% das violências sofridas por elas” (Ribeiro; Silva, 2022, p. 190).

Figura 3 - Dados da violência sofrida por mulheres em situação de conflitos no campo



Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações do estudo Conflitos no Campo: Brasil 2021 (p. 190).

Com isso, pode-se constatar que as informações fornecidas espelham a árdua realidade da violência sofrida por mulheres em contextos de conflitos rurais. Ameaça de morte (31%) e intimidação (31,54%) sobressaem-se como as formas de violência mais comuns, revelando um cenário de terror psicológico constante que busca subjugar e controlar essas mulheres. A frequência desses atos sugere que a violência rural é comumente empregada para manter as mulheres em um estado de medo e submissão, impedindo-as de reivindicar seus direitos e lutar por suas terras e dignidade.

Além disso, a criminalização (8%) e a prisão (9%) constituem modalidades de repressão institucionalizada, intensificando a marginalização e exclusão das mulheres que participam de movimentos de resistência no meio rural. A violência extrema, como a tentativa de assassinato (5%) e os casos de homicídio (2%), tem como objetivo a eliminação física de vozes discordantes, no qual, essa circunstância é intensificada por outras formas de repressão física e psicológica, tais como humilhação, restrição da liberdade de locomoção, detenção, tortura e agressão. Nesse sentido, compreende-se que isso evidencia que a violência contra as mulheres em conflitos rurais é ampla e possui diversas facetas, com o objetivo de intimidar ou eliminar.

No entanto, as autoras Ribeiro e Silva (2022) destacam que com isso em mente, podemos avaliar o quanto as mulheres, ao baterem seus variados tambores, contribuem para a continuidade autônoma e libertária. Nesse sentido, em contraposição aos dados apresentados, elas questionam: como agir neste cenário de morte? E se as leis não forem respeitadas, corremos o risco de continuarmos a sofrer violência? É essencial entender e reagir às táticas de domesticação, caso contrário, não conseguiremos vencer o modelo de produção opressor que se alastra de maneira devastadora sobre nossas comunidades, especialmente sobre os corpos femininos.

2.1 Raízes da violência doméstica na formação social do Brasil: sua expressão no meio rural

Pretendemos apresentar neste subitem alguns elementos a mais sobre a interseccionalidade gênero, raça e classe, abrangendo aspectos de nossa formação sócio econômica, política e cultural, que retrata como o patriarcado se configurou no Brasil a partir do processo colonizatório.

Para isso, pretendemos trazer autoras como Lélia Gonzalez em seus escritos “Racismo e Sexismo na cultura brasileira” entre outros textos que compõe a Obra “Por um feminismo Afro-latinoamericano”; e, Heleieth Saffioti¹ com as obras “Gênero, Patriarcado e Violência”, a obra “Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade”, a obra “Mulher brasileira é assim” organizado por Saffioti), no artigo “O Fardo das Brasileiras”, na obra “Trabalhadoras do Brasil”, no artigo “A mulher e as contradições do capitalismo agrário”.

Na obra “Racismo e Sexismo na cultura brasileira”, Gonzalez (1984) aborda o que seria intitulado de neurose cultural brasileira, no qual, ela salienta que é conhecido que o neurótico

¹ No site Marxismo 21, está sistematizado um dossiê sobre a autora, o qual encontra-se disponível no link: <https://marxismo21.org/heleieth-saffioti-marxismo-genero-e-feminismo/>. Acesso em set. 2025.

cria estratégias para esconder os sintomas, pois isso lhe proporciona algumas vantagens, haja vista que esta estrutura o liberta do tormento de lidar com o recalcamento e sob essa ótica, ele teria pouco a acrescentar sobre essa mulher negra, seus filhos, seu marido e seus irmãos. Justamente por negar-lhes a condição de seres humanos, tratando-os sempre como objetos, mesmo sendo como objeto de conhecimento. É dessa forma que entendemos a resistência de algumas análises que, ao enfatizarem a importância da luta de classes, recusam-se a incluir as categorias de gênero e raça. Em outras palavras, teimam em esquecê-las.

Em sua perspectiva, no que concerne as questões históricas ligadas as mulheres, é evidenciado que em relação a questões de gênero é inferido que a situação é perpetuada séculos após séculos, nas quais é evidenciado que a empregada doméstica, a mucama permitida, apenas instiga a culpabilidade branca, uma vez que ela permanece como mucama com todas as letras. Portanto, ela é constantemente reprimida e violenta.

Frente a isso, ela enfatiza que:

Os exemplos não faltam nesse sentido; se a gente articular divisão racial e sexual de trabalho fica até simples. Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam em “lidar com o público”? Ou seja, em atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira e raramente copeira? Por que é “natural” que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais, etc e tal? (Gonzalez, 1984, p. 233).

No Brasil, o racismo, construído a partir de um conjunto de práticas e de ideologias, acabara sofrendo um processo de continuidade e intensificação após a abolição da escravatura, uma vez que favoreceu e ainda favorece certos interesses. Assim sendo, a efetividade do discurso ideológico é determinada pela sua assimilação pelos participantes, tanto os prejudicados quanto aos favorecidos, que o incorporam em sua consciência e em suas ações imediatas (Gonzalez, 2020).

Adicionalmente, verifica-se que na obra “O Fardo das Brasileiras” produzida por Saffioti (1979), é retratado que parte da literatura sobre a condição social da mulher busca explicações culturais, seja na comunidade local ou nacional, para a discriminação sofrida pelos elementos femininos. Apesar disso, não se pode negar a presença de uma cultura patriarcal e, consequentemente, machista nas sociedades ocidentais, bem como seus impactos negativos na imagem da mulher na sociedade.

Nesse contexto, ela acredita que as explicações que se baseiam exclusivamente na cultura são profundamente desmotivadoras. Assim, percebe-se e, portanto, deve-se considerar nas formulações explicativas, o suporte material das ideologias, visto que isso foi atribuído ao plano ideológico uma autonomia excessiva, que claramente não corresponde a uma das funções

sociais mais relevantes desempenhadas por ela. A justificação das formas de produção e das relações de dominação reside precisamente nisso e elas implicam em subordinação e dominação, onde de fato, estas estão carregadas de ideologia, o que garante sua persistência. Daí a dificuldade em identificar os preconceitos, que parecem ser os únicos responsáveis pelas discriminações sociais a que a mulher é sujeita (Saffioti, 1979).

“No período que imediatamente se sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família” (Gonzales, 2020, p. 33). Isso implicou que seu esforço físico foi quadruplicado, pois tinha que alternar entre as responsabilidades familiares e o trabalho árduo na casa da patroa.

Antes de partir para o trabalho, era necessário buscar água na fonte, preparar o essencial para os familiares, dividir as responsabilidades das filhas mais velhas com os mais novos, lavar e passar. Além disso, acordava por volta das três ou quatro da madrugada para antecipar as tarefas domésticas e permanecia na casa da patroa até a noite, após ter preparado o jantar e deixado tudo organizado. Atualmente, a realidade não é muito diferente.

Nesta senda, na obra “Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade” de Saffioti (1976, p. 32), afirma que “A mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares ela tem contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social”. Diante disso, evidencia-se que nas economias pré-capitalistas, as mulheres das classes trabalhadoras desempenhavam um papel ativo, elas atuavam nas minas e lojas, nos campos e nas manufaturas, nos mercados, tecelavam e fiavam, e executavam outras atividades domésticas. Frente isso, pode-se constatar que as mulheres tiveram um papel econômico essencial ao longo da história da família como uma unidade produtiva.

Em contribuição, a obra “Trabalhadoras do Brasil” de Bruschini e Rosemberg (1982) afirmam que a mudança do regime de colonato para o de salário ocorre ao mesmo tempo que a família extensa se transforma em família nuclear, verificando, assim, que este processo não é apoiado pela implementação de uma infraestrutura de serviços que permita à mulher, ao menos, se libertar da responsabilidade de cuidar da geração imatura, permitindo-lhe desempenhar funções econômicas em locais especificamente projetados para essa finalidade.

Além disso, Bruschini e Rosemberg (1982, p. 118) destacam que:

De outra parte, cabe lembrar que a mulher rural não pode recorrer, com a mesma frequência que a urbana, ao expediente de pagar uma pequena quantia mensal a uma vizinha para que esta cuide de seus filhos menores. Nem sempre as crianças são admitidas no eito, onde as mães podem trabalhar enquanto as observam, e seria

inviável transportá-las em caminhões de bóias-frias. Dadas tais condições, o trabalho não doméstico da mulher rural torna-se extremamente problemático, se não totalmente impossível.

Frente a isso, pode-se enfatizar que quando os filhos estão em idades mais jovens, a mulher do campo só tem permissão para exercer funções econômicas fora de casa se tiver um membro da família que, mesmo não trabalhando, possa cuidar e proteger as crianças. Portanto, pode-se verificar que é significativo o número de mulheres que deixam o mercado de trabalho em virtude do nascimento dos filhos e do matrimônio, onde parte delas retoma a atividade laboral quando uma filha atinge a idade adequada para cuidar dos irmãos mais novos (Bruschini; Rosemberg, 1982).

Adicionalmente, a obra “A mulher e as contradições do capitalismo agrário” de Saffioti e Ferrante (1983) ressaltam que a conexão entre o modo de produção capitalista e as formas de trabalho não capitalistas impacta diretamente a condição feminina, já que, preferencialmente, ela se envolve em atividades estruturadas em padrões não capitalistas. Este fenômeno se manifesta com mais força nas sociedades subdesenvolvidas, visto que, observa-se que a importância relativa das formas de trabalho não capitalistas é superior à das sociedades altamente industrializadas.

Mediante a isso, é inferido que:

Simultaneamente, reduz-se a participação feminina na economia familiar rural e incrementa-se esta participação nos empregos oferecidos pelas empresas que exploram capitalistamente a terra. Entretanto, o número de mulheres absorvidas pelo setor agrário capitalista é muito inferior, em termos relativos, ao montante empregado na economia de subsistência. A dona-de-casa, quer na cidade, quer no campo, constitui uma criação do capitalismo (Saffioti; Ferrante, 1983, p. 68).

Diante disso, Saffioti e Ferrante (1983, p. 69) afirmam que na agricultura de subsistência, a mulher é frequentemente o pilar da produção de bens destinados ao próprio consumo. Assim sendo, “Quando sobrevém o salariado na zona rural, uma parcela das mulheres se proletariza. Todavia, os maiores contingentes perdem as funções produtivas que desempenhavam ou mantêm-se como força de trabalho reserva”

Portanto, o sistema salarial desqualifica uma vasta quantidade de mulheres como trabalhadoras produtivas, haja vista que as oportunidades que se apresentam às mulheres são as do trabalho temporário, insuficiente para estabelecer uma relação de emprego que garanta direitos laborais. Justamente por causa disso, é extremamente simples contornar as leis que regem as relações de trabalho no campo, promovendo uma clara discriminação salarial. Essas atitudes dos patrões intensificam o anseio feminino de não duplicar sua carga horária de

trabalho. Portanto, os elementos que descaracterizam a mulher como trabalhadora eficiente e a transformam em dona de casa se potencializam reciprocamente (Saffioti; Ferrante, 1983).

No Brasil, a discriminação não se limita a uma discriminação concreta; em termos de representações sociais mentais que se fortalecem e se reproduzem de diversas formas, o que se percebe é um racismo cultural que faz tanto agressores quanto vítimas aceitarem como normal o fato de mulheres e negras terem papéis sociais menosprezados em relação à população economicamente ativa.

Diante disso, verifica-se que em relação à discriminação contra as mulheres, é importante observar as disparidades salariais no desempenho de uma função em comparação com os homens, e a aceitação de que tudo está bem. Em relação à mulher negra, a falta de perspectiva sobre novas opções leva-a a se dedicar à prestação de serviços domésticos, colocando-a em uma posição de submissão e dependência das famílias brancas de classe média. Com isso, pode-se inferir que “A empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da “inferioridade”, da subordinação. No entanto, foi ela quem possibilitou e ainda possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa dentro do sistema de dupla jornada” (Gonzales, 2020, p. 35).

Diante desse cenário, a obra “Mulher brasileira é assim” de Saffioti e Vargas (1994), ressaltam que é neste jogo de contradições, as mulheres são exploradas e subjugadas em nome não só da estrutura social de gênero, onde a violência é um dos principais métodos de adestramento, mas também de sua origem étnico-racial e da classe social à qual pertencem. Portanto, não se pode falar de uma mulher genérica, mas sim de uma mulher sempre situada historicamente, pois as identidades sociais do indivíduo a caracterizam como multifacetada.

Destarte, observa-se, segundo Gonzales (2020) que a exclusão da mulher negra é evidente pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: o de doméstica ou mulata. O conceito de doméstica engloba uma variedade de tarefas que definem seu ambiente natural, sendo associada a profissões como empregada, servente, merendeira em escolas e assim por diante. Por outro lado, a expressão mulata refere-se à forma mais sofisticada de reificação, no qual, é denominada produto para exportação, ou seja, um item destinado ao consumo de turistas nacionais.

Frente a isso, constata-se a falsa proposta de um suposto mercado de trabalho que atua como um funil e que, no final das contas, resulta em um elevado nível de alienação, haja vista que este tipo de abuso sexual contra a mulher negra está ligado a todo um processo de distorção, venda da cultura negra e folclore no Brasil. Assim sendo, deve-se refletir sobre a apropriação

das escolas de samba pela indústria do turismo e como isso, além de gerar lucro, contribui para uma imagem internacional positiva da “democracia racial brasileira” (Gonzales, 2020).

Na obra “gênero, patriarcado e violência” de Saffioti (2004, p. 47), ressalta-se que em relação ao gênero, é enfatizado que “Este conceito não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual”.

Ainda de acordo com a autora, como categoria histórica, o gênero pode ser visto em diversas situações, tais como um dispositivo semiótico; como atribuições e divisões assimétrica de potencialidades e características; como símbolos culturais que evocam conceitos, representações que se inscrevem como interpretação de significados, identidade individual, instituições e organizações sociais. Cada feminista destaca um aspecto específico do gênero, existindo um campo, mesmo que restrito, de acordo: o gênero é concebido a partir da construção social do feminino e masculino.

2.2 A violência doméstica contemporânea no Estado do Piauí

Pretendemos apresentar neste subitem alguns dados e reflexões sobre a violência doméstica no Estado do Piauí, observando as intersecções com o meio rural.

Para isso, utilizaremos a “Pesquisa Estadual da violência contra a mulher-Piauí”, organizado pelo Data Senado, bem como algumas informações divulgadas no site do Ministério Público do Piauí, e no Pacto de enfrentamento à violência contra as mulheres no Piauí. Além disso, será utilizado a reportagem intitulada “Terra, Raça e Classe: a classe trabalhadora é negra” realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

A reportagem intitulada “Terra, Raça e Classe: a classe trabalhadora é negra” (2017) ressalta que a maioria da classe trabalhadora brasileira é negra e as disparidades sociais e territoriais no campo estão profundamente conectadas às desigualdades raciais. Nesse contexto, as experiências de militância do MST revelaram que a maioria das pessoas nos assentamentos é afro-brasileira, sendo, assim, além de serem vítimas de racismo – ora oculto, ora explícito –, também enfrentam o preconceito de classe.

Nessa senda, Fernandes (1988, p. 85) enfatiza que “Classe e raça se fortalecem reciprocamente e combinam forças centrífugas à ordem existente, que só podem se recompor em uma unidade mais complexa, uma sociedade nova, por exemplo. Aí está o busílis da questão no plano político revolucionário”. Segundo ele, classe e raça são duas polaridades que não se

opõem, mas se interpenetram como elementos explosivos. Classe e raça são a unidade do diverso, são questões interligadas na sociedade capitalista sendo que uma não se esgota na outra e tampouco, uma não esgota a outra.

A obra de Davis (2016), *Mulheres, raça e classe*, avança nessa discussão discutindo a mediação entre essas três categorias. Discute o legado da escravidão e seus parâmetros para uma nova condição da mulher negra, que de maneira estruturante se estabeleceu na formação social política e econômica de diferentes países. Nesse contexto, ao destacar as relações entre os movimentos antiescravagistas e a luta pelos direitos das mulheres, a autora já indica intersecções que atravessam os tempos, inclusive a história do movimento sufragista, e que determinam a particularidade da mulher negra numa sociedade de classes. Os exemplos dos estupros expressam o caráter da violência, em especial da mulher negra trabalhadora. Desta forma, a emancipação das mulheres negras deveria perpassar necessariamente pela emancipação da classe trabalhadora, e por um amplo processo de educação (Davis, 2016).

As análises empreendidas pela autora, embora estejam pautadas na experiência estadunidense, refletem uma realidade vivida nos diferentes países que passaram por processos colonizatórios. O Brasil, também com esta marca, não é diferente. A expressão da população negra no Brasil é grande, especialmente em algumas regiões e estados.

Frente a isso, o estudo intitulado “Pesquisa Estadual da violência contra a mulher – Piauí” (2024), organizada pelo Data Senado, evidenciou que no Piauí, 79% das mulheres com 16 anos ou mais são negras, pardas ou indígenas, enquanto 21% são brancas ou amarelas. No que diz respeito à renda mensal, 69% dos piauienses possuem uma renda familiar de até dois salários mínimos, enquanto 14% possuem uma renda familiar entre dois e seis salários mínimos e 5% possuem uma renda familiar superior a seis salários mínimos. No Piauí, 51% das mulheres têm apenas o ensino fundamental, 34% o ensino médio e 16% o ensino superior (Instituto de Pesquisa DataSenado, 2024, p. 15).

A situação de domicílio da população feminina no Piauí em 2023, foi evidenciado pela pesquisa que estimasse que 70% vivem na área urbana e 30% na área rural, correspondendo, respectivamente a 922.650 e 389.021. Ainda de acordo com os dados coletados através das entrevistas, evidenciou-se que nos últimos doze meses, a violência doméstica e familiar contra as mulheres aumentou de maneira considerável em torno de 77% no meio rural, enquanto que no meio urbano esse aumento foi para 72% (DataSenado, 2024, p. 111).

No mesmo documento, constatou-se que 50% das mulheres que vivem no meio rural no Estado do Piauí ressaltaram que a falta de punição contra os seus agressores as leva, na maioria das vezes a não denunciar a agressão (DataSenado, 2024, p. 125). Além disso, na maioria das

vezes as mulheres domiciliadas no meio rural, cerca de 58%, não denunciam a agressão pelo fato de depender financeiramente do agressor (DataSenado, 2024, p. 132).

Também é observado que por não conhecer os seus direitos, 44% das mulheres do meio rural é levada na maioria das vezes a não denunciar a agressão (DataSenado, 2024, p. 139). Em relação ao vínculo, verificou-se que o agressor é o marido/companheiro, correspondendo a uma porcentagem de cerca de 75%.

O quadro abaixo foi montado com base nas informações coletadas pela DataSenado sobre a violência sofrida por mulheres domiciliadas no meio rural, no qual se busca verificar a população estimada feminina do Piauí no meio rural.

Quadro1 – População estimada feminina rural Piauí: 30% - 389.021

Pesquisa	Na maioria das vezes / Sim	As vezes	Raramente	Nunca / Não	Não sei
De forma geral, você acha que as mulheres são tratadas com respeito no Brasil?	9%	43%	0	48%	0
Em sua opinião, as mulheres que sofrem agressão denunciam o fato às autoridades:	21%	56%	2%	19%	2%
Com que frequência você acha que [A falta de punição] leva uma mulher a NÃO denunciar a agressão?	50%	31%	11%	6%	2%
Com que frequência você acha que [Depender financeiramente do agressor] leva uma mulher a NÃO denunciar a agressão?	58%	14%	11%	16%	1%
Com que frequência você acha que [Não conhecer seus direitos] leva uma mulher a NÃO denunciar a agressão?	44%	29%	14%	12%	1%
Com que frequência você acha que [Ter medo do agressor] leva uma mulher a NÃO denunciar a agressão?	62%	24%	3%	10%	0
Com que frequência você acha que [Preocupar-se com a criação dos filhos] leva uma mulher a NÃO denunciar a agressão?	63%	17%	4%	13%	3%
Com que frequência você acha que [Ter vergonha da agressão] leva uma mulher a NÃO denunciar a agressão?	52%	19%	13%	15%	1%
Com que frequência você acha que [Acreditar que seria a última vez] leva uma mulher a NÃO denunciar a agressão?	63%	8%	12%	15%	2%
Você acha que a Lei Maria da Penha protege as mulheres contra a violência doméstica e familiar?	49%	31%	0	20%	0

Você conhece ou já ouviu falar sobre esses serviços de proteção à mulher: [Delegacia da Mulher]?	95%	0	0	5%	0
you already heard about what is Medida Protetiva?	16%	68%	0	16%	0
Algum episódio de violência doméstica ou familiar ocorreu nos últimos 12 meses?	36%	0	0	64%	0
Por causa da violência mais grave, você buscou algum tipo de assistência de saúde?	14%	0	0	86%	0
Você convive com a pessoa que te agrediu?	18%	0	0	82%	0
Essa pessoa mora com você?	100%	0	0	0	0
a aggression influenced for the end of the relationship?	69%	28%	0	3%	0
No momento da agressão mais grave, a pessoa que te agrediu estava: [Bêbada]?	46%	0	0	37%	3%
No momento da agressão mais grave, a pessoa que te agrediu estava: [Drogada]?	10%	0	0	90%	0
No momento da agressão mais grave, a pessoa que te agrediu estava: [Com ciúmes]?	59%	0	0	39%	2%
No momento da agressão mais grave, a pessoa que te agrediu estava: [Inconformada com término de relacionamento]?	54%	0	0	46%	0
No momento da agressão mais grave, a pessoa que te agrediu estava: [Estado normal]?	9%	0	0	85%	6%
Qual foi sua atitude em relação à última agressão [Denunciou em uma Delegacia da Mulher]?	11%	0	0	89%	0

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do DataSenado de 2024.

Percebe-se que para a questão de opinião sobre como as mulheres são tratadas no Brasil, a grande maioria apontou que consideram as vezes ou nunca com respeito. No quesito em que indica que depender financeiramente do agressor leva a mulher a não denunciar a agressão, percebe-se que a grande maioria indicou que isso ocorre na maioria das vezes.

Entre outros quesitos que indicam porque a mulher não denuncia uma agressão, destacamos o alto índice de pessoas que responderam: ter medo do agressor; a preocupação com a criação dos filhos; acreditar que seria uma última vez. Outras opiniões expressivas foram: ter vergonha da agressão e não conhecer os seus direitos. Muito embora um grande número de

respondentes indicou ter ouvido falar sobre algum serviço de proteção à mulher (Delegacia da Mulher ou medidas protetivas).

É alarmante também o índice de respondentes que afirmam que os agressores moravam na mesma residência das vítimas, e quando perguntadas sobre as condições objetivas no momento da agressão, a grande maioria indicou que estavam alcoolizadas, ou com ciúmes ou inconformada com o final do relacionamento. Essas respostas dizem muito sobre os fundamentos do tipo de relação de gênero estabelecida na estrutura social, que se manifesta de maneiras diferentes, mas com o mesmo fundamento da dominação.

Quando inquiridas sobre a opinião se a Lei Maria da Penha tem protegido as mulheres contra a violência doméstica, a grande maioria respondeu que as vezes ou na maioria das vezes sim. Isso demonstra um avanço na implementação desta legislação.

Em consonância com essas discussões, a pesquisa do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM (2025) evidencia que o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) coleta dados sobre violência doméstica, sexual e outras formas de violência, o que é essencial para entender a violência contra as mulheres no Brasil. Nesse sentido, é retratado que “Em 2023, foram registradas 302.856 notificações de violência doméstica, sexual e outras formas de violência contra mulheres, um aumento significativo em relação aos 216.024 casos de 2022” (RASEAM, 2025, p. 102).

Ainda segundo o documento, com 152.011 registros, a região Sudeste, a mais populosa do Brasil, ocupou a primeira posição em notificações. O Nordeste ficou em segundo lugar, com 56.829 ocorrências. Em relação aos casos de violência contra mulheres adultas (20 a 59 anos), 60,4% das vítimas eram mulheres pretas e pardas, ao passo que 37,5% eram mulheres brancas, na qual, pode-se inferir que essas informações destacam a intersecção de vulnerabilidades enfrentadas por mulheres negras, consequência das desigualdades socioeconômicas e raciais.

No que diz respeito à situação conjugal das vítimas, as mulheres adultas solteiras representam a maior porcentagem nas notificações, com 46,1%. As mulheres casadas ou em união consensual representam 41,2%. Os homens são os principais agressores das mulheres. Em 76,6% dos casos de violência doméstica, sexual e/ou outras formas de violência contra mulheres, o autor é do sexo masculino. Em 2023, aproximadamente 71,6% dos casos de violência contra mulheres notificados ocorreram no âmbito doméstico, evidenciando que o lar, que deveria ser um lugar seguro, é, na verdade, um ambiente de alto risco para muitas mulheres.

Além disso, ainda de acordo com RASEAM (2025, p. 106), a “violência física é o tipo de violência mais frequente registrado contra mulheres, somando 56,8% das notificações do Sinan. Essa violência ocorre tanto em ambientes domésticos quanto públicos, embora a maior

parte dos casos de violência seja registrada no contexto doméstico”. Em 2023, a violência psicológica e/ou moral acabou por representar cerca de 29,9%, tornando-se o segundo tipo de violência mais reportado.

Em contribuição, constata-se que as informações divulgadas no site do Ministério Público do Piauí, evidencia-se que em relação a violência contra as mulheres são disponibilizados alguns materiais de apoio, tais como cartilhas, publicações, artigos, vídeos e webinar. Entre as campanhas promovidas pelo site, as mais recentes são de 2022 e 2023, nas quais apresentam slogans, tais como “antes bem acolhida do que mal acompanhada”, “fique alerta, a violência dá sinais” e “abrace a equidade”.

Entre as redes de proteção para a mulher piauiense em situação de violência, o site do Ministério Público do Piauí lhes apresenta os endereços e contatos de delegacias especializadas; a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; Rede de Atenção Psicossocial e o Serviço de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual (SAMVVIS).

O Pacto de enfrentamento à violência contra as mulheres no Piauí ressalta que no que diz respeito às vítimas de feminicídio, 61,1% eram negras e 38,4% brancas. Nos demais homicídios de mulheres, a proporção de vítimas negras é ainda mais elevada, representando 68,9% dos casos contra 30,4% de vítimas brancas. Nos primeiros nove meses de 2023, foram contabilizados o mesmo número de feminicídios que o ano inteiro de 2022, sinalizando um crescimento do crime de ódio contra as mulheres no Piauí, especialmente no interior do estado (Governo do Piauí, 2024, p. 84).

Ainda segundo o mesmo documento, no ano de 2022, Teresina registrou 5 casos de feminicídio, enquanto outros 19 ocorreram em 15 cidades do interior. Em 2023, até dezembro, foram contabilizados 24 delitos, dos quais 2 ocorreram em Teresina e outros 22 em 21 cidades. A maioria dos crimes de feminicídio no Piauí ocorreu em casa (11); 7 dos 24 casos ocorreram em zonas rurais; 3 em vias públicas, enquanto os demais ocorreram em clubes/agremiações (1), comércio (1) e universidade (1).

Embora seja fundamental destacar os logros de uma sistematização tão importante realizada pelos documentos acima mencionados, é necessário destacar que ainda é preciso aprimorar e fortalecer redes, pesquisas e instituições que registram dados e promovem um processo de conscientização sobre as situações de violência doméstica. Isso, porque é sabido que muitos dos casos não são denunciados ou notificados, especialmente no campo.

Por fim, destaca-se que a análise dos gráficos e dos dados apresentados ao longo do trabalho requer uma leitura crítica que vá além da interpretação imediata do aumento dos números de violência contra a mulher. Dessa maneira, o crescimento dos registros deve ser

compreendido, sobretudo, como resultado do avanço das denúncias e da maior visibilização de um fenômeno historicamente silenciado, especialmente no meio rural.

Com isso, evidencia-se que a violência sempre esteve presente de forma intensa, mas permaneceu encoberta por fatores como o medo, o controle social, a naturalização das agressões e a inexistência de canais acessíveis de denúncia. Nesse sentido, os dados estatísticos cumprem um papel político fundamental ao tornar visível aquilo que, durante décadas, foi tratado como problema privado. Conforme argumenta Segato (2016), nomear a violência e torná-la pública é um passo essencial para desestabilizar as estruturas que a sustentam e para pressionar o Estado na construção de políticas públicas específicas e territorializadas.

3 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM ÁREAS DA REFORMA AGRÁRIA: O CASO DOS ASSENTAMENTOS LISBOA E MARRECAS, PIAUI

A proposta desse capítulo perpassa por uma breve contextualização de dois assentamentos da Reforma Agrária, dos quais foram realizados o trabalho de campo. A intenção que aqui se apresenta é de buscar identificar dados e informações acerca de processos de violência doméstica, bem como apontar as ações desenvolvidas ou que podem ser desenvolvidas nas áreas de Reforma Agrária no combate efetivo às situações de violência.

Pretendemos na sequência dos estudos, apresentar também um conjunto de depoimentos que visibilizem opiniões, análises e sugestões de mulheres camponesas acerca do tema.

3.1 Assentamento Lisboa

O Assentamento Lisboa, localizado no estado do Piauí, é fruto da luta pela Reforma Agrária Popular e da organização de trabalhadores rurais em busca de acesso à terra e melhores condições de vida. Assim como em outras regiões do Brasil, a concentração fundiária e a existência de grandes áreas improdutivas no Piauí geraram tensões sociais, levando grupos de trabalhadores sem-terra a se mobilizarem para reivindicar a posse dessas áreas.

Nesse sentido, a formação do Assentamento Lisboa ocorreu dentro desse contexto, como parte de uma série de ocupações de terras promovidas por movimentos sociais, entre eles, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que tinha como objetivo democratizar o acesso à terra.

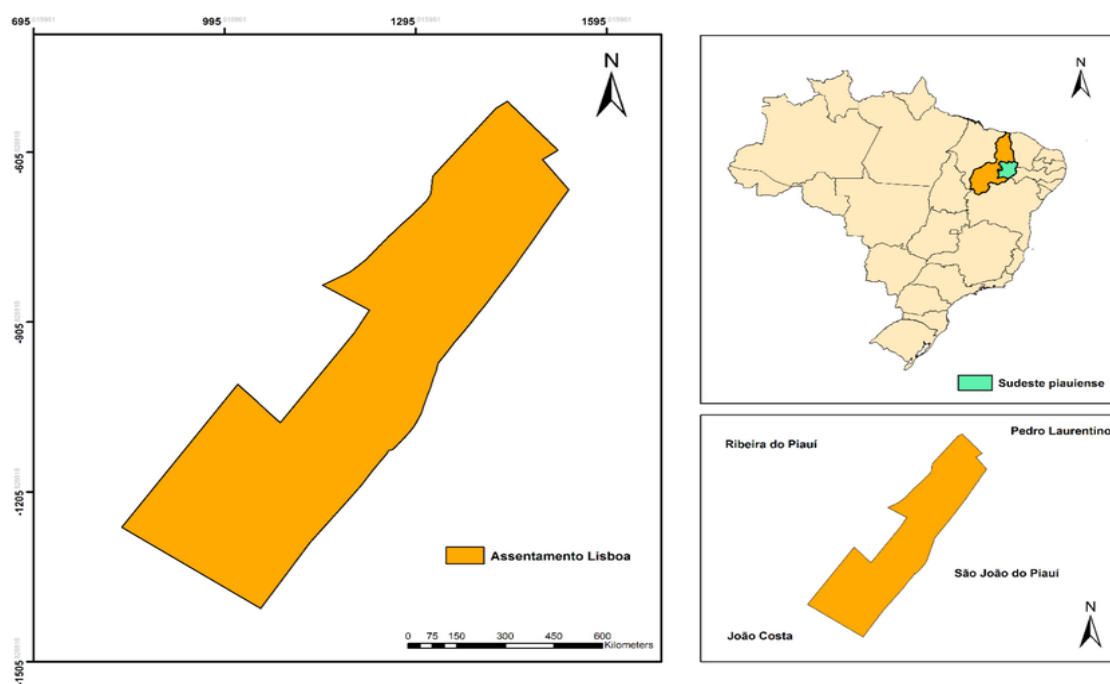
As imagens abaixo indicam uma foto da área comunitária do assentamento, bem como sua localização geográfica.

Figura 4 – Área Comunitária do Assentamento Lisboa



Fonte: Imagem de drone realizada pela Agência Nestante, 2022.

Figura 5 – Localização Geográfica do Assentamento Lisboa



Fonte: Costa, 2025.

Diante disso, Araujo (2022) ressalta que:

O Assentamento Lisboa fica localizado a 25 km ao norte da sede do município de São João do Piauí, a margem da PI 141, no Estado do Piauí, está na macrorregião do

semiárido piauiense, território integrado da Serra da Capivara a aproximadamente 450 km da capital Teresina. Sua área de extensão territorial é 9.976,3400 hectares, a reserva legal do assentamento fica localizada no município de Pedro Laurentino, o assentamento também é cortado pelo Rio Piauí (Araújo, 2022, p. 35).

Nessa senda, a área onde hoje está localizado o assentamento era anteriormente composta por grandes propriedades privadas que não cumpriam sua função social, estando subutilizadas ou abandonadas. A ocupação inicial foi impulsionada pela necessidade das famílias em garantir um espaço para cultivar e viver com dignidade, no qual, com o apoio de diversas organizações, incluindo sindicatos rurais e ONGs defensoras dos direitos humanos, essas famílias conseguiram suporte para dar início ao processo de regularização fundiária. Nesse contexto, Araújo (2022) afirma que:

[...] o processo de ocupação do assentamento Lisboa tem início na região de Picos Piauí e municípios vizinhos, através de articulações e lutas do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em parceria com a CPT (Comissão Pastoral da Terra), lideranças da igreja católica, CUT (Central Única dos Trabalhadores) e sindicato dos trabalhadores rurais da região. As lideranças que já conheciam as comunidades foram fundamentais no diagnóstico para localizar os pequenos agricultores que não possuíam terra. As mobilizações ocorreram em nove municípios, o primeiro passo foi fortalecer os sindicatos e depois mobilizar as famílias através de encontros e reuniões realizados por militantes do MST que vieram de outros Estados para contribuir (Araújo, 2022, p. 37).

Após anos de resistência e negociações com o governo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) reconheceu a legitimidade da ocupação e oficializou o assentamento no ano de 2024, distribuindo lotes de terra para as famílias envolvidas. No entanto, o processo de consolidação do Assentamento Lisboa não foi simples, haja vista que as primeiras famílias assentadas enfrentaram dificuldades relacionadas à falta de infraestrutura básica, como moradias adequadas, acesso à água e estradas (Araújo, 2022). Além disso, a necessidade de adaptar os assentados a um novo modelo produtivo foi um desafio importante, pois muitos dos trabalhadores rurais não possuíam conhecimento técnico suficiente para iniciar a produção agrícola de forma organizada, sendo necessária a implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural e a capacitação dos agricultores.

Araújo (2022) ressalta que ao longo do tempo, com o suporte de políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e iniciativas de assistência técnica, as famílias do assentamento passaram a desenvolver atividades agrícolas variadas. A produção no Assentamento Lisboa inclui o cultivo de grãos, hortaliças e frutas, além da criação de pequenos rebanhos de gado e aves. Esses produtos são voltados tanto para

o consumo das próprias famílias quanto para a comercialização em feiras locais e em programas institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A organização coletiva também desempenhou um papel central no desenvolvimento do Assentamento Lisboa, no qual a criação de associações e cooperativas foi fundamental para a gestão dos recursos e para a integração das famílias em torno de objetivos comuns, haja vista que essas iniciativas ajudaram a garantir o acesso a créditos e financiamentos, além de fomentar a solidariedade entre os assentados, promovendo o fortalecimento da comunidade.

Hoje, o presente assentamento é um exemplo de transformação social através da reforma agrária, pela qual, as famílias assentadas, com muito esforço e trabalho coletivo, conseguiram superar os desafios iniciais e transformar uma área anteriormente improdutiva em um espaço de produção sustentável e de vida digna. A adoção de práticas agrícolas sustentáveis e a preservação ambiental também se tornaram pautas centrais para a comunidade, que busca garantir a qualidade de vida das gerações futuras.

Infelizmente ainda existem poucos trabalhos do Assentamento Lisboa em relação à questão de gênero. Dos encontrados, a maioria se refere ao processo de ocupação, produção e luta pela reforma agrária, entre os quais encontram-se descrições importantes sobre a área. No entanto, no estudo de Magrini *et al.* (2010) é evidenciado que os assentamentos rurais “São novos espaços, onde tem sido possível, mesmo contrariando previsões e expectativas, vivenciar novas relações sociais em torno da posse da terra, uma nova forma de produzir, um novo controle sobre o tempo de trabalho e relações de gênero mais igualitárias” (Magrini *et al.*, 2019, p. 434).

Nesse sentido, os autores destacam que, entre as principais conquistas na promoção da igualdade de gênero, estão as ações que determinaram a distribuição e titulação conjunta de terras para casais. Pode-se inferir que isso foi feito de maneira clara, garantindo que os direitos de propriedade são concedidos a ambos, independentemente de serem casados ou viverem em união estável.

Diante disso, pode-se evidenciar que os assentamentos rurais podem ser espaços de mudança social, onde se estabeleceram novas relações de posse, produção e, principalmente, relações de gênero mais equitativas. A concessão e titulação conjunta de terras para casais é um progresso notável na promoção da igualdade de gênero, garantindo que tanto mulheres quanto homens possuam direitos de propriedade assegurados. No entanto, a continuidade de uma linguagem sexista na elaboração dessas leis evidencia um desafio ainda atual: a exigência de alterações não só nas práticas, mas também nas estruturas simbólicas e linguísticas que alimentam a desigualdade. Este progresso indica que as comunidades rurais podem ser locais

propícios para transformações, contanto que sejam regularmente revisados e ajustados para cumprir os princípios de igualdade e respeito entre os gêneros.

3.2 Assentamento Marrecas

O Assentamento Marrecas, localizado no estado do Piauí, representa um importante marco de resistência e luta pela reforma agrária na região. Sua história remonta ao ano de 1989, quando movimentos sociais ligados à luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), intensificaram sua atuação no Nordeste brasileiro, onde o processo de formação do assentamento foi resultado da ocupação de terras improdutivas pertencentes a grandes latifundiários, que geravam grande desigualdade fundiária na região.

Figura 6 – Localização do Assentamento Marrecas



Fonte: Google Maps, 2024.

Nesta senda, Junior (2022) ressalta que:

Em 10 de junho de 1989, 120 famílias articuladas pelo o MST, oriundas de outros municípios como Paulistana, Simões, Picos, Caridade, Curral Novo, Padre Marcos e Pio IX realizaram a primeira ocupação de terra do estado do Piauí, no município de São João do Piauí, ocupando a fazenda Zebulândia, que consequentemente resultou na formação do assentamento Marrecas (Junior, 2022, p. 23).

Ainda segundo o autor,

O MST antes de ocupar a fazenda fez todo um estudo e levantamento de informações sobre a área. Depois de verificadas as condições favoráveis de solo fértil e água em abundância, os mesmos chegaram à conclusão de que a área tinha as condições necessárias para as famílias poderem trabalhar com a agricultura e tirar o seu próprio sustento. Depois disso veio a ocupação que é a primeira forma de luta do movimento na construção dos assentamentos (Junior, 2022, p. 24).

A área ocupada foi, por muito tempo, utilizada para a pecuária extensiva, uma prática que degradava o solo e não gerava emprego para a população local. Diante disso, as famílias que buscavam melhores condições de vida e trabalho viram na ocupação dessas terras uma oportunidade para garantir o acesso à terra e produzir alimentos de maneira sustentável, no qual, com o apoio de organizações de direitos humanos, sindicatos e movimentos sociais, essas famílias passaram a reivindicar formalmente a regularização da área, com o objetivo de transformá-la em um assentamento agrícola.

Após anos de negociações e pressões, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) finalmente oficializou o assentamento, garantindo a posse das terras às famílias assentadas. A formação do Assentamento Marrecas foi marcada por desafios, tanto em relação à infraestrutura básica, como moradia, água e energia, quanto em relação à capacitação dos agricultores para a produção, pois muitos dos assentados eram trabalhadores rurais que tinham pouca ou nenhuma experiência com a agricultura organizada, e por isso foi necessária a implementação de programas de assistência técnica e de desenvolvimento rural (Junior, 2022).

Com o passar dos anos, o assentamento consolidou-se como uma comunidade produtiva e organizada, no qual, “Após a ocupação as famílias deram início a organicidade, com isso equipes e setores foram criados para manter o acampamento mais organizado, fortalecido e resistente” (Junior, 2022, p. 24). Assim, as famílias começaram a diversificar sua produção, cultivando desde grãos até hortaliças e frutas, além de investirem em pequenos rebanhos de animais, como gado e caprinos.

O apoio de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), também desempenhou um papel crucial na consolidação do assentamento, garantindo que os produtos cultivados pudessem ser escoados para mercados locais e programas governamentais.

Além da produção agrícola, o Assentamento se destaca pela organização comunitária e pela busca de soluções coletivas para os problemas enfrentados, onde a formação de cooperativas e associações de moradores contribuiu para a gestão eficiente dos recursos e para o fortalecimento do senso de pertencimento entre os assentados. Outro fator importante foi a busca por alternativas sustentáveis de produção, com a adoção de práticas agroecológicas que visam a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade a longo prazo.

O Assentamento Marrecas, assim como outros assentamentos rurais no Brasil, simboliza a conquista de um direito básico: o acesso à terra. Sua formação é um reflexo das desigualdades sociais e econômicas historicamente presentes no campo brasileiro, mas também é um exemplo de que a luta organizada por direitos pode transformar realidades. Hoje, o assentamento é um espaço de resistência, produção e vida, onde as famílias seguem construindo suas histórias com trabalho, solidariedade e esperança.

Um pouco diferente do Assentamento Lisboa, no Assentamento Marrecas existem alguns, embora poucos, estudos e campanhas sobre a discussão e reflexão da questão de gênero no presente assentamento. Nessa perspectiva, o 1º Encontro Estadual da Juventude realizado pelos Jovens Sem Terra do Piauí aconteceu entre os dias sete e oito de junho de 2017 no Assentamento Marrecas, no qual, durante o encontro foi discutido e realizado uma e reflexões acerca da atual conjuntura brasileira, onde a discussão foi contemplada com temas sobre questão racial, questões de gênero, sexualidade e temas sobre a educação do campo.

Magrini *et al.* (2019, p. 441) ressaltam que a “mulher do campo” desempenha, geralmente, um papel considerado secundário tanto pelos homens quanto pelas próprias mulheres, conhecido como mão de obra de reserva. Essa perspectiva de mão de obra reserva pode ser manifestada nas categorias “auxílio”, para as tarefas realizadas pela mulher, e “trabalho”, para as tarefas realizadas pelo homem.

A invisibilidade que envolve o trabalho feminino no campo pode ser percebida também na distinção entre as expressões “agricultoras”, pouco usadas, e “esposa de agricultor”, bastante usadas, definindo a posição da mulher na família. Nas raras ocasiões em que a mulher desempenha funções produtivas, geralmente em posições tidas como femininas, a remuneração é sempre inferior à das funções tidas como masculinas, no qual, mesmo em ocupações equivalentes, ambos os sexos recebem salários distintos.

Frente a isso, corroborando com esse achado, Carneiro (2002) enfatiza que as mulheres do campo desempenham, geralmente, um papel considerado secundário tanto pelos homens quanto pelas próprias mulheres no processo de produção agrícola, podendo, assim serem vistas como uma mão de obra reserva. Nesta senda, Lechat (1996) acredita que a circunstância das mulheres que trabalham na agricultura é bastante particular, já que elas integram uma unidade familiar onde a reprodução e a produção do patrimônio e das pessoas são um único processo. Assim sendo, conforme essa estrutura se transforma, visando o trabalho coletivo em um assentamento de reforma agrária, não apenas o trabalho e sua representação podem sofrer alterações, mas também as relações de poder e hierárquicas.

Destarte, de acordo com Oliveira (2006), os assentamentos de reforma agrária são novos locais de organização socioeconômica no campo, onde os indivíduos envolvidos no processo batalham por um projeto de vida, e não apenas pela sobrevivência. Com isso, ao considerar os assentamentos como espaços organizados de produção e reprodução, pode-se entender que as interações sociais atravessam diversos espaços de tensão, acomodação, resistência e conflito, onde as diferenças tradicionais de gênero podem ser alteradas, transformadas e/ou perpetuadas.

Já para Magrini *et al.* (2010), esta situação tem sofrido alterações significativas, especialmente onde a mulher tem desempenhado cada vez mais tarefas não agrícolas, contribuindo para a manutenção de famílias agrícolas, através da geração de renda, indicando, assim, a possibilidade de estabelecer relações mais equitativas entre marido e mulher.

No entanto, os autores Santos, Cunha e Dias (2020) afirmam que o “MST não é exceção, ou seja, termina reproduzindo em seus acampamentos e assentamentos os desvios resultantes do machismo estrutural consolidado em nossa sociedade, mesmo diante das lutas e do protagonismo das mulheres em vários momentos dentro do Movimento” (Santos; Cunha; Dias, 2020, p. 29). Com isso, pode-se verificar como a divisão do trabalho no campo acaba por reforçar estereótipos de gênero, relegando as mulheres a papéis auxiliares e subvalorizados, o que não apenas desvaloriza seu trabalho, mas também reforça sua invisibilidade.

Ainda segundo os autores, essas questões sobre a participação feminina e as discussões de gênero no movimento é intrincada e não se manifesta na elaboração de documentos focados na atuação e presença feminina no Movimento. Neste contexto, vale destacar que, apesar das mulheres serem as principais protagonistas de diversas batalhas no campo brasileiro, o MST, num primeiro momento, não promoveu debates sobre como o machismo enraizado na sociedade brasileira impactava o Movimento e como a discussão de gênero era negligenciada. Portanto, a questão da mulher, posteriormente expandida para a questão de gênero, era abordada apenas internamente, sem ser vista como um problema do Movimento, que poderia resultar em sua própria ruína.

3.3 Trabalho de campo nos Assentamentos Lisboa e Marrecas: situações de violência doméstica

Primeiramente se realizou-se o levantamento de informações sobre formas de violência vivenciadas pelas mulheres no município, bem como sobre o entendimento das mesmas sobre o tema. Para isso foi aplicado um questionário fechado que foi realizado de maneira presencial dentro dos assentamentos. Esse formulário foi aplicado junto às mulheres do campo,

especialmente dos Assentamentos da Reforma Agrária Lisboa e Marrecas. Esse levantamento buscou atingir no mínimo 10 (dez) mulheres.

No questionário, buscou-se analisar cinco categorias, sendo elas: dados demográficos, experiências de violência, percepções sobre violência, impactos da violência, e políticas públicas e suporte.

O quadro 2 apresenta as informações sobre os dados demográficos das entrevistadas, onde se constatou que:

Quadro 2 – Dados demográficos das entrevistadas

Identificação	Dados das entrevistadas dos Assentamentos Lisboa e Marrecas
L1	Entre 55-64 anos de idade, casada, ensino fundamental incompleto, dona de casa.
L2	Entre 35-44 anos de idade, união estável, ensino médio incompleto, agricultura e dona de casa.
L3	Entre 25-34 anos de idade, solteira, ensino superior incompleto, dona de casa e estudante.
L4	Entre 35-44 anos de idade, solteira, ensino superior completo, agricultura.
L5	Entre 45-54 anos de idade, casada, ensino fundamental incompleto, agricultura.
M6	Entre 45-54 anos de idade, união estável, ensino médio completo, agricultura.
M7	Entre 55-64 anos de idade, viúva, ensino fundamental incompleto, agricultura.
M8	Entre 35-44 anos de idade, solteira, ensino superior completo, trabalhadora assalariada.
M9	Entre 35-44 anos de idade, solteira, ensino superior completo, trabalhadora assalariada.
M10	Entre 25-34 anos de idade, união estável, ensino médio completo, trabalhadora assalariada.

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Com isso, verificou-se que nos dados demográficos, verificou-se que das 10 (dez) mulheres entrevistadas, 2 (duas) possuíam entre 25-34 anos, 4 (quatro) possuíam entre 35-44 anos, 2 (duas) possuíam entre 45-54 anos e 2 (duas) possuíam entre 55-64 anos. Em relação ao estado civil, 4 (quatro) são solteiras, 3 (três) possuem união estável, 2 (duas) são casadas e 1 (uma) é viúva. Entre as ocupações principais se destacaram dona de casa (1), agricultura (5), estudante (1) e trabalhadora assalariada (3).

As informações são apresentadas no quadro abaixo, no qual se destaca em relação as experiências de violência, o quadro 3 demonstra os resultados obtidos através da aplicação do questionário, no qual foi evidenciado que:

Quadro 3 – Experiências de violências das entrevistadas

Id.	Você já sofreu algum tipo de violência?	Quem foi o autor da violência?	Você procurou ajuda após sofrer violência?	Se procurou ajuda, onde foi buscar?	Se não procurou ajuda, diga os porquês?
L1	Física, Sexual, Psicológica/Emocional e Econômica/Financeira	Parceiro/Marido	Não	_____	_____
L2	A mãe matou o pai em 2005	Parceiro/Marido	Sim	Delegacia	_____
L3	Psicológica/Emocional Econômica/Financeira Patrimonial	Parceiro/Marido	Sim	Familiares/Amigos	_____
L4	Física Psicológica/Emocional Patrimonial	Parceiro/Marido	Sim	Delegacia	_____
L5	Física Psicológica/Emocional	Parceiro/Marido	Não	_____	_____
M6	Física	Ex-parceiro/Ex-marido	Não	_____	_____
M7	Física Sexual Psicológica/Emocional	Parceiro/Marido	Não	_____	_____
M8	Física Psicológica/Emocional Econômica/Financeira	Parceiro/Marido	Não	_____	_____
M9	Física Psicológica/Emocional Econômica/Financeira	Parceiro/Marido	Não	_____	_____
M10	Física Psicológica/Emocional	Ex-parceiro/Ex-marido	Sim	Delegacia	_____

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Verificou-se que entre os tipos de violência que as entrevistadas já haviam sofrido (poderiam marcar mais de uma), foram elencadas: violência física (80%), sexual (20%), psicológica/emocional (80%), econômica/financeira (40%) e patrimonial (20%). Na pergunta sobre quem foi o autor da violência, 8 (oito) entrevistadas responderam que foi o parceiro/marido e 2 (duas) responderam que foram o ex-parceiro/ex-marido. Em relação a procura por ajuda após sofrer violência, apenas quatro procuraram ajuda, no qual, foram buscar

auxílio na delegacia (3) e com familiares/amigos (1). Infelizmente as que não procuraram ajuda, não justificaram os porquês.

Os dados apresentados revelam um cenário alarmante, mas infelizmente ainda muito presente na realidade de muitas mulheres. Nesse sentido, pode-se evidenciar que o alto índice de violência física e psicológica/emocional sofrida pelas entrevistadas mostra que essas formas de agressão continuam sendo práticas recorrentes dentro de relações íntimas. É significativo observar que 80% relataram agressões físicas e o mesmo percentual indicou sofrimento emocional, o que evidencia como esses dois tipos de violência costumam andar lado a lado, afetando tanto o corpo quanto a saúde mental das vítimas.

Outro ponto que chama atenção é o perfil dos agressores: todos os casos mencionam parceiros ou ex-parceiros como os responsáveis pelos atos violentos e isso reforça a ideia de que o ambiente doméstico, que deveria ser um espaço de proteção e afeto, muitas vezes se torna o principal local de risco para essas mulheres. A violência de gênero, nesses casos, revela relações baseadas no controle, na desigualdade e na dominação, onde o agressor se sente no direito de exercer poder sobre a vítima, perpetuando um ciclo que é difícil de romper. Além disso, o fato de apenas quatro mulheres terem buscado ajuda após sofrer violência mostra o quanto o silêncio ainda é uma barreira séria nesse contexto.

Nas percepções sobre violência, o questionário apresentou três perguntas, sendo: você acredita que a violência contra a mulher é um problema sério em sua comunidade? Você conhece a Lei Maria da Penha? Você sabe como procurar ajuda em casos de violência doméstica? Em ambas as perguntas as entrevistadas responderam sim, exceto a terceira pergunta que uma das entrevistadas respondeu não.

Em relação aos impactos da violência e as políticas públicas e suporte, o quadro 4 busca sintetizar as informações obtidas:

Quadro 4 – Impactos da violência e as políticas públicas e suporte

Id.	Impactos da Violência	Políticas Públicas e Suporte		
	De que forma a violência afetou sua vida?	Você acredita que há suporte suficiente para mulheres vítimas de violência na sua comunidade?	Que tipo de apoio você acha que é mais necessário para mulheres vítimas de violência na sua comunidade?	Você gostaria de participar de ações de formação e conscientização sobre violência contra a mulher?
L1	Saúde física, saúde mental; relações familiares; autoestima.	Não	Acesso a serviços de saúde; apoio psicológico; assistência jurídica; educação e capacitação.	Sim

L2	Saúde mental; relações familiares; autoestima.	Não	Apoio psicológico; assistência jurídica; educação e capacitação.	Sim
L3	Saúde mental; relações familiares; autoestima.	Não	Acesso a serviços de saúde; apoio psicológico; assistência jurídica; educação e capacitação; abrigos seguros.	Sim
L4	Relações familiares; autoestima.	Não	Apoio psicológico; assistência jurídica; educação e capacitação.	Sim
L5	Saúde mental	Não	Apoio psicológico; assistência jurídica; educação e capacitação.	Sim
M6	Saúde mental; autoestima.	Não	Acesso a serviços de saúde; apoio psicológico; assistência jurídica; educação e capacitação; abrigos seguros.	Sim
M7	Saúde mental; autoestima.	Não sei	Apoio psicológico; assistência jurídica; educação e capacitação.	Sim
M8	Saúde mental; relações familiares; desempenho no trabalho; autoestima.	Não	Acesso a serviços de saúde; apoio psicológico; assistência jurídica; educação e capacitação; abrigos seguros.	Sim
M9	Saúde mental; desempenho no trabalho; autoestima.	Não	Acesso a serviços de saúde; apoio psicológico; assistência jurídica; educação e capacitação.	Sim
M10	Saúde mental; relações familiares.	Não	Acesso a serviços de saúde; apoio psicológico; assistência jurídica; educação e capacitação; abrigos seguros.	Não

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

As sínteses apresentadas no quadro acima indicam que, em relação aos impactos da violência foi questionado de que forma a ela afetou a vida das entrevistadas, no qual, elas poderiam marcar todas as opções que constavam no presente questionamento. Dentre as respostas indicadas, foi evidenciado que 10% correspondeu a saúde física, 90% a saúde mental,

60% a relações familiares, 10% em relação ao desempenho no trabalho e 80% em relação a autoestima.

Já em relação as análises sobre as políticas públicas e suporte, evidenciou-se que as dez entrevistadas não acreditam que há suporte suficiente para as mulheres vítimas de violência em sua comunidade. Além disso, perguntou-se no questionário sobre que tipo de apoio que as entrevistadas achavam que era mais necessário para mulheres vítimas de violência na sua comunidade, onde elas poderiam marcar uma ou todas as opções que se aplicam nessa assertiva. Com isso, verificou-se que 60% sinalizam a importância do acesso a serviços de saúde, 40% para abrigos seguros e 100% para as áreas de apoio psicológico, assistência jurídica, educação e capacitação.

No âmbito da educação ou formação sobre o tema da violência doméstica, a questão se as mesmas gostariam de participar de ações de formação e conscientização sobre violência contra a mulher, um interessante dado vindo da entrevista, nos faz pensar a emergência de realização desses processos em áreas rurais. Das dez entrevistadas, somente uma respondeu que não. Possibilitar informações, caminhos e métodos para que as mulheres possam se emancipar de situações violentas, fazem parte da necessária dinâmica de combate às diferentes expressões da violência doméstica.

A partir dos dados obtidos, pode-se discorrer que historicamente, políticas têm sido formuladas para eliminar ou atenuar a dor das mulheres submetidas à violência, sendo a promulgação da Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha) um marco significativo para a promoção da emancipação das mulheres. Nesta senda, pode-se inferir que a presente lei acaba por estabelecer mecanismos para diminuir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, definindo ações de auxílio e proteção, além de estipular penalidades mais severas para os agressores (Brasil, 2006).

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (Brasil, 2011), outro marco significativo de políticas para a proteção das mulheres, tem como objetivo o de proteger as mulheres vítimas de violência através de programas nacionais abrangentes e coordenados, além de iniciativas de vários setores envolvidos com assuntos sobre saúde, educação, justiça, assistência social, segurança pública, justiça, entre outros, no qual, o seu principal intuito é sugerir medidas que combatam a discriminação de gênero e desmontem as desigualdades, assegurando às mulheres um atendimento humanizado e de qualidade.

Nesse sentido, pode-se inferir que a violência de gênero tem como consequência a violência doméstica como resultado. Conforme a Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, a agressão contra a mulher pode ser de natureza física, sexual, psicológica, moral e patrimonial,

conforme descrito no Capítulo II “Das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher” (Brasil, 2006) que ressalta que são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, as:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Brasil, 2006).

Com isso, a Lei 11.340/2006 pode ser concebida como resultado da batalha de Maria da Penha, que foi vítima de várias formas de violência por parte de seu companheiro, diante disso, a presente Lei recebeu o seu nome. Através dela é possível lutar contra todas as formas de violência contra as mulheres, sem distinção de cor, etnia, religião ou status social, assegurando, assim, a prevenção e eliminação da violência no âmbito doméstico.

Diante desse contexto, Lima (2019) ressalta que “Os altos índices de violência contra a mulher ferem os direitos humanos e mostram que o assunto precisa ser tratado nas diversas instituições sociais para repensar a educação e as políticas públicas” (Lima, 2019, p. 25). Assim sendo, ela destaca que compreender a Lei Maria da Penha e a legislação que tipifica o feminicídio pode auxiliar na compreensão dos instrumentos jurídicos de proteção à mulher que sofre violência, além de ilustrar a batalha dos movimentos sociais durante o século XX na garantia dos direitos humanos. Nesta perspectiva, é essencial promover uma educação que reflita sobre a intolerância, contribuindo, assim, para o combate ao preconceito, promovendo o exercício da cidadania e o respeito pela diversidade.

Ainda segundo Lima (2019), o crescimento das taxas de violência contra a mulher também foi acompanhado por um crescimento no volume de denúncias, no qual, o número 180

do serviço de denúncias registrou um aumento de cerca de 45% nos relatos de violência, com a violência física respondendo por mais de 50% dos casos e a violência psicológica com 32%, no período de 2014 a 2015.

O aumento da violência contra mulheres em contextos de conflitos no campo está diretamente relacionado às transformações no modelo de acumulação do capital e à intensificação dos processos de espoliação territorial. A expansão do agronegócio e a incorporação dos territórios da Reforma Agrária às cadeias do capital produzem tensões que recaem de forma particular sobre as mulheres, responsáveis pela reprodução da vida e, frequentemente, protagonistas das lutas pela terra. Conforme argumenta Harvey (2004), a acumulação por espoliação intensifica conflitos sociais e territoriais, criando cenários de violência nos quais os corpos femininos tornam-se alvos estratégicos de intimidação e controle.

Conforme o exposto, Lima e Arruda (2020) ressaltam que se pode notar um número considerável de queixas de violência psicológica, apesar de algumas evidências sugerirem uma magnitude ainda maior. Alguns elementos importantes acabam por contribuir para que nem sempre as ocorrências sejam relatadas: um deles é o problema em reconhecer esse tipo de agressão, considerando, dessa maneira, a influência de uma cultura machista e patriarcal que ainda está presente e acaba por favorecer a naturalização desse fenômeno, fazendo com que as vítimas não reconheçam que são vítimas desse tipo de violência.

Ainda segundo as autoras, a violência psicológica ocorre de maneira diferente dos outros tipos de violência, pois se caracteriza por ser silenciosa e sutil, ou seja, uma agressão que não se manifesta de imediato, como a física, mas gradualmente, fazendo com que a vítima frequentemente não perceba as manifestações dessa agressão ou tenha problemas para identificá-la. Assim sendo, pode-se verificar que “No cotidiano dos relacionamentos, ela adquire diversas características como: perseguição contumaz, ameaças, desqualificação da figura feminina etc., atingindo sobremaneira o psicológico das mulheres com alterações em sua autoestima e saúde mental” (Lima; Arruda, 2020, p. 3).

Nessa perspectiva, Franco, Magalhães e Carneiro (2018) enfatizam que a violência se manifesta de várias maneiras nas interações humanas e, particularmente, quando se evidencia nas relações familiares e/ou conjugais, pode se manifestar de várias formas e causar prejuízos a todos os indivíduos envolvidos. Assim, para elas, “a violência na relação conjugal nem sempre é percebida de forma consciente pelos envolvidos e, muitas vezes, por se dar de forma sutil, não é reconhecida pelos componentes da família como uma forma de violência” (p. 159), no entanto, em outros momentos, ela pode ser escancarada e nítida, tornando-se, dessa maneira, um percursor de sofrimento e dor para a família.

É difícil para as mulheres presumir e reconhecer que estão enfrentando uma situação de violência, visto que, segundo Arboit *et al.* (2018), algumas pessoas acabam incorporando as ideias negativas do parceiro sobre si mesmas, o que intensifica os danos emocionais e reduz a autoestima, já outras, por outro lado, absorvem apenas as vontades e anseios dele, o que por sua vez neutraliza os seus. Destarte, a violência contra a mulher também pode ser interpretada nos seus aspectos sociais e culturais, que estabelecem e legitimam posições, direitos, obrigações e papéis distintos para mulheres e homens, fundamentando a desigualdade de gênero historicamente existente na sociedade.

Desse modo, pode-se evidenciar que ainda que os movimentos sociais do campo, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tenham acumulado importantes conquistas no enfrentamento à violência contra a mulher, os dados e relatos analisados nesta pesquisa indicam que tais esforços permanecem insuficientes diante da complexidade e da intensidade da violência nos territórios rurais. No campo, a violência contra as mulheres apresenta características próprias, frequentemente mais severas do que nos espaços urbanos, em razão do isolamento territorial, da dependência econômica, da fragilidade das redes institucionais de proteção e da persistente ausência do Estado. Conforme aponta Saffioti (2015), a violência de gênero não pode ser compreendida fora das estruturas patriarcais que organizam a sociedade e que, no meio rural, se expressam de maneira ainda mais rígida, reforçadas pelas relações de poder vinculadas à terra, à propriedade e ao controle dos corpos femininos.

Com isso, pode-se inferir que “a discussão antecedente sobre as relações de gênero e patriarcado subsidiam e fundamentam o entendimento dos motivos que determinam a violência contra a mulher, ou seja, por que os homens se sentem autorizados a cometerem tal prática” (Lima; Arruda, 2020, p. 7). No entanto, as autoras ressaltam que a violência psicológica não deve ser vista como uma agressão séria apenas quando se manifestar em forma de violência física, uma vez que quanto mais tempo a vítima permanecer sob os efeitos dessa agressão, maiores serão seus danos psicológicos e emocionais, tornando-se difícil de deter sua progressão para a violência física; assim sendo, é crucial reconhecer a violência psicológica como um problema de saúde pública.

Nesse sentido, pode-se ressaltar que a violência que resulta da superioridade masculina sobre as mulheres e impacta toda a estrutura social é conhecida como violência de gênero, onde a mulher é agredida simplesmente por ser mulher. Com isso, pode-se salientar que essa situação é resultado da desigualdade de poder entre os gêneros, resultante de uma sociedade patriarcal e machista. Diante disso, Soares e Lopes (2018, p. 790) ressaltam que

Mulheres em situação de violência necessitam de ajuda para superar as barreiras sociais, culturais, econômicas e políticas que as impedem de procurar ajuda. Dessa forma, o enfrentamento das situações de violência requer ações em múltiplas dimensões, que podem incluir tanto ajudar as mulheres a reconhecerem que a violência não é aceitável e que tem consequências desfavoráveis para ela e seus filhos – fornecendo apoio emocional e respeitando a autonomia de cada mulher no processo de tomada de decisão – quanto ações práticas, como prover auxílio para alcançar a independência financeira (Soares; Lopes, 2018, p. 790).

Ainda conforme as escritoras, sob a ótica da integralidade da atenção, elas enfatizam a relevância de mecanismos relacionais, tais como vínculo, acolhimento e diálogo, no qual, o acolhimento implica em entender e respeitar as circunstâncias enfrentadas pelas mulheres. Assim sendo, pode-se inferir que o ato de escutar com interesse e acolhimento as inquietações das vítimas promove a criação de um vínculo que estimula a expressão do sofrimento e facilita a identificação da violência. Ademais, a orientação surge como uma estratégia crucial para intermediar as interações entre os indivíduos e é necessária para orientar, empoderar e fortificar as mulheres no combate a situações de violência.

As autoras Stochero e Pinto (2024, p. 2) afirmam que “A compreensão da problemática da violência contra as mulheres perpassa questões de gênero por estar ligada a relações desiguais de poder”, no qual, pode-se inferir que a grande incidência deste tipo de violência se concentra historicamente sobre as mulheres e que as relações violentas existem devido às relações assimétricas de poder que permeiam a vida diária das pessoas. Assim, pode-se concluir que a violência de gênero praticada no dia a dia das mulheres é socialmente aceita e tolerada, acabando, assim, por silenciá-las.

Elas ressaltam que, em relação ao combate à violência contra as mulheres, é notável que o ambiente rural também é mais carente de instituições e serviços, tais como delegacias, centros de saúde e abrigos, no qual, pode-se destacar que, em cidades menores, a presença de instituições especializadas no atendimento a mulheres vítimas de violência é praticamente nula. A falta de informação, as distâncias extensas, o acesso limitado ao transporte, a dependência do companheiro e a falta de treinamento dos profissionais de saúde para identificar e encaminhar os casos são alguns elementos que contribuem para que as mulheres do campo permaneçam em situação de violência. Assim, as mulheres que residem em áreas rurais acabam sendo deixadas ao esquecimento e conseqüentemente lidam sozinhas com um cotidiano violento (Stochero; Pinto, 2024).

Nessa perspectiva, Dahmer, Manosso e Sobrinho (2020, p. 82) ressaltam que “violência contra a mulher é um fenômeno vivenciado pelas mulheres em todos os espaços sociais. Entretanto, no espaço rural essa problemática se agrava em função das dificuldades de acesso à Rede de Enfrentamento a Violência Contra à Mulher, que são instaladas no espaço urbano”.

Destarte, a distância entre o ambiente rural e urbano, juntamente com a escassez de recursos financeiros, são fatores que ampliam a lista de desafios que as mulheres em situação de violência enfrentam. Nesta senda, evidencia-se que as desigualdades nas relações de gênero são um desafio adicional a ser vencido pelas mulheres do campo, pois essas desigualdades interferem e infringem os direitos femininos, obscurecendo o trabalho produtivo, a geração de renda, a independência e sua atuação e participação como sujeitos.

Ainda segundo as autoras, os papéis pré-definidos como tarefas exclusivas dos gêneros foram assimilados pelos indivíduos sociais, com isso, ao adotarem certas práticas e valores, esses indivíduos contribuem, mesmo que de forma subconsciente, para a perpetuação do modelo patriarcal e sexista. Assim sendo, é nesse cenário de desigualdade hierárquica entre os papéis de gênero que surgem as várias formas de violência dirigida à mulher, no qual, as formas de violência enfrentadas pelas mulheres estão diretamente ligadas aos papéis de gênero pré-definidos, onde o homem ocupa o papel central de poder e a mulher é colocada em constante posição de submissão.

Adicionalmente, Schneider, Wedig e Vargas (2020, p. 246) ressaltam que estes papéis sociais naturalizados concentram várias interpretações sobre as situações de violência e as opressões que as mulheres enfrentam enquanto objetos da sociedade e do patriarcado. Nesta estrutura social, as mulheres nem sempre questionam sua condição inferior, haja vista que este modelo de organização social vai além de uma simples divisão sexista do trabalho, constituindo uma estrutura de poder que gera relações extremamente desiguais para as mulheres.

No contexto rural, Arboit *et al.* (2018, p. 507) ressaltam que a violência contra as mulheres se agrava devido ao anonimato, histórico de singularidades e isolamento feminino, bem como à distância geográfica em relação ao centro urbano. Nesse contexto, também são ressaltadas as barreiras funcionais e geográficas que essas mulheres enfrentam para acessar os serviços de atendimento, que, na sua maioria, estão situados em zonas urbanas. Assim sendo, pode-se observar que a combinação desses elementos acaba por contribuir de maneira significativa para a ampliação da invisibilidade da questão da violência contra as mulheres, especialmente no contexto rural.

Carvalho (2019) afirma em seu estudo que:

A violência contra a mulher é um fenômeno social complexo, persistente, atravessado por múltiplas dimensões, sejam elas sociais, culturais, simbólicas, psicológicas, entre outras. Esse tipo de violência se manifesta como uma relação de submissão ou de poder, acarretando consequências tais como medo, isolamento, dependência e intimidação. Geralmente, as agressões sofridas decorrem de conflitos interpessoais, revestido de um caráter moral que contribui para a sua invisibilidade (Carvalho, 2019, p. 166).

A autora ressalta que as mulheres constituem uma parcela significativa da população residente no campo, no entanto, mesmo que as mulheres tenham um papel significativo na produção agrícola, ela destaca que isso não é devidamente reconhecido, tornando suas funções na produção algo semelhante às suas tarefas domésticas. Diante disso, o movimento de reconhecer as mulheres como trabalhadoras rurais é relativamente recente e ainda assim está repleto de tensões que evidenciam as vulnerabilidades a que estão sujeitas no ambiente rural.

Ainda de acordo com Carvalho (2019, p. 167), “A violência contra a mulher também é uma causa de sofrimento psíquico e que, em muitos casos, as mulheres não reconhecem determinados atos como sendo uma situação de violência, pois já se encontram naturalizados no meio rural”. Assim, ela compreende que esta forma de violência é motivada pelas desigualdades de poder dentro da família, fundamentada em um modelo de sociedade hierárquica e patriarcal. Portanto, é necessário entender as particularidades do ambiente rural e como ele se estrutura em torno de uma construção sociocultural que estabelece as interações entre homens e mulheres, a fim de entender as dimensões da violência contra a mulher e suas consequências.

Ainda em relação a violência de gênero, Colpo e Krug (2021) ressaltam que “Na maioria das vezes as opressões dispostas para as mulheres ocorrem dentro do âmbito familiar, já que pesquisas apontam que esta violência é praticada pelos seus próprios companheiros, maridos, fazendo com que está se submeta à violência” (Colpo; Krug, 2021, p. 3). Nesse sentido, eles destacam que as opressões não se manifestam apenas nos abusos que sofrem dos próprios companheiros, mas também na falta de atendimento às suas necessidades fundamentais de sobrevivência, como alimentação, vestuário, moradia, cuidados com a saúde, trabalho e sustento, com frequência.

Ainda nesse contexto, Franco, Magalhães e Carneiro (2018) afirmam que:

Em diferentes tipos de culturas e classes sociais, a violência doméstica se apresenta de diversas maneiras e, muitas vezes, ocorre entre parceiros íntimos, sendo que, na maioria dos casos, está relacionada a conflitos que emergem em decorrência do rompimento conjugal. Assim sendo, a violência doméstica pode ser entendida como qualquer comportamento dentro de um relacionamento íntimo que cause danos físicos, morais, psicológicos, patrimoniais ou sexuais ao parceiro (a) ou ex-parceiro (a), nesse caso quando do fim da relação amorosa (Franco; Magalhães; Carneiro, 2018, p. 155).

Portanto, segundo as autoras, a violência presente no término da relação conjugal estaria ligada à diferenciação entre as características culturais atribuídas a homens e mulheres, particularmente no que diz respeito às especificidades biológicas da diferença entre os sexos, e também associada às relações de poder. Nesse sentido, elas acreditam que o abuso do poder

masculino sobre as mulheres está na origem da violência exercida contra elas, que ocorre através do controle do relacionamento conjugal e de táticas de domínio.

Ainda em relação a situação conjugal, observou a partir dos dados do questionário que o autor da violência foi o marido/parceiro. Nesse contexto, Galeli e Antoni (2018) enfatizam que “as mulheres têm dificuldades em delatar seus companheiros pela dinâmica relacional estabelecida pelo casal que alterna situações amorosas, de arrependimento do homem autor de violência e perdão da pessoa em situação de violência, com situações de tensão e de descontrole” (Galeli; Antoni, 2018, p. 2).

Diante disso, Galeli e Antoni (2018) acreditam que o receio de constantes agressões e ameaças, aliado à vergonha de permanecer no relacionamento, impede que as mulheres compartilhem suas experiências de violência com as pessoas próximas. Em contrapartida, pode surgir um fenômeno conhecido como anestesia relacional, que consiste em sentimentos, pensamentos e atitudes que contribuem para a perpetuação da situação de violência, principalmente através da naturalização ou negação da mesma; ademais, esse tipo de relação pode resultar no encarceramento de ambos os parceiros nessa dinâmica matrimonial.

Além disso, segundo as autoras, os efeitos da violência modificam a estrutura das suas redes de suporte social, tornando-as progressivamente mais limitadas e com pouca capacidade de fornecer suporte. Conforme as autoras afirmam, as mulheres ainda dão grande importância ao casamento, o que gera um sentimento de obrigação de manter essa relação, portanto, entende-se que a violência doméstica pode causar diversos danos à vida feminina e é interpretada de forma única por cada uma delas. Vários elementos estão ligados e afetam a continuidade ou interrupção desta violência, haja vista que a forma como a mulher interpreta e experimenta essa situação pode contribuir para auxiliar no combate à violência e até prevenir futuras situações de perigo.

Diante das discussões realizadas sobre a violência de gênero e violências conjugais, pode-se verificar que de uma maneira geral, mediante os resultados obtidos nos questionários realizados, pode-se verificar que as informações reunidas sublinham a seriedade e a complexidade da violência contra as mulheres em zonas rurais, particularmente em assentamentos de reforma agrária como Lisboa e Marrecas. A avaliação das respostas indica que, mesmo com 80% dos relatos de violência física e psicológica, existe uma percepção predominante entre as entrevistadas de que a violência contra a mulher é uma questão grave na comunidade; ademais, é notável que, mesmo reconhecendo a Lei Maria da Penha e o direito de buscar auxílio, apenas 40% das mulheres procuraram algum tipo de suporte após vivenciarem episódios de violência.

Outro aspecto significativo são os efeitos psicológicos, presentes em 90% das narrativas, sugerindo que a violência sofrida impacta diretamente a saúde mental e a autoestima dessas mulheres, gerando repercussões também na dinâmica familiar e na performance profissional. Nesse contexto, pode-se inferir que este panorama destaca a relevância de políticas públicas focadas no suporte psicológico e jurídico, setores considerados prioritários por todas as participantes da pesquisa.

A percepção das mulheres acerca da ausência de apoio em suas comunidades destaca a necessidade de reforçar as redes de apoio e ampliar o acesso a serviços de saúde, abrigos seguros, além de oportunidades para formação e sensibilização. Com isso, pode-se enfatizar que a disponibilidade e eficácia dessas ações são cruciais para fomentar a segurança e independência dessas mulheres, muitas das quais demonstraram interesse em se envolver em atividades educativas sobre o assunto.

3.4 Vozes das mulheres que sofreram violência

Um segundo momento importante da pesquisa foi o da realização de entrevistas semiestruturadas com mulheres que sofreram alguma forma de violência, buscando identificar seu entendimento sobre sua experiência, como buscaram auxílio, que órgãos públicos ou legislações sustentaram o apoio à esta mulher, bem como a experiência da continuidade da violência mesmo após medidas protetivas ou mesmo a saída do espaço da casa onde as sofreu. Foram realizadas entrevistas com 09 (nove) mulheres (sendo quatro do Assentamento Marrecas, e cinco do Assentamento Lisboa). Pretende-se aqui também identificar como se dá o suporte para essas mulheres vítimas da violência doméstica no campo.

Nesta seção, o guia geral das entrevistas abarcou questões com a seguinte estrutura: identificação, verificando aspectos como a idade, cor, estado civil, número de filhos, tempo de moradia no assentamento e nível de escolaridade. Também serão evidenciadas a experiência de violência, a busca por ajuda, a atuação de órgãos públicos e de legislações, a continuidade da violência e o suporte no Campo para as mulheres vítimas de violência. Por fim, foi realizado uma avaliação geral, evidenciado se ela (a entrevistada), gostaria que tivesse acontecido de diferente no seu caso e quais sugestões poderiam apontar para melhorar o atendimento e apoio às mulheres em situações como a sua.

Das nove mulheres entrevistadas, quatro foram do Assentamento Marrecas e cinco do Assentamento Lisboa. Para a preservação das identidades das entrevistadas, no decorrer do estudo elas serão referidas pelas iniciais de seus nomes.

O aumento de entrevistas seria maior, mas, no entanto, três entrevistadas após confirmarem a entrevista preferiram desistir, pois não se sentiriam bem em relembrar as violências vivenciadas. Nesse contexto, pode-se inferir que o silêncio que atravessa as trajetórias de muitas mulheres do campo emerge, nesta pesquisa, não apenas como ausência de fala, mas como uma dimensão constitutiva da própria violência.

Desse modo, o medo de represálias, a dependência econômica e a convivência cotidiana com o agressor fazem com que o silêncio se torne, muitas vezes, uma estratégia de sobrevivência. Conforme aponta Gonzalez (1984), o silenciamento das mulheres, especialmente das mulheres negras e pobres, é parte de um processo histórico de negação de humanidade e de direitos. Assim, compreender o silêncio como categoria analítica amplia as possibilidades de interpretação dos dados e aponta para a necessidade de investigações futuras que aprofundem essa dimensão, seja por meio de estudos longitudinais, seja por abordagens como a cartografia social da violência no campo.

As mulheres que desistiram de participar da pesquisa ou que interromperam seus relatos durante o trabalho de campo também constituem um dado significativo para a análise. A desistência revela os limites impostos pela violência estrutural, pelo medo e pelo controle exercido sobre os corpos e as vozes femininas. Conforme destaca Minayo (2006), em pesquisas qualitativas, os silêncios, as ausências e as recusas são elementos analíticos que expressam as condições sociais dos sujeitos pesquisados. No contexto dos assentamentos, a desistência não indica desinteresse, mas evidencia a permanência da violência e das relações desiguais de poder.

Em relação a identificação das entrevistadas, constatamos que as idades das mulheres giraram entre 20 a 55. Das nove mulheres, sete se declararam parda e duas se declararam como pretas. Esse dado confirma a necessidade de que as ações de combate à violência doméstica passem obrigatoriamente pela relação intrínseca entre gênero, raça e classe. Nos referimos tanto às ações relacionadas às políticas públicas em geral para o campo, que possam fortalecer essas mulheres em situação de vulnerabilidade.

Em relação ao estado civil, das entrevistadas, cinco são solteiras, que circulam numa faixa etária de 20 a 40 anos, entre as quais apenas duas não tem filhos. Três delas são separadas (numa faixa etária entre 32 e 55 anos), das quais todas têm filhos, e, uma está em uma união estável, que com 48 anos tem 6 filhos. A relação entre a faixa etária, o estado civil e o número de filhos, nos indica questões importantes para a análise, visto que ela revela aspectos centrais sobre a condição social e econômica dessas mulheres, além de permitir compreender como se configuram suas vulnerabilidades diante da violência doméstica. As mulheres mais jovens, em

sua maioria solteiras, demonstram uma busca maior por autonomia, embora ainda enfrentem dificuldades para romper com padrões tradicionais de dependência afetiva e econômica. O fato de parte delas já possuir filhos mesmo sem uma relação conjugal estável evidencia a sobrecarga da maternidade solo, o que pode limitar suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e de acesso à renda própria.

Entre as mulheres separadas, a presença de filhos em todos os casos reforça o papel central da maternidade na construção de suas identidades e trajetórias, mas também expõe como a responsabilidade familiar recai majoritariamente sobre elas após o rompimento das relações conjugais. Isso contribui para a reprodução de um ciclo de vulnerabilidade, em que a dependência econômica e emocional pode dificultar o enfrentamento à violência.

Importante destacar também que entre as mulheres entrevistadas a grande maioria possui mais de 20 anos de residência nos referidos assentamentos. Apenas uma delas possui 17 de anos de moradia, o qual também é um tempo bem considerável.

Quanto à escolaridade, os dados também são marcantes: uma com ensino fundamental completo; cinco com ensino médio completo, e três com ensino superior completo. Essa informação implica na necessidade de destacarmos que a violência doméstica não está relacionada à baixa escolaridade, ou a situações de analfabetismo, mas sim a como essa violência que é estrutural, atinge também mulheres do campo que tiveram acesso ao ensino superior ou mesmo o ensino médio.

Para a melhor visualização, os dados foram sistematizados no quadro abaixo:

Quadro 5 – Identificação das entrevistadas

Identificação	Idade	Cor	Estado Civil	Nº Filhos	Tempo no Assentamento	Escolaridade
M.L.P.S.	55	parda	Separada	3	36 / Marreca	2º grau completo
E.M.S.	36	parda	Solteira	2	36 / Marreca	Superior completo
M.N.A.	40	parda	solteira	2	36 / Marreca	Médio completo
M.L.C.	42	parda	separada	2	30 / Marreca	Médio Completo
L.S.R.	48	preta	união estável	6	33 / Lisboa	Superior completo
C.E.R.V.	20	preta	solteira	0	20 / Lisboa	Médio completo
K.G.S.	30	parda	solteira	2	20 / Lisboa	Fundamental completo
A.P.R.	30	parda	solteira	0	30 / Lisboa	Fundamental completo

G.O.M.F.	32	parda	separada	3	17 / Lisboa	Médio completo
-----------------	----	-------	----------	---	-------------	----------------

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Em relação a experiência de violência, verificou-se nos relatos que as violências cometidas eram realizadas pelos (ex)companheiros/maridos das entrevistadas. Além disso, entre as principais violências sofridas, foram destacadas a violência física, a psicológica, a moral, patrimonial e a econômica.

Dentre os relatos, destacamos a entrevistada M.L.P.S. relatou que casou jovem, com 16 anos, e seu primeiro casamento perdurou por 30 anos. Ela relatou que seu ex(marido) era um excelente pai, mas não um bom marido, pois bebia muito e a batia nela. Ainda enfatizou que por conta dos filhos ficou com ele por todo esse tempo, pois não tinha condições de criá-los sozinhos.

Para ela, o casamento seria uma “solução” para sair de casa, pois era privada de sair na medida em que seu pai não a deixava fazer as coisas que as moças de sua idade faziam, como sair e se divertir. No entanto, nos dois relacionamentos que teve, lidou com problemas em torno de ciúmes e de dependência emocional. Em seu primeiro relacionamento sofreu com violência econômica e física, e no segundo, sofreu com violência psicológica e moral. Em relação a violência física, foram relatadas cenas de tapas, de empurrão, beliscão, e num dos momentos sua vida foi ameaçada com uma faca.

Paralelamente, a segunda entrevistada, a E.M.S., relatou que é difícil perceber os primeiros sinais inerentes da violência, tais como falas e gestos. Retrato que muitas vezes ouviu que ele não gosta da sua roupa, do cabelo e de suas ações. Tapas e empurrões, com o passar do tempo essas ações se tornaram agressões físicas maiores e foram se tornando constantes. Frente a isso, a entrevistada relatou que sofreu violência econômica, física, psicológica e moral, e que se sentia envergonhada por passar por aquilo, inclusive de contar para alguém. O autor da violência era o seu (ex)conjugue, com o qual viveu por seis anos, entre idas e vindas.

A entrevistada M.N.A., relatou que a sua experiência de violência foi horrível, pois segundo ela, “Você não tem escolha para nada, até o que vai usar, se vai comprar alguma coisa, tem que ligar para perguntar se pode ou não pode. Onde você foi, com quem estava, tem que falar tudo quando chega na casa. Você acaba sendo privada de tudo, da família, dos amigos”. Em relação aos tipos de violência sofrida, a psicológica foi a que mais lhe abalou, pois ela vivenciava “cuidados” abusivos disfarçados de amor, e a consciência disso se deu a partir de

alertas de terceiros, como da irmã de seu ex (marido), que lhe alertou que ela estava em um relacionamento abusivo. Ela ficou quase 14 anos nesse relacionamento, e o agressor era o (ex) companheiro.

Adicionalmente, a entrevistada M.L.C. relatou que foi vítima de violência psicológica, o autor dessa violência foi seu (ex) companheiro e para tonificar mais essa violência, ele quebrava as coisas da casa e lhe instigava o medo. Já a entrevistada L.S.R. enfatizou em seu relato que sofreu violência física com o seu primeiro marido, no qual quando bebia ficava transtornado, desconhecia as pessoas da casa e ficava muito agressivo, ameaçando a ela e a si mesmo. Ela relatou que “Uma vez me empurrou grávida que caí no chão. Outro momento que foi quando fiquei muito assustada e resolvi de vez me separar, foi quando ele me acertou um pano de facão na barriga, por sorte não foi com o lado do corte”.

Em seu outro depoimento, ela enfatizou que “Ele nunca aceitou a ideia de se separar, mas eu já tinha avisado a ele sobre essa possibilidade caso de continuar com o comportamento: Bebia, corria para o mato a noite, quebrava os materiais das estantes, ameaçava de partir a nossa filha ao meio se eu me separasse” (Entrevistada L.S.R., 2025). Além disso, relatou que viveu violência física e psicológica com ser (ex) marido, onde o tempo de ocorrência dessas situações foram em torno de quatro anos eu tentando viver com ele.

Ainda em relação as experiências vivenciadas pela violência, a entrevistada C.E.R.V. relatou os seus sentimentos e as suas incertezas em frente as suas vivências, onde para ela:

[...] Não, sei como explicar algo complexo, porque só hoje percebo que foi abusivo, pois a violência era muito sutil, porque parece que eu era sempre a culpada, eu sempre estava pedindo desculpas por algum erro que não cometi, nunca houve violência física, mas as lembranças são perturbadoras, tive que fazer terapia, porque foi difícil pra mim seguir em frente e estava sempre caindo em outro relacionamento abusivo, seria bom se a gente aprendesse de primeira, porém são marcas que ficam na alma. (Entrevistada C.E.R.V., 2025).

Entre os tipos de violência sofrida, ela destacou a psicológica, onde pendurou por 2 (dois) anos e foi realizada pelo seu namorado na época. Em consonância com o relato anterior, a entrevistada K.G.S. relatou que “Desde o início ele sempre foi violento, mas ele sempre pedia desculpas, se fazia de vítima, no final eu perdoava porque tinha pena dele. Ele me agrediu-o a primeira vez em público, mas ele chorou muito depois, disse que era porque estava bêbado” (Entrevistada K.G.S., 2025). Segundo ela, a violência sofrida foi física, psicológica, sexual, patrimonial, econômica, onde o agressor foi seu (ex) marido, que viveu com ele por 10 (dez) anos.

Paralelamente, a entrevistada A.P.R. relatou que o seu agressor foi seu (ex)marido e a relação perdurou por cinco anos. Diante disso, ela evidenciou que:

[...] A minha experiência com a violência doméstica foi muito traumática, porque por muito tempo eu passei a desacreditar em mim mesmo como mulher, era uma coisa que ele sempre colocava na minha cabeça que eu não era capaz, eu não ia conseguir, sei lá, não me sentia bonita, não tinha vontade de me arrumar de me vestir. Então foi uma coisa que mexeu muito com meu psicológico, foi uma coisa que mexeu muito com mulher. Acredito que sofri todos os tipos de violência, mas a psicológica se compara com a física, porque já tem mais de quatro anos que a relação acabou, e ainda hoje eu não consegui me recuperar. Às vezes eu fico me perguntando porque eu aguentei tudo isso. (Entrevistada A.P.R., 2025).

A entrevistada G.O.M.F. relatou sobre a violência que vivenciou, no qual ela disse que sofreu abusos psicológicos e agressão. Mediante a esses abusos sofridos, ela chegou a denunciar umas três vezes, no entanto, ela retirou as queixas por questão de opressão.

Frente a isso, verifica-se que os relatos apresentados demonstram que a violência doméstica contra a mulher se manifesta de diversas maneiras e intensidades, indo além do aspecto físico e afetando profundamente o emocional, o psicológico e o social. As histórias contadas pelas entrevistadas mostram um padrão constante de controle, dominação e medo, mantido por relações de poder desequilibradas e por estruturas culturais que ainda normalizam comportamentos abusivos; e em muitos casos, a permanência em relacionamentos violentos está ligada à dependência emocional e financeira, ao medo de represálias e à ausência de suporte social. Com isso, pode-se inferir que essas situações evidenciam a urgência de políticas públicas mais eficientes voltadas à prevenção, acolhimento e empoderamento feminino.

Os dados empíricos também dialogam diretamente com as formulações teóricas de Lélia Gonzalez e Heleieth Saffioti, ao evidenciarem que a violência contra a mulher é estrutural e atravessada por relações raciais, de classe e de gênero. As narrativas das mulheres assentadas revelam como o machismo se articula à exploração econômica e ao racismo, confirmando a análise de Gonzalez (1984) sobre a condição histórica das mulheres negras no Brasil. Ao mesmo tempo, conforme aponta Saffioti (2015), a violência funciona como instrumento de manutenção das hierarquias sociais, sendo reforçada em contextos de conflito e instabilidade.

Além disso, nota-se que a violência psicológica se destaca como uma das formas mais notáveis e duradouras entre as vítimas, devido ao seu caráter silencioso, sutil e frequentemente difícil de identificar, uma vez que ela tem um impacto profundamente prejudicial na autoestima e na autonomia das mulheres, enfraquecendo sua habilidade de tomar decisões e de se perceberem. As declarações das entrevistadas evidenciam o quanto esse tipo de violência provoca danos duradouros, que persistem em suas vidas mesmo após o término do relacionamento abusivo. Vergonha, medo e culpabilização são sentimentos persistentes, que ressaltam a importância de uma abordagem mais sensível e humanizada dos profissionais da rede de proteção às mulheres.

Em relação a busca por ajuda, a entrevistada M.L.P.S. relatou que os vizinhos sabiam que ela sofria violência, o pai perguntava, mas a entrevistada negava que era agredida, pois não queria preocupar ele e sentia vergonha pelo que estava passando. Segundo ela, na primeira vez procurou ajuda, fez um B.O. na delegacia e registrou na Lei Maria da Penha, mas terminou voltando. Ela teve conhecimento dos seus direitos e sentiu-se acolhida, pois estava com a filha que é advogada, se sentiu segura. Entretanto, ela também relatou que sentiu vergonha, por conta da opinião de terceiros, o que iam dizer e medo de ficar só.

Em sua entrevista, a E.M.S. buscou ajuda com a irmã depois da segunda agressão, não foi antes pois tinha vergonha. No entanto, ela relatou que não tinha conhecimento dos direitos das mulheres. Em consonância, a entrevistada M.N.A. relatou que não buscou ajuda, pois tinha vergonha de pedir. Além disso, ela ressaltou que “Ele me acompanhava no salão, tinha que ser feito do jeito que ele queria, fiscalizava cabelo, depilação. A gente pensa que é amor, proteção no início, mas é quando você vai esclarecendo a mente, percebe o relacionamento que está vivendo, e percebe que isso não é amor” (Entrevistada M.N.A., 2025). Ela buscou ajuda pela primeira vez na família e no médico (cardiologista). Adoeceu por conta de pressão psicológica, então, “foi a uma consulta e o médico me disse que eu precisava ter uma vida tranquila, sorrir – daí a ficha caiu, se eu vivesse com ele, eu ia morrer” (Entrevistada M.N.A., 2025). Também relatou que não tinha conhecimentos dos direitos das mulheres.

Já a M.L.C. relatou que quando precisou de ajuda foi para a casa da mãe e, além disso, ela teve conhecimento de seus direitos. Nessa perspectiva, a entrevistada L.S.R. relatou que:

De início não denuncie porque acreditava que ele ia mudar, parar de beber, que era as promessas que ele fazia. Busquei ajuda na minha família eles sempre me apoiaram caso fosse me separar, mas por outro lado eu quem não queria cuidar dos meus filhos separados do pai, mas foi o jeito. Quando estava certa que tinha mesmo que me separar ameacei de denunciar se caso ele ficasse insistido com isso e ele ficou com medo e foi embora. Minha mãe foi quem me deu muita força. (Entrevistada L.S.R., 2025).

Com isso, pode-se verificar em seu relato que ela teve apoio, no entanto, não denunciou, pois achava melhor separar logo e a consciência pesava um pouco, pois quando ele fazia isso não estava sóbrio e as violências eram quando ele estava bêbado. Também relatou que nunca foi a órgãos públicos denunciar, pois foi acolhida por sua família, que a ajudou a cuidar das suas duas filhas. Além disso, ela relatou que não teve conhecimento de seus direitos enquanto mulher.

Seguindo nessa perspectiva, a entrevistada C.E.R.V nunca buscou ajuda, pois tinha vergonha de contar como ele era, tinha medo de não acreditarem nela. Ela somente desabafou com sua amiga sobre seus problemas. A entrevistada K.G.S. também nunca falou pra ninguém

sobre a violência que vivenciava, na entrevista foi a primeira vez que relatou esses episódios e as angústias. Além disso, ela relatou que não teve conhecimento de seus direitos.

De acordo com a entrevistada A.P.R., ela relatou que em relação a busca por ajuda “Eu até tentei, a minha família me incentivava, mas existiu um medo uma vergonha, porque eu sei que eu que seria exposta e não ele, e numa comunidade a gente fica muito vista. Parece que tudo pro homem é permitido, menos pras mulheres” (Entrevistada A.P.R., 2025). Ela ainda enfatizou que “Meu primeiro atendimento foi com a família, que me acolheu muito bem, foi fundamental, talvez sem minha família não teria conseguido sair desse relacionamento apesar de não ter procurado a delegacia a família me ajudou muito” (Entrevistada A.P.R., 2025).

Ela contou a situação para a sua mãe, depois teve coragem de falar para a irmã, mas nunca chegou a denunciar na delegacia, pois acreditava que não era preciso. Ela disse que os serviços públicos disponíveis ajudam, pois é uma coisa que sempre está passando na televisão, e existem campanhas no município, e também são pautas nas reuniões que participam.

A partir disso, pode-se constatar que os depoimentos indicam que a procura por apoio em casos de violência ainda é marcada por sentimentos de vergonha, medo, dependência emocional e falta de conhecimento sobre os direitos das mulheres. A maioria das entrevistadas afirmou que hesitou em buscar ajuda ou não o fez de forma alguma, frequentemente por medo do julgamento social ou por confiar nas promessas de mudança do agressor, e além disso, observa-se que o apoio familiar foi o principal refúgio para muitas delas, atuando como uma rede de acolhimento informal que, apesar de fundamental, não substitui a função das instituições públicas de proteção. Adicionalmente, verificou-se que a falta de informações acerca dos direitos garantidos pela Lei Maria da Penha e dos serviços disponíveis evidencia a urgência em expandir o acesso a campanhas educativas e estratégias de conscientização focadas na prevenção e combate à violência doméstica.

Diante disso, fica claro que a procura por assistência está diretamente ligada ao grau de informação, à disponibilidade de suporte social e ao empoderamento da mulher, haja vista que quando as vítimas recebem acolhimento e segurança, seja da família ou das autoridades competentes, aumenta a chance de quebrar o ciclo de violência e reconstruir suas vidas.

No que diz respeito a atuação de órgãos públicos e legislação, verificou-se na entrevista de M.L.P.S. que os serviços públicos ainda deixam muito a desejar, muitos assassinatos de mulheres, elas são ameaçadas e ficam quietas com medo, pois o serviço demora a chegar na zona rural. Já a E.M.S. relatou que no primeiro relacionamento teve medida protetiva e no segundo não, no qual, essa medida de afastamento foi feita através do B.O. Nesse sentido, ela

destacou que na primeira vez que procurou ajuda dos órgãos públicos, as leis e os serviços a ajudaram.

Entretanto, a entrevistada M.N.A. relatou que “Nenhum órgão público deu apoio. Muitas vezes ajudam (as leis), outras vezes já é tarde, nem dar tempo de ajudar. Eles nem se intimidam mais, pois sabem que as leis são falhas”. Já a entrevistada M.L.C. não procurou ajuda neles, pois em sua concepção tinha que ter uma lei mais segura, haja vista que se vê uma grande violência e morte de muitas mulheres, onde ela destacou que não é respeitada a medida protetiva, e por isso a lei deveria ser mais rigorosa.

Compartilhando com essas respostas, a L.S.R. não procurou ajuda nos órgãos públicos e não teve nenhuma medida protetiva, no entanto, ela destacou que apesar da morosidade que existe nestes casos, ela acredita que o correto seria ter procurado os órgãos públicos. Ela ainda sintetizou que “Os serviços públicos costumam ser muito lentos e não tem dado conta de atendimentos adequados as vítimas de violência, digo isso por muitos casos que tenho visto no próprio município acredito que precisam melhorar de fato as políticas de apoio as mulheres vítimas de violência” (Entrevistada L.S.R., 2025).

A entrevistada C.E.R.V. relatou que não buscou ajuda em órgãos públicos, não solicitou medida protetiva e em sua opinião os serviços públicos e as leis disponíveis não ajudam de fato, pois segundo ela “[...] não ajudam, porque me parece tudo limitado, na televisão é bonito, mas na realidade as coisas são diferentes. Acho que temos só o Creas aqui, mas acho o suporte pouco” (Entrevistada C.E.R.V., 2025).

Também as entrevistadas K.G.S. e A.P.R. disseram que não buscaram ajuda nos órgãos públicos e também não solicitaram medida protetiva. Adicionalmente, ela complementou ao sinalizar que não procurou ajuda “porque aquela coisa de aparecer só na época das campanhas, e ninguém tem coragem de falar em reunião ou de falar em público está acontecendo. Seria bom uma visita domiciliar pras mulheres ter coragem de falar” (Entrevistada A.P.R., 2025). Também em relação ao apoio, a entrevistada G.O.M.F. relatou que “Na época eu não tive apoio a não ser da minha família, em questão da comunidade em si nunca ninguém se envolveu a não ser pra falar que fulano merecia! Foram momentos que eu vivia aquela frase: ruim com ele, pior sem ele” (Entrevistada G.O.M.F., 2025).

Com isso, pode-se compreender que as entrevistas mostram que, apesar de haver leis e serviços públicos destinados à proteção das mulheres, como a Lei Maria da Penha e medidas protetivas, ainda existem grandes desafios na implementação dessas políticas, principalmente em áreas mais remotas e vulneráveis. As falas demonstram um sentimento compartilhado de

descrença e desamparo em relação à lentidão e ineficiência do governo, levando muitas vítimas a desistirem de buscar apoio institucional.

Nesse contexto, a morosidade no atendimento, a ausência de uma estrutura adequada e o não cumprimento das medidas protetivas contribuem para a sensação de que, embora as leis sejam importantes, elas nem sempre asseguram a proteção e o suporte necessários para mulheres em situação de violência. Dessa forma, o medo, a insegurança e a falta de respostas imediatas ajudam a perpetuar o ciclo de violência e o silenciamento das vítimas. Assim, é urgente o fortalecimento das políticas públicas de combate à violência contra a mulher, com foco especial na expansão dos serviços para áreas rurais, no aumento da supervisão das medidas protetivas e na formação contínua dos profissionais que trabalham na rede de atendimento.

Em relação a continuidade da violência, a entrevistada M.L.P.S. relatou que as medidas protetivas não continuaram, ela tirou. No entanto, no que diz respeito aos sentimentos que predominaram durante e após esse período, ela destacou a predominância do medo e após a separação sentiu livramento e alívio. Já a entrevistada E.M.S. disse que mesmo com a medida protetiva a violência continuou, o agressor mandava mensagens com ameaças, e o sentimento durante a relação era de constante medo.

Já a entrevistada M.N.A. relatou que “[...] depois que terminamos, tentamos ser amigos, mas não deu certo. Ele ficava ligando direto e por isso, eu e a minha família bloqueamos o número dele. Eu sentia medo, mas com o tempo não sentir mais, pois batia de frente com ele”. Para a entrevistada M.L.C., a situação não foi diferente, segundo ela a violência cessou, mas após o fim do relacionamento ela sentia medo, e não quis mais contato, e por isso o bloqueou.

Para a L.S.R., a violência não continuou, pois ele se mudou para outro município onde sua família morava. No entanto, mesmo após a separação, ela foi abordada com questões que não gostou, onde a fez refletir sobre impotência, mas também a se fortalecer diante do desafio de ter que cuidar das meninas sem o pai/marido. Além disso, ela relatou também que os seus sentimentos eram “Cheios de altos e baixos, sentimento de impotência porque não conseguia convencer a ele parar de beber, raiva, tristezas. Mas, procurava mostrar que tinha coragem de romper a relação se caso fosse necessário” (Entrevistada L.S.R., 2025).

Já as entrevistadas C.E.R.V., K.G.S. e A.P.R. relataram que seus (ex)companheiros não saíam da casa, esse processo foi bem demorado, até chegar ao momento de se encerrar de vez. Elas sentiam medo, vergonha e a C.E.R.V. precisou fazer terapia para lidar melhor com as suas emoções. A K.G.S. sentia raiva, e desgosto, e A.P.R. ficava com medo do povo do assentamento ficar falando e de dizer que ela estava mentindo. Frente a isso, ela relatou que “Acho que foi a dependência emocional pertinho dele, foi o que mais marcou, porque eu acreditava que não era

capaz de viver sem ele, eu acreditava que não dava conta de fazer nada, mas hoje eu sei que foi essa coisa que ele colocou na minha cabeça” (Entrevistada A.P.R., 2025).

Ainda em relação a continuidade da violência, a entrevistada G.O.M.F. relatou que “Na última violência que sofri foi em 2021 no qual fui abusada, ameaçada e abusos psicológicos foi o pior de todos. Não denunciei e nem sequer cogitei a fazer a denúncia, apenas queria que tudo aquilo que passei acaba-se. Foram momentos ao quais evito sequer relembra”.

De acordo com a entrevistada, em questão das primeiras denúncias, ela recebeu apoio e foi aconselhada pela assistente social sobre o que fazer em relação ao relacionamento que estava vivendo. Frente a isso, foi mantido o termo que agressor deveria ficar 500 metros de distância dela e se caso ele chega-se em algum lugar que ela estivesse, ele teria que sair. No entanto, ela relatou que retirou as queixas e manteve o relacionamento, pois na época ela tinha três crianças, não trabalhava e nem estudava, e foi o que a levou a sempre retornar. No entanto, ao final da entrevista, ela afirmou que atualmente estar bem.

Frente a isso, pode-se inferir que em relação a continuidade da violência, os relatos indicam que muitas mulheres continuam a sofrer violência após o término de um relacionamento, evidenciando a fragilidade das medidas protetivas e a complexidade emocional do processo de separação. A permanência ou retorno de relacionamentos abusivos é favorecida pelo medo, culpa, dependência emocional e financeira, além da lentidão dos serviços públicos.

Embora algumas entrevistadas relatem alívio e sensação de liberdade após o término, outras evidenciam que as cicatrizes da violência permanecem, manifestando-se como medo, trauma ou desconfiança, e além disso, esses relatos mostram que quebrar o ciclo da violência vai além da separação física do agressor; requer suporte psicológico, assistência social e empoderamento feminino, permitindo que as mulheres reconstruam suas vidas de maneira segura, consciente e sem novas situações de vulnerabilidade.

Em relação ao suporte no campo, a entrevistada M.L.P.S. relatou que as maiores dificuldades foi a falta de uma rede de apoio, de proteção, e por conta da ausência disso, ela teve que aguentar. Nesse sentido, ela acredita que no campo precisa ter mais suporte para as mulheres se sentirem mais seguras. Para a entrevistada E.M.S. não foi diferente, ela não teve rede de apoio, e segundo ela, o campo não oferece suporte suficiente.

Para a entrevistada L.S.R. (2025):

Dificuldades para denunciar é maior por conta da distância até a cidade, no campo não tem atendimento das queixas das mulheres vítimas de violência. No campo não oferece nada, nem uma rede de apoio. Uma referência de uma rede de apoio conectada as outras redes com função pelo menos de diagnosticar casos e fazer acompanhamentos. (Entrevistada L.S.R., 2025)

Em complemento, a entrevistada C.E.R.V. relatou que não havia nenhuma rede de apoio no assentamento e o campo não oferece suporte suficiente, pois de acordo com ela, “acredito que poderia existir mais recursos para mulheres, muitas se submetem a relacionamento ruim porque não têm recursos financeiros para sair”.

Paralelamente, a entrevistada K.G.S. disse: “Eu morava distante da comunidade, ninguém sabia. Acho que o isolamento facilitou o silêncio”. Adicionalmente, a entrevista A.P.R. relatou que “[...] acho que a maior dificuldade além da distância da delegacia é a falta de um grupo de mulheres que possa se unir conversar e se apoiar”. Já em relação se o campo oferece suporte suficiente, ela contribuiu ao sinalizar que “Não, acho que muita coisa poderia ser feita, porque o pessoal do movimento sempre está participando dos cursos de formação, seria interessante ter um curso só para mulheres” (Entrevistada A.P.R., 2025).

Os depoimentos mostram que as mulheres que vivem no campo enfrentam desafios ainda mais difíceis ao lidar com a violência doméstica, especialmente devido à falta de uma rede de apoio estruturada e à distância dos centros urbanos, onde os serviços especializados estão localizados. Diante disso, a escassez de delegacias, centros de referência e locais de acolhimento nas proximidades intensifica o isolamento das vítimas, favorecendo o silêncio e a continuidade em relações abusivas. Além disso, o ambiente rural, caracterizado por vínculos comunitários mais restritos e dependência econômica, torna mais difícil tanto a denúncia quanto o acesso à informação sobre os direitos das mulheres.

Ademais, no que diz respeito à avaliação geral, a entrevistada M.L.P.S. disse que gostaria de não ter desistido dos seus estudos e também gostaria de ser economicamente independente. Além disso, teria não ter ido pelo coração, mas sim pela razão. Ela deixou como recado para outras companheiras, “Que as mulheres no campo tenham mais busca ativas para se sentirem seguras e se libertarem”. Em consonância, a entrevistada E.M.S. disse para as mulheres não terem vergonha de procurar ajuda e ressaltou que teria que ter no campo uma delegacia da mulher.

Para a entrevistada M.L.C. é necessário colocar um ponto final na primeira vez que acontecer qualquer tipo de violência. Adicionalmente, a entrevistada L.S.R. relatou que queria ter coragem de se separar antes, além disso relatou que:

Bom, que você só tem dois caminhos, denunciar ou separar antes de acontecer o feminicídio ou coisa parecida. Antes de tudo precisamos gostar mais de nós mesmas e para mim manter viva resolvi separar, separe depois disso as situações nos indica o que fazer. Escute a sua família só em casos se for para lhe tirar do sofrimento, se for para continuar em uma relação abusiva não der ouvidos. Nem sempre quem nos apoia são as famílias de sangue, tem muita gente que consegue apoiar sem ser pai, mãe ou

irmãos. A ideia de família perfeita que eles têm na cabeça tem gerado muitas mulheres vítimas de violência. Acredito que o estudo e debate com os homens, mulheres, as assembleias que o MST tem feito em algumas regiões para debater as questões de gêneros e estudar o protocolo² pode contribuir na construção de uma relação mais respeitosa entre homens e mulheres. (Entrevistada L.S.R., 2025).

Em colaboração, a entrevistada C.E.R.V. relatou que “[...] gostaria de não ter deixado ele fazer essa lavagem cerebral que fez em mim”, além disso, disso para as mulheres acreditarem em si mesmas, que não dependam de homem e que as mulheres precisam se ajudarem mais. Paralelamente, a entrevistada K.G.S. disse que gostaria de não ter casado muito nova, sem conhecer as coisas, além de não ter medo, procurar ajuda e destacou que as mulheres precisam se unir. Nesse contexto, a entrevistada A.P.R. relatou que gostaria de ter ido embora da primeira vez que ele a bateu e ainda ressaltou que “Eu diria que o silêncio mata, eu diria também que aceitar as coisas que eles fazem também mata. Acho que se a gente estudasse mais a respeito dos nossos direitos, a gente não passaria tanto perrengue” (Entrevistada A.P.R., 2025).

Mediante aos relatos, pode-se inferir que as avaliações das entrevistadas demonstram um intenso processo de reflexão sobre suas trajetórias e vivências de violência, evidenciando o arrependimento por não terem buscado ajuda ou autonomia mais cedo, além da importância do autoconhecimento e da independência feminina. Suas declarações destacam a relevância do estudo, da informação e da solidariedade entre as mulheres como meios essenciais para quebrar o ciclo de violência e construir relações mais justas e respeitosas. Ademais, destacam a importância de reforçar as políticas públicas direcionadas às mulheres rurais, garantindo-lhes maior acesso à educação, proteção e empoderamento econômico e frente a isso, as mensagens que elas deixaram servem como um apelo à conscientização coletiva, no qual é necessário quebrar o silêncio, fortalecer as redes de solidariedade e garantir o direito das mulheres de viver com dignidade, liberdade e segurança.

² Um documento que o MST construiu para debater as questões de gênero nos assentamentos.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS E POSSIBILIDADES EMANCIPATÓRIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Neste capítulo, desenvolvemos a discussão sobre a importância das políticas públicas e de uma educação do campo em áreas de assentamentos da Reforma Agrária que possam abranger o combate à violência doméstica. O item denominado “Estado e políticas de Educação para o campo e assentamentos rurais”, o qual iniciamos com algumas discussões, pretende apresentar um pouco dessas relações.

4.1 Estado, políticas públicas e o papel da educação do campo em assentamentos rurais

O papel do Estado e das políticas públicas é essencial na promoção da igualdade de gênero e na prevenção da violência contra a mulher, especialmente nos contextos rurais. No entanto, é importante reconhecer que, muitas vezes, as políticas voltadas para a educação rural na região não abordam adequadamente as questões de gênero e violência, deixando lacunas significativas que comprometem o desenvolvimento e bem-estar das mulheres rurais. Frente a isso, Hofling (2001, p. 38) afirma que “O processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo”.

Simultaneamente, ele complementa, salientando que:

Um dos elementos importantes deste processo – hoje insistentemente incorporado na análise das políticas públicas – diz respeito aos fatores culturais, àqueles que historicamente vão construindo processos diferenciados de representações, de aceitação, de rejeição, de incorporação das conquistas sociais por parte de determinada sociedade. Com frequência, localiza-se aí procedente explicação quanto ao sucesso ou fracasso de uma política ou programas elaborados; e quanto às diferentes soluções e padrão adotados para ações públicas de intervenção (Hofling, 2008, p. 39).

A avaliação das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher no campo exige uma perspectiva que considere seus efeitos ao longo do tempo. Estudos longitudinais mostram-se fundamentais para compreender tanto os avanços quanto os limites dessas políticas, especialmente em territórios rurais marcados por desigualdades históricas. Conforme argumenta Hofling (2008), as políticas públicas são atravessadas por disputas de poder e por condicionantes culturais que influenciam diretamente sua efetividade. Assim, a ausência de acompanhamento contínuo e de dados específicos sobre o meio rural compromete

a construção de ações realmente transformadoras, reforçando a necessidade de políticas territorializadas e sensíveis às especificidades das mulheres do campo.

Nesse sentido, as lacunas da ausência de criação de políticas públicas direcionadas para grupos específicos e marginalizados da sociedade podem ser atribuídas a uma série de fatores, incluindo a falta de sensibilidade de gênero por parte dos formuladores de políticas, a ausência de dados e pesquisas específicas sobre violência de gênero no contexto rural e a falta de recursos e capacidade institucional para implementar efetivamente medidas de combate à violência contra a mulher.

Além disso, no que tange as políticas públicas voltadas para as mulheres pertencentes a assentamentos rurais, evidencia-se que “as políticas públicas voltadas para os assentamentos não levam em conta as especificidades do local e as particularidades de cada Estado” (Basso; Neto; Bezerra, 2016, p. 176). Nesse sentido, Ferrante *et al.*, (2012, p. 346) enfatiza que:

Os assentamentos têm se desenvolvido no reboque das políticas públicas que muitas vezes dão poucas alternativas e flexibilidades de escolha. Basta verificar os projetos aprovados de financiamentos para produção dirigidos às mulheres, jovens. Há uma padronização e não uma especialização regional que respeite as singularidades dos lotes, a política pública é sempre trabalhada a partir da generalização e não das especificidades locais (Ferrante *et al.*, 2012, p. 346).

Mediante a isso, observa-se que uma das principais falhas nas políticas voltadas para os espaços rurais é a falta de abordagem integrada das questões de gênero e violência. Muitas políticas se concentram exclusivamente em aspectos educacionais, sem considerar as especificidades das mulheres rurais e as barreiras adicionais que enfrentam no acesso à educação e no desenvolvimento pessoal e isso resulta em programas e iniciativas que não levam em conta as necessidades e realidades das mulheres rurais, perpetuando assim a desigualdade de gênero e a violência.

Entretanto, mesmo quando as políticas públicas reconhecem a importância de abordar questões de gênero e violência, muitas vezes faltam recursos adequados para sua implementação efetiva. Isso se reflete na falta de serviços de apoio às vítimas de violência, na escassez de capacitação para profissionais da educação sobre questões de gênero e violência, e na ausência de campanhas de conscientização e prevenção nas comunidades rurais. Mediante a isso, pode-se observar que:

Políticas públicas de educação para o campo não têm refletido, a contento, as reivindicações e projetos de educação advindas dos movimentos sociais, reduzindo-se a uma retórica do governo federal, que passa a assumir alguns discursos de vanguarda, porém traduzindo-os em programas que silenciam os trabalhadores e os movimentos sociais do campo (Lima, 2014, p. 246).

Além disso, “Percebe-se que as violências contra mulheres em espaços de vida rural (familiar, social e trabalho) não se constituem em objeto de intervenção cotidiana do poder público, não se refletindo em ações institucionais programáticas” (Buenos; Lopes, 2018, p. 7); dificultando, assim, o direcionamento de políticas para esse grupo. Com isso, para superar essas lacunas, é essencial adotar uma abordagem holística e integrada das políticas de Educação do Campo que leve em consideração as interseccionalidades de gênero, classe social, etnia e outras dimensões de identidade. Isso requer o desenvolvimento de políticas sensíveis ao gênero que reconheçam e abordem as desigualdades estruturais que afetam as mulheres rurais, bem como a alocação de recursos adequados para sua implementação.

No entanto, no que diz respeito aos avanços e retrocessos das políticas públicas, verifica-se que nos últimos anos, o Brasil experimentou progressos importantes na criação de políticas públicas destinadas a promover a igualdade de gênero e valorizar as mulheres, incluindo as mulheres rurais. Apesar de graduais e, em alguns casos, limitados, esses progressos foram fruto de mobilizações sociais significativas e do reconhecimento das mulheres rurais como agentes políticas. Com isso, a partir da atuação de movimentos feministas e de trabalhadoras rurais, conquistou-se espaço na agenda pública para discutir temas como a violência doméstica, o acesso à terra, à educação e à autonomia econômica. Como afirma Saffioti (2015), a opressão de gênero não pode ser entendida de forma isolada, mas sim em conjunto com as relações de classe e raça que organizam a sociedade brasileira, e isso se torna ainda mais claro em contextos rurais, onde as desigualdades se apresentam de maneira intensa.

Entre os principais avanços, Alves e Cavenaghi (2019) destacam as políticas de Educação do Campo, que buscaram adequar a educação às especificidades socioculturais das populações rurais, e programas como o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), o Pronaf Mulher e o Programa Mulher e Agroecologia, voltados à promoção da autonomia e da cidadania das mulheres. Essas políticas resultaram de um período em que o Estado brasileiro reconhecia, ainda que parcialmente, as desigualdades de gênero como parte constitutiva das desigualdades estruturais do país. No entanto, esse movimento foi interrompido por um processo de reação conservadora, que ganhou força a partir da década de 2010, culminando na disseminação do discurso contra a chamada “ideologia de gênero”.

O termo “ideologia de gênero” foi apropriado por grupos religiosos e políticos conservadores como uma retórica de ataque às pautas de igualdade e diversidade. Scott (1995) ressalta que o conceito de gênero não é meramente ideológico, mas sim uma ferramenta analítica que possibilita a compreensão de como as relações sociais são historicamente

formadas e tornadas naturais. Ao deturpar o significado original do termo, o discurso contra a “ideologia de gênero” procura preservar a supremacia de um modelo patriarcal de sociedade, no qual os papéis de homens e mulheres são estritamente estabelecidos e a diferença é utilizada como justificativa para a desigualdade, e, conseqüentemente, essa ofensiva retórica teve consequências tangíveis: a remoção das discussões de gênero dos planos educacionais e a censura de recursos pedagógicos que tratavam de temas ligados à igualdade e à diversidade.

No caso da Educação do Campo, o impacto ainda foi mais grave. Para entender as condições de vida e trabalho das mulheres rurais, que enfrentam sobrecarga doméstica, invisibilidade produtiva e diversas formas de violência, é fundamental discutir gênero. Frente a isso, Ribeiro (2017) aponta que reconhecer o lugar social das mulheres envolve identificar as estruturas que geram desigualdades e responsabilizar o Estado pela sua mudança, no qual recusar a discussão sobre gênero é manter a invisibilidade dessas mulheres e impedir a criação de políticas públicas eficazes que atendam às suas demandas reais. Desse modo, o retrocesso da “ideologia de gênero” não só silencia as vozes femininas, como também desmantela o campo das políticas públicas que estavam sendo desenvolvidas de maneira participativa e interseccional.

Nesse contexto, Alves e Cavenaghi (2019) afirmam que o desmonte dessas políticas ocorre simultaneamente à difusão de um clima de intolerância moral, que afeta diretamente a atuação de educadores e lideranças comunitárias no campo. O medo de abordar questões de gênero nas escolas rurais reforça padrões tradicionais e impede a formação de uma consciência crítica sobre as desigualdades, e essa censura simbólica compromete o papel transformador da educação, que, segundo Freire (1987), deve ser instrumento de libertação e não de reprodução das opressões.

Apesar desse cenário de retrocesso, movimentos sociais e coletivos de mulheres rurais continuam resistindo e reivindicando seus direitos. O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Marcha das Margaridas e outras organizações têm sido vozes fundamentais na denúncia das desigualdades e na defesa da retomada das políticas públicas com recorte de gênero. Essas iniciativas evidenciam que a luta das mulheres rurais é também uma luta pela democracia, pela soberania alimentar e pela justiça social. Nesta senda, Gohn (2011) enfatiza que os movimentos sociais funcionam como espaços de formação política e construção de cidadania, e nesse contexto, o protagonismo das mulheres do campo tem sido fundamental para reinventar práticas e discursos, desafiando sistemas patriarcais e autoritários.

É fundamental destacar que o retrocesso causado pelo discurso da “ideologia de gênero” vai além do âmbito simbólico ou educacional: ele gera impactos materiais. Ao desmantelar as

políticas públicas com foco de gênero, o Estado falha em assegurar recursos e mecanismos de proteção para as mulheres, especialmente nas regiões rurais, onde o acesso à informação e às redes de apoio é mais restrito. Como resultado, há um aumento nos casos de violência, exploração do trabalho e desigualdade econômica, e nesse cenário Saffioti (2004) aponta que a desigualdade de gênero é uma ferramenta para manter as relações de poder, e apenas por meio de políticas públicas coordenadas e duradouras é possível quebrar esse ciclo.

Assim, o enfrentamento ao retrocesso da “ideologia de gênero” exige um duplo movimento, o de resistência política e reconstrução teórica. Dessa maneira, é preciso recuperar o sentido original do conceito de gênero como ferramenta de análise crítica e reafirmar a importância de uma educação comprometida com os direitos humanos, com a diversidade e com a igualdade. Ao mesmo tempo, é necessário fortalecer os espaços de participação das mulheres rurais na formulação e execução das políticas públicas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas.

Em suma, é necessário que as políticas de educação para as mulheres em contextos rurais incorporem uma abordagem de gênero e sensível à violência, reconhecendo e enfrentando as desigualdades estruturais que afetam as mulheres rurais. Somente assim podemos garantir que todas as mulheres, independentemente de sua origem ou localização, tenham acesso igualitário à educação e oportunidades de desenvolvimento, livre de violência e discriminação.

4.2 Construção de uma política emancipatória

A construção de uma política emancipatória é uma abordagem fundamental para promover o empoderamento das mulheres e combater a violência de gênero, especialmente nos contextos rurais. Essa abordagem envolve não apenas a implementação de programas e políticas específicas, mas também mudanças estruturais mais amplas que visam transformar as relações de poder desiguais e promover a igualdade de gênero.

Entre as propostas do MST em relação a Reforma Agrária popular, é evidenciado que entre os seus objetivos podem ser destacados:

- a) Eliminar a pobreza no meio rural.
- b) Combater a desigualdade social e a degradação da natureza que tem suas raízes na estrutura de propriedade e de produção no campo;
- c) Garantir trabalho para todas pessoas, combinando com distribuição de renda.
- d) Garantir a soberania alimentar de toda população brasileira, produzindo alimentos de qualidade, desenvolvendo os mercados locais.
- e) Garantir condições de participação igualitária das mulheres que vivem no campo, em todas as atividades, em especial no acesso a terra, na produção, e na gestão de

todas as atividades, buscando superar a opressão histórica imposto às mulheres, especialmente no meio rural.

f) Preservar a biodiversidade vegetal, animal e cultural que existem em todas as regiões do Brasil, que formam nossos biomas.

g) Garantir condições de melhoria de vida para todas as pessoas e acesso a todas oportunidades de trabalho, renda, educação e lazer, estimulando a permanência no meio rural, em especial a juventude (MST, 2009).

Frente a isso, pode-se observar no item “e” que um dos seus objetivos é assegurar que as mulheres que vivem no campo tenham igualdade de condições em todas as atividades, especialmente no que diz respeito ao acesso à terra, gestão e produção, na qual se tem como objetivo principal o de superar a opressão histórica que lhes foi imposta, particularmente no meio rural em que vive.

Assim, as propostas de medidas necessárias implementadas pelo MST podem estar inseridas em um extenso processo de transformações sociais e, principalmente, na mudança da atual configuração da organização da produção e da relação estabelecida entre os seres humanos. Desta maneira, pode-se inferir que a o item “e” e os demais objetivos buscam valorizar e assegurar trabalho a todos como condição para a emancipação humana, construção da igualdade e dignidade entre as pessoas, além do restabelecimento de relações harmoniosas entre o ser humano e a própria natureza.

Em contribuição, a campanha idealizada pelo MST com o lema “Lutaremos! Por nossos corpos e territórios, nenhuma a menos!”, realizada entre os dias 20 a 25 de novembro de 2024, trouxe as mulheres do MST realizando a Jornada Nacional de Combate à Violência Contra Mulheres e Meninas, na qual a mobilização prosseguiu com o esforço constante e tenaz realizado pelas camponesas e camponeses Sem Terra nas áreas de Reforma Agrária em todo o país, em busca de relações justas e do fim da violência de gênero.

Nesse contexto, a presente reportagem intitulada “Mulheres Sem Terra realizam Jornada Nacional de Combate à Violência contra Mulheres e Meninas” realizadas pelo MST (2024) afirma que apesar de ser um processo longo, o MST tem progredido ao implementar uma série de ações, tanto preventivas, voltadas à formação dos indivíduos, quanto de intervenções diretas, tais como a “apuração de denúncias, acolhimento das vítimas e familiares. Além de providências internas em relação aos agressores, naquilo que diz respeito à nossa organicidade e aos possíveis desdobramentos legais, quando seja necessário”.

Ainda de acordo com a reportagem, desde a pandemia de Covid-19, em 2021, quando a violência doméstica contra meninas e mulheres acendeu um alerta preocupante no Brasil, o setor de gênero do MST acabou promovendo uma série de debates e estratégias para combater essas violências. Uma dessas iniciativas é o “Protocolo para o enfrentamento à violência e a

construção de relações sociais para a emancipação humana no MST”. Nesse contexto, as camponesas e camponeses buscam implementar ações concretas contra as violências dentro da proposta de Reforma Agrária Popular do MST, com ênfase no combate a qualquer forma de opressão, exploração e violência (MST, 2024).

Frente ao cenário de retrocessos e silenciamentos das pautas de igualdade, torna-se essencial fortalecer as linhas políticas de gênero voltadas à educação e à formação das mulheres do campo, reconhecendo-as como pilares para o avanço da justiça social e da emancipação feminina. As cartilhas de gênero e diversidade publicadas por movimentos sociais e instituições públicas, como o MST (2023), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC, 2022) e a Marcha das Margaridas (2023), têm contribuído de forma significativa para essa construção. Elas enfatizam que o debate sobre gênero não se trata de uma imposição ideológica, mas de uma ferramenta pedagógica e política para entender e modificar as relações de poder que organizam o campo brasileiro. Nessas cartilhas, gênero é abordado como uma categoria de análise que evidencia as desigualdades e sugere práticas educativas e organizativas que promovem a autonomia, a solidariedade e o protagonismo feminino.

Nesse sentido, a Educação do Campo deve ser entendida não apenas como um direito, mas como um espaço de formação integral e emancipatória. Como propõe Freire (1987), educar é um ato político que exige consciência crítica sobre as estruturas de dominação e compromisso com a libertação coletiva. Destarte, as políticas públicas destinadas à capacitação de mulheres no meio rural devem adotar uma abordagem feminista popular, que valorize os conhecimentos locais, o compartilhamento de experiências e de redes de apoio, e esse processo educativo deve desafiar as hierarquias de gênero, classe e raça, expandindo o acesso das mulheres à educação formal e aos espaços de decisão relacionados ao desenvolvimento rural.

O feminismo camponês e popular, sistematizado por autoras como Faria, Nobre e Moreno (2012), e amplamente difundido pelos movimentos de mulheres rurais, emerge como uma proposta política e pedagógica enraizada na realidade concreta das trabalhadoras do campo. Esse feminismo entende que a luta das mulheres está intrinsecamente ligada à luta pela terra, pela soberania alimentar e pela agroecologia, e ele critica as formas de exploração capitalista e patriarcal, defendendo, assim, a criação de uma sociedade fundamentada na equidade, no cuidado e na preservação da vida. Dessa forma, o feminismo camponês e popular combina a crítica às opressões de gênero com a crítica ao modelo econômico concentrador, exigindo uma mudança estrutural que assegure às mulheres o direito de decidir sobre seus corpos, seus territórios e seus meios de produção.

Nesse contexto, os cursos de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se destacam como experiências concretas de articulação entre educação, gênero e emancipação. Essas práticas formativas também dialogam com a Marcha das Margaridas, movimento que reúne mulheres do campo, das florestas e das águas em defesa da democracia, da agroecologia e da igualdade de gênero. A Carta Política da Marcha das Margaridas (2023) reafirma o compromisso com a construção de uma sociedade livre de violências, com igualdade de oportunidades e reconhecimento das mulheres como sujeitas políticas do desenvolvimento rural.

Assim, ao implementar políticas de gênero integradas à Educação do Campo e aos processos de formação feminista popular, o Estado e os movimentos sociais se comprometem a democratizar o conhecimento e mudar a vida das mulheres rurais. É essencial assegurar recursos, infraestrutura e continuidade a essas iniciativas, para que o progresso da consciência feminista no campo não fique somente a cargo dos movimentos, mas seja integrado como uma diretriz das políticas públicas nacionais. Fortalecer o feminismo camponês e popular em tempos de conservadorismo e censura é reafirmar que a educação é a chave para a liberdade e que a transformação social só ocorrerá quando as mulheres do campo forem reconhecidas como protagonistas da história e da vida coletiva.

Contudo, Mascarenhas (2023) ressalta que apesar de possuírem conhecimentos e atuarem em várias áreas da produção, as mulheres do campo continuam sendo vítimas de diferentes formas de violência, sejam elas física, psicológica, entre outras, e também de dependência econômica. Portanto, a educação do campo precisa ser emancipadora, reconhecer os conhecimentos locais e fomentar a independência das mulheres, haja vista que a independência financeira pode não apenas permitir que as pessoas tomem suas próprias decisões, mas também é necessária para que elas se libertem de medos e bloqueios.

Dessa maneira, pode-se inferir que as transformações políticas voltadas para uma educação transformadora e democrática foram fundamentais para a emancipação feminina, capacitando as mulheres para alcançar o desenvolvimento humano e a independência financeira, além de impulsionar a educação como um meio para mudanças sociais. Diante disso, pode-se inferir que:

Não se pode falar em emancipação, e autonomia feminina sem formação humana, libertadora e que possa favorecer ao protagonismo das mulheres em sua trajetória de vida, a educação do campo tem a capacidade de transformar a realidade de sujeitos do campo com instruções, liberdade econômica e capacitação profissional para que se possa viver do campo e no campo (Mascarenhas, 2023, p. 41).

Destarte, Prá e Pagot (2018, p. 120) destaca que “o empoderamento está vinculado à concepção do poder das mulheres: uma forma de exigir equidade de gênero nos variados tipos de atividades sociais, de modo democrático e responsável”. Nesse contexto, elas acreditam que isso representa um desafio ao poder hegemônico, à preservação dos direitos masculinos e às relações patriarcais. Neste contexto, a expressão se refere à batalha contra misoginia e a cultura patriarcal, isto é, contra a dominação tradicional masculina sobre a feminina, portanto, está relacionado ao aprimoramento das habilidades femininas em setores cruciais de sua existência, geralmente sob a gestão masculina.

Assim sendo, ainda segundo as autoras, verifica-se que em um ambiente propício ao empoderamento, de acordo com a utopia feminista, as mulheres teriam poder em um sentido mais estrito: possibilidade, capacidade e oportunidade. Possibilidade para questionar o patriarcado e suas estruturas, que contribuem para intensificar as desigualdades de gênero. Capacidade para fazer escolhas em todas as esferas da vida política, econômica e sociocultural. Oportunidade de gerenciar, acessar e envolver-se em processos de tomada de decisões, tanto no âmbito privado quanto no público, incluindo a independência no controle do próprio corpo, da sua liberdade e da sua sexualidade.

No entanto, Lima *et al.* (2015, p. 88) salienta as dificuldades da inserção e criação de uma política emancipatória, uma vez que, em sua concepção, é salientado que em uma sociedade “cujo objetivo primeiro é o lucro, advindo da exploração da força de trabalho e da extração desmedida dos recursos naturais, que defende os princípios do individualismo, da competitividade, a relação entre educação e emancipação não se constitui e não tem vínculo orgânico”. Mediante a isso, como oposição na ausência dessa relação, é salientado que:

A construção de uma contra-hegemonia dominante através da luta dos trabalhadores perpassa, em seu aspecto ideológico, pela construção de políticas de formação que possam fundamentar e organizar ações pedagógicas que possibilitem elaborar criticamente a atividade intelectual (Lima *et al.*, p. 93).

Nesse sentido, pode-se presumir que uma das principais estratégias da construção de uma política emancipatória é o fortalecimento do empoderamento das mulheres rurais por meio da educação e conscientização. Isso inclui o desenvolvimento de programas educacionais que abordem questões de gênero e violência, bem como a promoção de espaços de diálogo e troca de experiências em que as mulheres possam compartilhar suas vivências e fortalecer sua capacidade de enfrentar a violência e reivindicar seus direitos.

Além disso, Carvalho (2019) ressalta que a construção de políticas emancipatórias também envolve o fortalecimento dos serviços de apoio às vítimas de violência, garantindo que as mulheres tenham acesso a assistência jurídica, psicológica e social de qualidade. Isso pode incluir a criação de centros de atendimento especializados, a capacitação de profissionais para lidar com casos de violência de gênero e a implementação de políticas de proteção e acolhimento às mulheres em situação de vulnerabilidade. Com isso, afirma-se que:

Neste território da luta política os integrantes dos movimentos sociais vão se forjando como sujeitos políticos no exercício da militância e dos processos de formação. Constroem em simultâneo uma nova territorialidade, onde o espaço traduz-se numa nova possibilidade de dimensão espacial, política, e cultural diferentes daquelas instituídas pelos poderes hegemônicos. Esta nova territorialidade, contra hegemônica, rompe com a resignada condição de subalterno, emergindo em um novo lugar, tecido no âmago da luta (Lage, 2013, p. 36).

Mediante a isso, sinaliza-se a importância do engajamento político das mulheres rurais para a construção de políticas emancipatórias, onde, busca-se garantir que suas vozes sejam ouvidas e suas demandas sejam levadas em consideração nas decisões políticas e na formulação de políticas públicas. Isso pode envolver a participação ativa das mulheres em organizações da sociedade civil, movimentos sociais e instâncias de governo, bem como o fortalecimento de lideranças femininas e a promoção de espaços de representação e participação política.

Embora as políticas jurídicas de enfrentamento à violência contra a mulher sejam fundamentais para garantir proteção imediata, elas se mostram insuficientes para promover transformações estruturais. O Estado, marcado por uma lógica patriarcal, oferece respostas que, muitas vezes, asseguram a sobrevivência, mas não a emancipação plena. Conforme destaca Federici (2017), a emancipação das mulheres está profundamente vinculada à organização coletiva, à consciência política e à construção de outras formas de sociabilidade; e nesse sentido, as experiências de organização das mulheres no MST e nos assentamentos apontam para práticas emancipatórias que extrapolam o campo do direito, ao fortalecer a autonomia, a solidariedade e a luta por outra forma de sociedade.

Nesse contexto, apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito para promover uma construção política emancipatória efetiva no contexto da educação dos espaços rurais. Isso requer um compromisso contínuo de governos, instituições, sociedade civil e comunidades locais para enfrentar as raízes profundas da violência de gênero e promover a igualdade de direitos e oportunidades para todas as mulheres. Essas iniciativas podem incluir a formação de redes de apoio para mulheres vítimas de violência, a capacitação de profissionais da educação para lidar com questões de gênero e violência, o desenvolvimento de currículos escolares que

promovam a igualdade de gênero e o respeito pelos direitos das mulheres, e a promoção de campanhas de conscientização sobre os direitos e violência de gênero.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como propósito central analisar as diferentes formas de violência de gênero e seus impactos na formação das mulheres em contextos rurais, buscando compreender as possibilidades de construção de políticas emancipatórias que contribuíssem para o enfrentamento dessa realidade nos Assentamentos Lisboa e Marrecas, localizados no estado do Piauí. Ao longo do percurso investigativo, o estudo partiu do reconhecimento de que a violência contra a mulher, em especial no meio rural, constitui um fenômeno estrutural, histórico e multifacetado, fortemente ancorado em padrões patriarcais e nas desigualdades de classe, raça e gênero que configuram a sociedade brasileira.

Com base nesse objetivo geral, foram definidos três objetivos específicos: (1) analisar a formação social e violência contra a mulher e suas especificidades no meio rural; (2) discorrer sobre a violência e combate à violência doméstica no MST, verificando, especificamente, o caso do assentamento Lisboa e Marrecas, Piauí; e (3) discutir, por meio de categorias empíricas, as formas de violência contra a mulher, seus impactos em nossa formação social, e as possibilidades de construção de uma política emancipatória no combate à violência doméstica. O cumprimento desses objetivos foi estruturado em três capítulos que dialogaram entre si, construindo uma leitura crítica e situada do problema da violência de gênero nos territórios rurais piauienses.

No primeiro capítulo, intitulado “Formação social e violência contra a mulher: a especificidade do meio rural”, buscou-se compreender como a constituição histórica e social do Brasil, marcada pela herança colonial, pelo patriarcado e pela escravidão, estruturou relações desiguais de poder que ainda hoje repercutem na vida das mulheres, especialmente daquelas que vivem no campo. A análise amparou-se em autoras fundamentais, como Saffioti (2015) e Gonzalez (1984, 2020), que permitiram evidenciar a intersecção entre gênero, classe e raça como dimensões indissociáveis na compreensão da violência contra a mulher.

A partir dessa abordagem teórica e histórica, constatou-se que a violência contra a mulher no meio rural não é apenas um fenômeno individual, mas uma expressão concreta das relações desiguais que se reproduzem socialmente. As mulheres do campo, em sua maioria negras, trabalhadoras e pobres, enfrentam duplas e até triplas formas de subordinação, e além da opressão de gênero, vivenciam a exclusão econômica e a marginalização territorial, o que se reflete no acesso restrito à educação, à renda, à participação política e às redes de proteção social. Diante disso, verificou-se que essa realidade é agravada pela distância geográfica dos centros urbanos e pela precariedade das políticas públicas destinadas às zonas rurais, o que

contribui para a invisibilidade e a naturalização da violência de gênero nesses contextos. Assim, o capítulo concluiu que a compreensão da violência contra a mulher rural deve necessariamente considerar os fatores históricos, estruturais e culturais que sustentam o patriarcado e perpetuam as desigualdades no campo brasileiro.

No segundo capítulo, intitulado “Violência e combate à violência doméstica no MST: o caso dos Assentamentos Lisboa e Marrecas, Piauí”, o foco da análise voltou-se ao trabalho de campo e às experiências concretas de mulheres assentadas, de modo a compreender como a violência doméstica se manifesta e é enfrentada nesses territórios. O levantamento de dados empíricos, obtido por meio de questionários e entrevistas semiestruturadas, permitiu identificar as formas mais recorrentes de violência sofridas pelas mulheres, os impactos dessas agressões em suas vidas pessoais e coletivas e as limitações enfrentadas no acesso aos mecanismos institucionais de denúncia e proteção. As narrativas das participantes revelaram que a violência doméstica, física e psicológica constitui uma realidade cotidiana para muitas mulheres assentadas, e a dependência econômica, o medo do agressor, o desconhecimento dos direitos e a falta de estrutura dos serviços de apoio no meio rural são fatores que reforçam o ciclo da violência e dificultam sua superação.

Entretanto, o capítulo também evidenciou que, dentro dos assentamentos, há sinais de resistência e de organização política que se fortalecem na atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A criação de setores de gênero e direitos humanos dentro do movimento, bem como a realização de campanhas e formações, representa um avanço significativo no enfrentamento da violência de gênero no campo, e tais ações indicam que a luta contra a violência doméstica nas áreas de reforma agrária não se restringe à esfera individual, mas é parte de um processo coletivo de conscientização e emancipação das mulheres camponesas. Desse modo, a experiência dos assentamentos Lisboa e Marrecas demonstra que a militância feminista e a educação popular desenvolvidas no interior do MST podem se constituir como instrumentos efetivos de transformação social.

A violência contra a mulher nos assentamentos rurais manifesta-se de forma interseccional, articulando gênero, raça, classe e território. As mulheres assentadas, majoritariamente negras e trabalhadoras, enfrentam múltiplas formas de opressão que se intensificam em contextos marcados por conflitos agrários e pela precariedade das políticas públicas. Como afirma Crenshaw (2002), a interseccionalidade permite compreender como diferentes sistemas de dominação operam simultaneamente, produzindo vulnerabilidades específicas. Nesse sentido, a pesquisa aponta para a necessidade de aprofundar análises que

articulem violência de gênero e território, incluindo a construção de cartografias sociais da violência no campo, capazes de evidenciar as relações entre espaço, poder e resistência.

O terceiro capítulo, intitulado “Estado, políticas públicas e possibilidades emancipatórias no combate à violência doméstica”, discutiu o papel do Estado e das políticas públicas na construção de estratégias emancipatórias voltadas para as mulheres do campo. A análise partiu da constatação de que as políticas de enfrentamento à violência ainda são predominantemente urbanas, concentrando-se em centros com maior infraestrutura e deixando as áreas rurais em situação de vulnerabilidade. Mesmo com avanços significativos, como a Lei Maria da Penha e a criação de programas de atendimento especializado, o alcance dessas políticas é limitado quando se trata das realidades do campo e dos assentamentos rurais.

O estudo apontou que a efetivação de uma política emancipatória depende de uma abordagem intersetorial e territorializada, capaz de articular ações de segurança, assistência social, saúde, educação e justiça, e além disso, a pesquisa demonstrou que a educação do campo tem papel essencial nesse processo, não apenas como instrumento de acesso à informação, mas como meio de fortalecimento da autonomia feminina e da consciência crítica sobre as relações de poder e dominação.

Diante dos resultados obtidos, é possível afirmar que os objetivos da pesquisa foram alcançados, uma vez que a análise da formação social e das condições históricas da violência contra a mulher rural possibilitou compreender suas raízes estruturais e culturais; o trabalho de campo nos assentamentos revelaram as múltiplas dimensões da violência doméstica e a urgência de políticas específicas; e a reflexão sobre o papel do Estado e da educação do campo evidenciou caminhos concretos para a construção de práticas emancipatórias.

A pesquisa reafirma que o enfrentamento da violência contra a mulher no campo exige uma atuação articulada entre poder público, movimentos sociais e a própria comunidade, reconhecendo as especificidades territoriais e culturais das populações rurais. Mais do que combater os efeitos da violência, é preciso intervir em suas causas, desestruturando as bases patriarcais e racistas que sustentam as desigualdades e impedem a emancipação das mulheres.

Ademais, a pesquisa conclui que o combate à violência contra a mulher em contextos rurais demanda um projeto de sociedade que una justiça social, igualdade de gênero e soberania territorial, haja vista que as experiências dos Assentamentos Lisboa e Marrecas revelam que, quando as mulheres se organizam e constroem espaços de solidariedade e formação, tornam-se capazes de romper o silêncio e transformar a dor em luta coletiva. Assim, a emancipação das mulheres do campo não é apenas uma meta, mas um processo contínuo de resistência e construção de um futuro onde a vida e a liberdade prevaleçam sobre toda forma de opressão.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Cláudia. **Violência Doméstica**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2005.
Disponível em: <http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2004010.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.
- ALVES, J.E.D.; CAVENAGHI, S. Progressos e retrocessos na conquista da equidade de gênero no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 122, p. 11-26, julho/agosto/setembro 2019.
- ANDRADE, M. M. V. “**Ela não mereceu ser estuprada**”: A cultura do estupro, seus mitos e o (não)dito nos casos penais. 2018. 146 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ), Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- ARAUJO, Elisete Oliveira. **O Processo de Ocupação Territorial do Assentamento Lisboa no município de São João do Piauí**. 2022. 52 f. Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Piauí, 2022.
- ARBOIT, Jaqueline *et al.* Violência doméstica contra mulheres rurais: práticas de cuidado desenvolvidas por agentes comunitários de saúde. **Saúde Soc.** São Paulo, v.27, n.2, p.506-517, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2018.v27n2/506-517/pt>. Acesso em: 30 de nov. 2024.
- BASSO, Jaqueline Daniela; NETO, José Leite dos Santos; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. **Pedagogia histórico-crítica e educação no campo: história, desafios e perspectivas atuais**. São Carlos: Pedro & João Editores e Navegando, 2016. 305p.
- BUENO, André Luis Machado; LOPES, Marta Julia Marques. Mulheres Rurais E Violências: Leituras De Uma Realidade Que Flerta Com A Ficção. **Ambiente & Sociedade**; São Paulo. Vol. 21, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/VVNcs38qHFGC5q3yvh8xPzj/?lang=pt&format=pdf>.
- BALESTERO, Gabriela Soares; GOMES, Renata Nascimento. Violência de Gênero: uma análise crítica da dominação masculina. **Revista CEJ**, Brasília, Ano XIX, n. 66, p. 44-49, maio/ago. 2015. Disponível em: [www.http://corteidh.or.cr/tablas/r34812.pdf](http://corteidh.or.cr/tablas/r34812.pdf). Acesso em 25 mar. 2021.
- BANDEIRA, Lourdes Maria; Amaral, Marcela. Violência, Corpo e Sexualidade: um balanço da produção acadêmica no campo de estudos feministas, gênero e raça/cor/etnia. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 5, n. 11, 2017. p. 48-85.
- BONFIM, Cláudia. **A condição histórica da mulher: contribuição da pedagogia histórico-crítica na promoção da educação sexual emancipatória**. Uberlândia: Navegando, 2018.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). **Pesquisa Participante**. SP: Brasiliense, 1999.
- BRASIL. **Atlas da Violência**. Brasília: IPEA, 2023.
- BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Violência contra a mulher: um olhar do Ministério Público brasileiro**. Brasília: CNMP, 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Dispõe sobre o Código Penal. Brasília: Presidência da República: 1940.

BRASIL. **Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.** Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília: Presidência da República: 1995.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República: 2006.

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.** 1ª Impressão. Brasília: Ministério das Mulheres, abril de 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/abril/relatorio-anual-socioeconomico-da-mulher-volta-a-ser-publicado-apos-quatro-anos/MMulheres_RASEAM_2024.pdf. Acesso em: 09 de out. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República, Brasília, 2011. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres. Acesso em: 29 de nov. 2024.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Pesquisa Estadual de Violência contra a Mulher – Piauí.** Brasília: Instituto de Pesquisa Data Senado; Secretaria de Transparência, fevereiro de 2024. Disponível em: https://www.mppi.mp.br/internet/wpcontent/uploads/2024/06/Pesquisa_estadual_violencia_contra_mulher_Piaui_02-2024.pdf. Acesso em outubro de 2025.

BRASIL. **Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.** Brasília: Senado Federal, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/violencia-contra-a-mulher-agressoes-cometidas-por-2018ex2019-aumentam-quase-3-vezes-em-8-anos-1>.

BARROS, Sheila Moraes. **O crime passionai.** Direito Penal. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/58181/o-crime-passional/3>.

BRUSCHINI, M.C.A.; ROSEMBERG, F. **Trabalhadoras do Brasil.** Editora Brasiliense, São Paulo, 1982. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ZsNFFKkmXgBqnBnX4WWZF4bFsPnJQqFQ/view>.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão de identidade.** Tradução de Renato Aguiar. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARNEIRO, Maria José. **Acesso à terra e condições sociais de gênero: reflexões a partir da realidade brasileira.** Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CARVALHO, Andressa Veras de. Violência contra a mulher no meio rural brasileiro: uma revisão integrativa. **Aletheia**; v.52, n.2, p.166-178, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/v52n2/v52n2a14.pdf>. Acesso em: 03 de fev. 2024.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/113606892/Atlas_da_Viol%C3%Aancia_2021. Acesso em: 09 de out. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002.

COLPO, Andréia; KRUG, Jefferson Silva. A experiência de violência doméstica e suas repercussões no cotidiano de uma mulher vítima de agressões. **Universidade do Auto Uruguai e das Missões** – URI Campus Santiago, 2021. Disponível em: <http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/25.pdf>. Acesso em: 30 de nov. 2024.

COSTA, Jorge Luis P. Oliveira. **Material cartográfico**. ResearchGate, 2025.

DAHMER, Mariza Madalena; MANOSSO, Olga; SOBRINHO, Sederli Bombarda. Roda de conversa: relato da experiência do movimento de mulheres camponesas no enfrentamento à violência contra a mulher no Assentamento Itamarati. **RealizAção**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 81–96, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/realizacao/article/view/11201>. Acesso em: 30 de nov. 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOSSIÊ Feminismo. **Como e por que morrem as mulheres?** Instituto Patrícia Galvão, 2016. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/capitulos/como-e-por-que-morrem-as-mulheres>.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam; MORENO, Tica. **Economia feminista e feminismo popular: desafios para a construção de alternativas**. São Paulo: SOF – Sempre viva Organização Feminista, 2012.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, Florestan. Luta de raças e de classes. In: **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, [1988] 2017. p. 77-87.

FERRANTE, V. L. S. B. *et al.* Síntese das regiões: retomando questões do presente/futuro dos assentamentos. In: **Retratos de Assentamentos**. Araraquara-SP, nº 1, vol.15, 2012.

FRANCO, Débora Augusto; MAGALHÃES, Andrea Seixas; CARNEIRO, Terezinha Féres. Violência Doméstica e Rompimento Conjugal: Repercussões do Litígio na Família.

Pensando Famílias, 22(2), (154-171), dez. 2018. Disponível em:
<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v22n2/v22n2a11.pdf>. Acesso em: 30 de nov. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALELI, P. R.; ANTONI, C. Mulheres Que Vivenciaram Violência Conjugal: Concepções Sobre Suas Ações, O Homem Autor E A Experiência. **Nova Perspectiva Sistêmica**, n. 61, p. 100-119, agosto 2018. Disponível em:
<https://revistanps.emnuvens.com.br/nps/article/view/419/339>. Acesso em: 30 de nov. 2024.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2011.

GONZALES, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020. 375 pp. Disponível em:
<https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em:
https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/10316/1/06_GONZALES__L%c3%a9lia_Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira_1.pdf.

GOVERNO DO PIAUÍ. **Pacto de Enfrentamento de Violência contra mulheres**. Piauí: Secretaria das Mulheres, 2024. Disponível em:
https://admin.pi.gov.br/uploads/Pacto_Estadual_de_Enfrentamento_a_Violencia_contra_as_Mulheres_66a6303751.pdf. Acesso em outubro de 2025.

GROSSI, Miriam. **Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil**. Estudos Feministas, ano 2, ago./dez. 1994. Disponível em
<http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/16179-49803-1-PB.pdf>.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HERMANN, Leda Maria. **Maria da Penha, lei com nome de mulher: violência doméstica e familiar, considerações à Lei no 11.340/2006 comentada artigo por artigo**. Campinas: Servanda, 2008.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

HOFLING, E.M. **Políticas públicas educacionais: concepções e processos**. Campinas: Autores Associados, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA DATASENADO. **Pesquisa DataSenado: Pesquisa Estadual de Violência contra a Mulher – Piauí**. Secretaria de Transparência, fev. 2024. Disponível em:
https://www.mppi.mp.br/internet/wp-content/uploads/2024/06/Pesquisa_estadual_violencia_contra_mulher_Piaui_02-2024.pdf.

JUNIOR, Joaquim Vitor. **A Implementação Do Projeto De Irrigação Marrecas- Jenipapo E Suas Repercussões Ambientais Para O Assentamento Marrecas-MST**. 2022. 57 f. Monografia apresentada como requisito obrigatório para obtenção do título de graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí-UESPI; 2022.

LAGE, Allene. **Educação e movimentos sociais: caminhos para uma pedagogia de luta**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

LECHAT, N.M.P. “Relações de gênero em assentamentos do MST (RS): a participação da mulher na produção e reprodução em unidades familiares e coletivas”. In: **Mulher, família e desenvolvimento rural**. PRESVELOU, C.; ALMEIDA, F.R.; ALMEIDA, J.A. (Orgs.). Santa Maria: UFSM, 1996.

LIMA, Aparecida do Carmo *et al.* Contribuições Da Via Campesina Em Processos Educativos Agroecológicos Na América Latina. **Trabalho Necessário**; Ano 13, Nº 22/2015.

LIMA, E. N. **Políticas públicas para a educação do campo no Estado de São Paulo: impactos, repercussões, contradições e perspectivas**. 2014. 268f. Tese apresentada a Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

LIMA, Maria Alice Soares; ARRUDA, Barbara Diniz Lima Vieira. Quando Calar Não É A Melhor Solução: Um Relato De Experiência Sobre Mulheres Vítimas De Violência Psicológica Em Crateús-CE. **JOIN, Encontro Internacional de Jovens Investigadores**, 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/join/2017/TRABALHO_EV081_MD1_SA62_ID1294_15092017233543.pdf. Acesso em: 29 de nov. 2024.

LIMA, Vanderlene de Farias. Violência contra a mulher: relato de experiência nas aulas de Sociologia em uma escola Estadual. **Revista Café com Sociologia**, v.8, n.2, pp. 21-30, Ago./Dez., 2019.

MAGRINI, Pedro Rosas *et al.* As relações de gênero no processo político-organizativo em um assentamento organizado pelo MST no sul de Minas Gerais. **Revista IDeAS**, v. 4, n. 2, p. 423-463, 2010. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/51/51>. Acesso em: 07 de nov. 2024.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **Carta Política da Marcha das Margaridas 2023**. Brasília: CONTAG, 2023.

MASCARENHAS, Ana Débora Costa do Nascimento. **A Emancipação Feminina Como Princípio Agroecológico Para Implementação Da Política Pública Da Educação Do Campo No Assentamento Pátria Livre**. 2023. 130 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista – BA, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira *et al* (orgs). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. **Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher**. Online: MPPI, 2025. Disponível em: <https://www.mppi.mp.br/internet/nupevid/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contr-a-mulher/>. Acesso em out. de 2025.

MIRANDA, Tereza Lopes; SCHIMANSKI, Edina. Relações de gênero: algumas considerações conceituais. In: FERREIRA, AJ., (org). **Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, pp. 66-91.

MORAES, M. C. V.; COLUCCI, S. R. Heleieth Saffioti E A Violência Doméstica Como Questão De Polícia E Da Sociedade. **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, [S. l.], n. 24, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/51648>. Acesso em: 05 de nov. 2024.

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas. **Cartilha de formação: Feminismo Camponês e Popular**. Brasília: MMC Nacional, 2022.

MST – Cadernos do Iterra Nº 03 – **O MST e a pesquisa** · Baixar 77 · File Size 0.0 KB · File Count 1 · Create Date 19 de maio de 2021.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Cartilha: Feminismo Camponês e Popular – Construir igualdade na diversidade**. São Paulo: Setor de Gênero e Educação, 2023.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. **Jovens Sem Terra do Piauí realizam 1º Encontro Estadual da Juventude**. MST, 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/06/09/jovens-sem-terra-do-piaui-realizam-1o-encontro-estadual-da-juventude/>. Acesso em: 07 de nov. 2024.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. **Mulheres Sem Terra realizam Jornada Nacional de Combate à Violência contra Mulheres e Meninas**. MST, 2024.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. **Nossa proposta de Reforma Agrária Popular**. MST, 2009.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. **Pela vida das mulheres, somos todas Marielle**. MST, 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/03/07/pela-vida-das-mulheres-somos-todas-marielle/>. Acesso em: 08 de out. 2024.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. **Terra, Raça e Classe: a classe trabalhadora é negra**. MST, 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/11/27/terra-raca-e-classe-a-classe-trabalhadora-e-negra/>.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Souza. **Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento em assentamentos de reforma agrária: o caso do Saco do Rio Preto em**

Minas Gerais. 2006. Tese de doutorado apresentado a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2006.

ONU Mulheres. **Diretrizes Nacionais Feminicídio:** investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero a morte violenta de mulheres. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio.pdf.

PACTO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES. Secretaria das Mulheres – SEMPI, Governo do Piauí, s/d. Disponível em: https://admin.pi.gov.br/uploads/Pacto_Estadual_de_Enfrentamento_a_Violencia_contra_as_Mulheres_66a6303751.pdf.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa. **Feminicídio #InvisibilidadeMata.** São Paulo: Instituto Patrícia Falcão, 2017. Disponível em: https://assets-institucional-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2017/03/LivroFeminicidio_InvisibilidadeMata.pdf

PRÁ, Jussara Reis; PAGOT, Rhaíssa. Rotas de empoderamento das mulheres no contexto dos feminismos, da cidadania e dos direitos humanos. **Inc.Soc.**, Brasília, DF, v.11 n.2, p.115-132, jan./jun. 2018.

RELATÓRIO ANUAL SOCIOECONÔMICO DA MULHER: RASEAM. Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. -- Ano 7 (mar. 2025). Brasília: Observatório Brasil da Igualdade de Gênero/MMULHERES, 2025.

RIBEIRO, A. M. M.; SILVA, A. C. M. Violência contra mulheres no campo no Brasil: produto de agência de classe da oligarquia agrária, visto por uma Sociologia “desde abaixo”. In: CPT – Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. **Conflitos no Campo:** Brasil 2021. Goiânia: CPT Nacional, abril de 2022. Disponível em: <https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2022/10/CPT.pdf>. Acesso em: 05 de nov. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** São Paulo: Letramento, 2017.

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs). Lélia Gonzalez. **Por um Feminismo Afro-latino-americano.** Ensaios, intervenções e diálogos. SP: Zahar, 2024. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso em set. de 2025.

SAFFIOTI, H.; FERRANTE, V.L.S.B. A mulher e as contradições do capitalismo agrário. **Perspectiva**, São Paulo, 6: 67-75, 1983. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1-fNbrCYbOcxOPOzdFblTybSTKBI3Hnpk/view> . Acesso em: 05 de out. de 2025.

SAFFIOTI, Heleieth. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** Cadernos Pagu, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência.** 2ª edição, São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1mj_hLzBHHaDJu3VH0avznkyl1fBkrMi/view. Acesso em: 05 de nov. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth; VARGAS, Monica Muñoz. **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; NIPAS, Brasília, D.F.: UNICEF, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth. **Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. Petrópolis, Vozes, 1976. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/11DFPfZXKf4KeQ9XVXjpompL8twrRgzOm/view> . Acesso em outubro de 2025.

SAFFIOTI, H. O fardo das brasileiras – de mal a pior. In: Revista Escrita/Ensaio, Mulher brasileira: a caminho da libertação, Ano III, N. 5. SP: **Revista Escrita/Ensaio**, 1979, pp. 10-39. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1bkQaRjorbD_706kxE2RjL-kaw69kMia/view. Acesso em setembro de 2025.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O; BRUSCHINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p.183-215.

SAFFIOTI, H.; ALMEIDA, S. **Violência de Gênero: Poder e Impotência**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 1995.

SANTOS, João Diogenes Ferreira dos; CUNHA, Tânia Rocha Andrade; DIAS, Acácia Batista (Orgs.). **Entrecruzando saberes: Gênero, Sexualidade, Memória e Violência**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-entrecruzando-saberes>. Acesso em: 07 de nov. 2024.

SCHIAVINI, Rosani. Violência Contra a Mulher Rural: uma realidade cruel e invisível. **Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina**, 2012. Disponível em: http://www.violenciamulher.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=820&catid=1:artigosassinados&Itemid=5. Acesso em: 04 de out. 2024.

SCHNEIDER, C. O.; WEDIG, J. C.; VARGAS, T. O. Mulheres camponesas e agroecologia em contexto de reforma agrária: experiências do acampamento herdeiros da terra. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 242-268, 2020. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2020.v23i1.398. Disponível em: <https://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/398>. Acesso em: 30 de nov. 2024.

SCOTT, Joan. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2., p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SOARES, Joannie dos Santos Fachinelli; LOPES, Marta Julia Marques. Experiências de mulheres em situação de violência em busca de atenção no setor saúde e na rede intersetorial. **Interface**, 22(66):789-800, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/6qJ6qSmHMPZD4ZP4qwX8NVy/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 29 de nov. 2024.

SOBRAL, Isabela *et al.* **Feminicídios em 2023**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública; São Paulo, março de 2024. Disponível em: <https://assets-dossies-ipg->

v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2024/03/feminicidios-2023.pdf. Acesso em: 05 de nov. 2024.

SOUZA, Raumi de. Terra, Raça e Classe: A classe trabalhadora é negra. *In: MST*. Online: MST, 27 de novembro de 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/11/27/terra-raca-e-classe-a-classe-trabalhadora-e-negra/>. Acesso em outubro de 2025.

STOCHERO, Luciane; PINTO, Liana Wernersbach. “Eu sofria calada e certamente toda mulher é assim” – Silenciamentos: reproduções e rupturas da violência contra as mulheres que vivem em contextos rurais. **Cien Saude Colet**; 29:e02522024, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/pVrQjsyTMYXTZvBjktcHQnp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 de nov. 2024.

STOCHERO, Luciane; PINTO, Liana Wernersbach. Violência contra as mulheres que vivem em contextos rurais: uma revisão integrativa. **Saúde Soc.** São Paulo, v.32, n.3, e210595pt, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/LDWq7kP8WvyFhGsvscN9Pnf/>. Acesso em: 02 de fev. 2024.

TEIXEIRA, Marco Antônio; MOTTA, Renata. Mulheres de todos os cantos ocupam Brasília: a Marcha das Margaridas. **Commondreams**, 2021. Disponível em: <https://www.commondreams.org/views/2020/02/18/women-every-corner-occupy-brasil-marcha-das-margaridas>. Acesso em: 08 de out. 2024.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Dados Demográficos

1. Qual a sua idade?
 - ☐ Menos de 18 anos
 - ☐ 18-24 anos
 - ☐ 25-34 anos
 - ☐ 35-44 anos
 - ☐ 45-54 anos
 - ☐ 55-64 anos
 - ☐ 65 anos ou mais
2. Qual é o seu estado civil?
 - ☐ Solteira
 - ☐ Casada
 - ☐ União estável
 - ☐ Separada/Divorciada
 - ☐ Viúva
3. Qual a sua escolaridade?
 - ☐ Ensino fundamental incompleto
 - ☐ Ensino fundamental completo
 - ☐ Ensino médio incompleto
 - ☐ Ensino médio completo
 - ☐ Ensino superior incompleto
 - ☐ Ensino superior completo
4. Qual é a sua ocupação principal?
 - ☐ Agricultura
 - ☐ Dona de casa
 - ☐ Estudante
 - ☐ Trabalhadora assalariada
 - ☐ Desempregada
 - ☐ Outra (especificar)

Experiências de Violência

5. Você já sofreu algum tipo de violência? (marcar todas as opções que se aplicam)
 - ☐ Física

- ☐ Sexual
 - ☐ Psicológica/Emocional
 - ☐ Econômica/Financeira
 - ☐ Nenhuma
6. Quem foi o autor da violência? (marcar todas as opções que se aplicam)
- ☐ Parceiro/Marido
 - ☐ Ex-parceiro/Ex-marido
 - ☐ Familiar (pai, irmão, etc.)
 - ☐ Conhecido/Amigo
 - ☐ Desconhecido
 - ☐ Outro (especificar)
7. Você procurou ajuda após sofrer violência?
- ☐ Sim
 - ☐ Não
8. Se procurou ajuda, onde foi buscar?
- ☐ Delegacia
 - ☐ Serviço de saúde
 - ☐ Centro de referência de atendimento à mulher
 - ☐ Organização não governamental (ONG)
 - ☐ Familiares/Amigos
 - ☐ Outro (especificar)
9. Se não procurou ajuda, diga os porquês?
- (Espaço para resposta aberta)

Percepções sobre Violência

10. Você acredita que a violência contra a mulher é um problema sério em sua comunidade?
- ☐ Sim
 - ☐ Não
 - ☐ Não sei
11. Você conhece a Lei Maria da Penha?
- ☐ Sim
 - ☐ Não
12. Você sabe como procurar ajuda em casos de violência doméstica?
- ☐ Sim
 - ☐ Não

Impactos da Violência

13. De que forma a violência afetou sua vida? (marcar todas as opções que se aplicam)

- ☐ Saúde física
- ☐ Saúde mental
- ☐ Relações familiares
- ☐ Desempenho no trabalho
- ☐ Autoestima
- ☐ Outro (especificar)

Políticas Públicas e Suporte

14. Você acredita que há suporte suficiente para mulheres vítimas de violência na sua comunidade?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei

15. Que tipo de apoio você acha que é mais necessário para mulheres vítimas de violência na sua comunidade? (marcar todas as opções que se aplicam)

- ☐ Acesso a serviços de saúde
- ☐ Apoio psicológico
- ☐ Assistência jurídica
- ☐ Educação e capacitação
- ☐ Abrigos seguros
- ☐ Outro (especificar)

16. Você gostaria de participar de ações de formação e conscientização sobre violência contra a mulher?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Feedback Geral

17. Há mais alguma informação ou sugestão que você gostaria de compartilhar sobre este tema?

(Espaço para resposta aberta)

APÊNDICE B – ENTREVISTA

1. Identificação.

Idade:

Cor:

Estado civil:

Número de filhos:

Tempo de moradia no assentamento:

Nível de escolaridade:

2. Experiência da Violência

Você poderia nos contar, de forma que se sentir à vontade, como foi sua experiência com a violência?

Que tipo(s) de violência você sofreu? (física, psicológica, sexual, patrimonial, moral, econômica, etc.)

Quem foi o autor da violência? (sem necessidade de citar nomes)

Há quanto tempo ocorreram essas situações?

3. Busca por Ajuda

Em algum momento você buscou ajuda? Por quê? Ou por que não buscou?

Onde ou com quem você procurou ajuda pela primeira vez?

Teve conhecimento de seus direitos enquanto mulher vítima de violência?

Como foi o atendimento que você recebeu? Sentiu-se acolhida?

4. Atuação de Órgãos Públicos e Legislação

Algum órgão público te deu apoio? Qual?

Você teve acesso a alguma medida protetiva? Como foi o processo?

Sabe me dizer se teve apoio com base em alguma lei específica, como a Lei Maria da Penha?

Em sua opinião, as leis e os serviços públicos disponíveis ajudaram de fato? Se sim ou não, poderia me dizer o porquê?

5. Continuidade da Violência

Mesmo após sair de casa (se saiu) ou receber medidas protetivas, a violência continuou de alguma forma?

Sentiu medo de retaliações ou represálias?

Que tipo de sentimentos predominou durante e após esse período? De que maneira você conseguiu lidar com eles?

6. Suporte no Campo

Quais foram as maiores dificuldades que você enfrentou como mulher vítima de violência vivendo no campo?

Há alguma rede de apoio no assentamento (vizinho, grupo de mulheres, associação etc.)?

Em sua percepção, o campo oferece suporte suficiente? Você acredita que algo a mais poderia ser feito?

7. Avaliação Geral

O que você gostaria que tivesse acontecido diferente no seu caso?

O que você diria para uma outra mulher que está passando por situação parecida?

Tem alguma sugestão para melhorar o atendimento e apoio às mulheres em situações como a sua?

OBSERVAÇÕES FINAIS (A SEREM PREENCHIDAS PELA ENTREVISTADORA)

Observações sobre o contexto da entrevista, ambiente, comportamentos não verbais etc.

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da pesquisa: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM CONTEXTOS RURAIS: Impactos Sociais e Possibilidades de Construção de Política Emancipatória, Assentamentos Lisboa e Marrecas-PI.

Pesquisadora responsável: Lígia Michelle Pereira de Sousa.

Instituição de vínculo: Universidade Estadual Paulista – UNESP / Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe -Territorial

Contato da pesquisadora: (89) 9468-7975 / ligiamichelle.adv@gmail.com

1. Apresentação do estudo

Você está sendo convidada a participar, de forma voluntária, de uma pesquisa que tem como objetivo compreender as experiências de mulheres que sofreram violência doméstica no campo, especialmente nos assentamentos Marrecas e Lisboa. A pesquisa busca identificar como essas mulheres percebem a violência vivida, as formas de busca por apoio, a atuação dos órgãos públicos e o suporte disponível em contextos rurais. A entrevista será gravada (áudio) apenas com sua autorização e será utilizada exclusivamente para fins acadêmicos. Suas informações serão tratadas com total sigilo e anonimato.

2. Riscos e benefícios

Você poderá se sentir desconfortável ao relembrar situações difíceis. Caso isso ocorra, poderá interromper a entrevista a qualquer momento, sem prejuízo algum. Como benefício, sua participação poderá contribuir para dar visibilidade a situações de violência vividas por mulheres no campo, e fomentar melhorias em políticas públicas.

3. Sigilo e confidencialidade

Todos os dados fornecidos serão utilizados unicamente para fins de pesquisa e apresentados de forma anônima. Nenhuma informação pessoal será divulgada. Seu nome será substituído por um pseudônimo ou código.

Declaração de consentimento:

Eu, _____, declaro que fui informada sobre os objetivos, riscos e benefícios desta pesquisa. Também fui orientada(a) sobre a confidencialidade e sigilo dela. Concordo voluntariamente em participar da pesquisa.

Local e data: _____

Assinatura da participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____